



COMBOIOS DE PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS
2009



ÍNDICE

PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO	5
MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
SÍNTESSE DE GESTÃO.....	11
Enquadramento da Actividade	11
Síntese da Actividade	14
Síntese dos Resultados	17
Indicadores - CP Global	20
GESTÃO DE MEIOS.....	21
Recursos Humanos.....	21
Frota	22
Serviços Partilhados	23
ACTIVIDADE OPERACIONAL	25
1.1 CP LISBOA.....	25
1.1.1 Síntese da Actividade	25
1.1.2 Síntese dos Resultados	27
1.1.3 Indicadores – CP Lisboa.....	29
1.2 CP PORTO	30
1.2.1 Síntese da Actividade	30
1.2.2 Síntese dos Resultados	31
1.2.3 Indicadores – CP Porto.....	33
1.3 CP LONGO CURSO	34
1.3.1 Síntese da Actividade	34
1.3.2 Síntese dos Resultados	36



1.3.3	Indicadores – CP Longo Curso.....	38
1.4	CP REGIONAL	39
1.4.1	Síntese da Actividade	39
1.4.2	Síntese dos Resultados	41
1.4.3	Indicadores - CP Regional	43
1.5	CP CARGA.....	44
1.5.1	Síntese da Actividade	44
1.5.2	Síntese dos Resultados	45
PARTICIPADAS	47
PARTE II – GESTÃO FINANCEIRA		53
INTRODUÇÃO	55
Resultados do Exercício.....	57
Balanço.....	65
Estrutura Financeira	73
Relações Financeiras CP / ESTADO e Fundos Comunitários.....	74
Despesas de Investimento e seu Financiamento.....	74
RISCOS FINANCEIROS	77
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO		81
Evolução Previsível da Actividade da CP		83
RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL		85
APLICAÇÃO DE RESULTADOS		87
PARTE III - GOVERNO DA SOCIEDADE		89
INTRODUÇÃO	91
Missão, Objectivos e Políticas da Empresa.....	91
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita.....	92



Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas	94
Informação sobre outras transacções.....	95
Modelo de Governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais	95
Estatuto remuneratório fixado	102
Referência sucinta às decisões mais relevantes adoptadas pelo Conselho de Administração.....	106
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental	106
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo.....	110
Avaliação individual e global do grau de execução dos objectivos fixados.....	110
Apresentação do Código de Ética.....	112
Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses	113
Informação sobre o modo e as condições de cumprimento de funções relacionadas com a gestão de serviços de interesse geral	114
Critérios de imputação dos custos corporativos por Unidade de Negócio	115

BALANÇO E CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

OK

*Q. mess .
por*



COMBOIOS DE PORTUGAL



PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO



meus.
B. A. 5. 10/10/2018

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O impacto negativo da crise económica na mobilidade e consequentemente no transporte de pessoas e bens em 2009, não constituiu motivo para diminuir a nossa ambição nem pretexto para reduzir a nossa actividade.

Durante este ano procedeu-se a uma revisão das metas do Plano, o qual foi aprovada por Despacho Conjunto das Secretarias de Estado do Tesouro e das Finanças e dos Transportes, constando das Orientações Estratégicas e Objectivos Anuais 2009 para a CP.

A estratégia CP 2007 – 2010 prosseguiu, assente em iniciativas que visam o impacto nos proveitos, com base numa proactividade comercial crescente, na melhoria das condições de intermodalidade e num reequilíbrio tarifário ao nível dos segmentos de negócio tutelados. Paralelamente, do lado dos custos, melhorando a eficiência e rentabilizando o nosso material circulante em condições óptimas de qualidade e segurança e alinhando, simultaneamente, a organização com critérios de produtividade, requalificando os valores e a cultura.

Assim, melhorámos os nossos serviços e adequámos horários. Constituímos novas parcerias e celebrámos novos acordos com Clientes empresariais. Prosseguimos a simplificação da venda e oferecemos novos títulos e condições tarifárias especiais. Continuámos a combater a fraude e iniciámos o acesso controlado em algumas estações na Zona de Lisboa. Lançámos um importante concurso para aquisição de material circulante, factor de esperança redobrada no futuro. Promovemos a divulgação dos nossos serviços e não esquecemos a nossa responsabilidade e comprometimento social. Conscientes do contributo do transporte ferroviário para o desenvolvimento sustentável aderimos nomeadamente à campanha de comunicação da UIC "Train to Copenhagen". Celebrámos, com orgulho, os 120 anos da Linha de Cascais.

A procura respondeu positivamente à nossa actividade nos serviços urbanos do Porto, que registaram um acréscimo de cerca de 600.000 passageiros e onde se retomou o serviço ferroviário de passageiros na Linha de Leixões.

No Longo Curso, registou-se um ligeiro crescimento de passageiros transportados sustentado especialmente no serviço Intercidades. De realçar, o aumento de 18% no número de clientes e de 22% na receita do produto CP/Empresas.



R. J.
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa
www.cp.pt

7
SEDE



No Suburbano de Lisboa e nos serviços Regionais, com um comportamento diferente, o número de passageiros transportados diminuiu em cerca de 4%, facto que interpretamos como consequência do crescimento do desemprego e de uma maior utilização do transporte individual fomentada pela diminuição do preço de combustível.

A alteração dos estatutos da CP para Entidade Pública Empresarial (EPE), foi um dos factos marcantes da vida da empresa em 2009 e veio determinar a autonomização de uma das suas Unidades de Negócio, a CP Carga, e a sua constituição como sociedade anónima a partir de 1 de Agosto: a CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. Ficaram assim criadas as condições para garantir a competitividade desta empresa num sector que se encontra já liberalizado.

Foi ainda neste ano que a CP elaborou o 1.º Relatório de Sustentabilidade 2007-2008 de acordo com as directrizes GRI (*Global Reporting Initiative*) e que foi distribuído às suas partes interessadas e divulgado através do seu site.

O abrandamento da actividade das empresas e a redução das trocas comerciais, provocaram uma quebra significativa do transporte ferroviário nacional de mercadorias, assumindo nesta vertente uma quebra superior a 20%, com as respectivas consequências em termos de resultados.

Em 2009 não houve qualquer aumento tarifário. A manutenção das nossas tarifas conjugada com o agravamento dos custos de produção decorrente, nomeadamente, dos aumentos da massa salarial, dos custos de manutenção do material circulante e da correcção para um valor superior das amortizações do material circulante de Cascais, só não pesou mais significativamente no Resultado Operacional, dado o rigoroso controlo de custos que efectuámos.

Decorrente desta política, pudemos reduzir os custos operacionais e atenuar a quebra dos proveitos operacionais face a 2008, obtendo uma melhoria do EBITDA de cerca de 17% para -22,1 milhões de euros, não obstante o Resultado Operacional se ter situado nos -107,7 milhões de euros, correspondente a um agravamento de 7,9 milhões de euros face ao Resultado Operacional de 2008.

Por outro lado, a situação de crise acarretou ainda a subida substancial dos spreads, afectando inevitavelmente o custo do financiamento da Empresa. Esta situação associada ao aumento do passivo contribuiu para o agravamento do Resultado Financeiro.





COMBOIOS DE PORTUGAL



Como notas finais, manifestamos o nosso apreço e reconhecimento pelo envolvimento profissional e empenhado dos Colaboradores da Empresa, sem o qual não teria sido possível conter as consequências do enquadramento económico negativo que enfrentámos.

Relevamos a forma exemplar como a Comissão de Fiscalização da CP desenvolveu a sua actividade, contribuindo com as suas análises e pareceres para a prossecução de uma gestão mais robusta.

Destacamos, por último, o apoio que nos tem sido sempre dado pelas Tutelas Sectorial e Financeira e a expectativa fundada que temos de, em conjunto e no curto prazo, encontrarmos as soluções possíveis e adequadas para garantir a sustentabilidade financeira da empresa. Tal desiderato passará necessariamente pela contratualização do Serviço Público e pela atribuição da correspondente compensação financeira, bem como pela resolução da nossa dívida histórica.

No futuro advinham-se novos desafios para o Sector, os quais superaremos com a confiança de quem tem a competência e a determinação da sua prática e da sua história.

Aos nossos Clientes asseguramos que manteremos a nossa dedicação e o empenho em bem servir.



9

SÍNTESE DE GESTÃO

Enquadramento da Actividade

O ano de 2009 foi caracterizado **a nível mundial** pelo agravamento da crise, sem precedentes, do sistema financeiro internacional, iniciada em 2008, com impacto negativo sobre a actividade económica e comércio internacional.

Também em Portugal o desempenho da economia, aberta e plenamente integrada no espaço europeu, esteve fortemente associado à recessão económica global, ao abrandamento do comércio e ao aumento do desemprego.

No sector dos Transportes o abrandamento do comércio e o crescimento do desemprego tiveram impacto na diminuição das necessidades de mobilidade de pessoas e bens.

No sector dos Transportes Ferroviários esta diminuição da procura verificou-se na generalidade das empresas europeias de transporte quer de Passageiros quer de Mercadorias.

A nível europeu e com o objectivo de activar o mercado do Transporte Ferroviário, a Comissão Europeia tem vindo a implementar um conjunto de medidas - Pacotes Ferroviários. Assim, na sequência da aprovação do 3.º Pacote foi liberalizado, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010, o transporte internacional de passageiros por ferrovia.

Com a instituição do segundo programa Marco Polo, relativo à concessão de apoio financeiro comunitário para melhorar o desempenho ambiental do sistema de transporte de mercadorias, também designado por Marco Polo II, destaca-se uma alteração significativa nas regras de acesso a este financiamento, que passa a estar acessível a projectos promovidos por uma única entidade e nas condições de financiamento.

Em 2009 foi também publicado o Plano de Acção para a Mobilidade Urbana, que pretende implementar um conjunto de acções que visam estimular as cidades a desenvolverem políticas tendentes à prossecução dos objectivos da União Europeia em matéria de alterações climáticas, e que incluem nomeadamente, a





implementação de um sistema de transportes eficiente e que promova a coesão social.

Foi ainda desenvolvido um conjunto de projectos cuja decisão terá relevante repercussão na política de transportes europeia, nomeadamente:

- Reformulação do conceito de Rede Transeuropeia de Transportes, de molde a permitir uma racionalização nos financiamentos e uma melhor integração dos projectos abrangidos pela rede com outros projectos europeus;
- Proposta de Regulamento para promoção de uma rede ferroviária europeia para um transporte de mercadorias competitivo;
- Reformulação da Directiva Eurovignette, relativa à internalização dos custos externos, processo que neste momento se encontra parado, mas que a Bélgica já assumiu colocar na sua agenda como acção prioritária quando assumir a presidência da União Europeia no mês de Julho de 2010.
- Em Dezembro, a UIC (União Internacional dos Caminhos de Ferro) associando-se à Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizou uma campanha de comunicação para atrair atenções para o transporte sustentável que denominou de "Train to Copenhagen – De Comboio até Copenhaga", iniciativa à qual a CP – Comboios de Portugal se associou.

Como factos relevantes de 2009 **no sector ferroviário a nível nacional**, destaca-se pela sua importância, a aprovação do Decreto-Lei nº 137-A/2009 que alterou o regime jurídico da CP e os seus Estatutos. A CP passou a ser considerada uma Entidade Pública Empresarial e a sua designação foi alterada para **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** Este decreto-lei permitiu também a constituição, a partir de 1 de Agosto, da **CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.**

O citado Decreto-Lei enquadra ainda a "contratualização dos serviços de transporte ferroviário de passageiros prestados pela CP, E.P.E., estabelecendo que o respectivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público".

A este propósito o IMTT dirigiu às tutelas sectorial e financeira uma Recomendação relativa à necessidade de se prosseguir a reforma do sector ferroviário através da





contratualização das obrigações de serviço público prestadas pela CP.

Foi disponibilizado, pelo IMTT, para consulta, a revisão do Projecto de Regulamento do Regime de Melhoria de Desempenho, com adaptações aos imperativos comunitários, nomeadamente com a inclusão de uma disposição normativa que permite maior transparência na relação das Tutelas sectoriais com as empresas do sector, visando-se desta forma reforçar o carácter obrigatório do Regime. No Projecto apresentado, o IMTT preconiza uma forte intervenção do Regulador e a assumpção pelos Gestores e Operadores das suas obrigações através de mecanismos de contratualização.

Em Março, o IMTT submeteu a consulta pública o Regulamento para Aprovação de Sistemas de Gestão da Segurança no Sistema Ferroviário, os quais deverão no futuro garantir o cumprimento das prescrições técnicas em matéria de segurança, em termos adequados ao carácter e dimensão da exploração.

O IMTT submeteu igualmente a consulta pública os Regulamentos para Emissão de Autorizações de Segurança, para Emissão de Certificados de Segurança e para Aprovação de Planos de Emergência no Sistema Ferroviário e ainda sobre formação, exames e certificação do pessoal com funções relevantes para a segurança no sistema ferroviário.

No que respeita à Alta Velocidade foi anunciada a adjudicação da Concessão do troço Poceirão – Caia integrado na ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid e foi lançado o concurso público internacional para a Concessão relativa às infra-estruturas ferroviárias do troço Lisboa-Poceirão, incluindo a Terceira Travessia do Tejo (TTT). Estas Concessões prevêem também intervenções na Rede Convencional no troço Évora – Caia, na ligação entre a Linha de Cintura e a Linha do Alentejo, através da TTT e na ligação ao novo Aeroporto de Lisboa.

Relativamente à Rede Convencional verificou-se a interrupção da exploração ferroviária nas Linhas do Tâmega e do Corgo, por razões de segurança da circulação e numa decisão conjunta da Tutela e do Gestor da infra-estrutura, (REFER). Devido a intervenções na infraestrutura foi também suspensa a circulação na Linha Coimbra – Figueira da Foz (por Cantanhede) e encerrada em Dezembro a exploração ferroviária num troço do Ramal da Lousã (Miranda do Corvo – Serpins).



...muito bem



Síntese da Actividade

Em 2009 e ao nível do **transporte de passageiros**, e tendo como objectivo o **aumento sustentado da procura**, são de destacar:

- Reabertura do serviço de passageiros na Linha de Leixões, operado pela CP Porto;
- Reactivação, pela CP Regional, do serviço de passageiros entre Setil e Coruche.

Este último constitui um exemplo para futuras parcerias, com o protocolo estabelecido entre a CP, Refer e os Municípios de Coruche, de Salvaterra de Magos e do Cartaxo envolvendo todos os intervenientes, na partilha do risco e do défice financeiro de exploração, na captação de Clientes e na divulgação do transporte ferroviário, numa perspectiva de cooperação que potenciam e concorrem para viabilizar o Caminho de Ferro como modo de transporte sustentável.

Registou-se também um reforço da oferta na Linha do Douro com o objectivo de tirar maior partido das potencialidades turísticas da Região.

Desenvolveram-se, em paralelo, diversas acções de cariz comercial e acções potenciadoras da Intermodalidade. Estas acções levaram ao estabelecimento de parcerias, junto de Autarquias e de outros operadores, à criação de títulos combinados, à realização de Protocolos com concessionários de Parques de Estacionamento em estações servidas pela CP e à associação da CP a eventos mobilizadores de deslocações de expressão significativa.

A campanha realizada com a Galp "abasteça o carro e vá de comboio" que consistiu na troca de pontos do cartão FastGalp, por bilhetes de comboio CP, é um dos melhores exemplos.

Desenvolveram-se produtos de sucesso de que são exemplos o CP Empresas, o comboio Aventura, e outros comboios temáticos, para além da usual participação nos festivais de música.

Lançou-se ainda um novo título de transporte para a CP Lisboa, o **CP24**, e aderiu-se ao passe **sub23@superior.tp**, destinado aos alunos do ensino superior, até aos 23 anos, e que lhes garante um desconto de 50% sobre o preço dos passes mensais.

Implementaram-se projectos facilitadores do sistema de venda e foram



Mesa .

14

SEDE

Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



disponibilizados novos Canais de Distribuição e Informação. No âmbito do projecto "Bilhética sem Contacto" foram instaladas novas máquinas de venda automática e concluída a 1.ª fase do Acesso Controlado a estações da CP Lisboa, com a implementação das Gates de acesso nela incluídas. Procedeu-se à disponibilização de novas funcionalidades na bilheteira on-line.

Para a optimização da Rede de Vendas e para a melhoria da utilização dos recursos contribuiu igualmente a concentração da venda de diversas Unidades de Negócios em algumas estações.

No **transporte de mercadorias**, a forte crise económica e também as opções energéticas a nível nacional, justificaram a redução de actividade verificada com o consequente impacto ao nível dos indicadores de procura e oferta.

Em Março lançou-se o novo serviço ferroviário de mercadorias entre Lisboa e Madrid, designado por "IBERIAN Link" que resulta de uma parceria estabelecida entre a CP e a RENFE.

Em Maio / Junho, foi estabelecida uma parceria com a rede HUPAC, operador suíço de transporte combinado, através do qual a CP passou a poder dar resposta a solicitações do mercado europeu alargado além Pirinéus, realizando transporte de e até Irun.

Iniciaram-se ainda trabalhos conjuntos com diversos Clientes no sentido de dar início a novos tráfegos ainda durante 2009, tendo começado em Abril o transporte de aço com destino a Espanha.

A CP Carga realizou diversos transportes especiais, disponibilizando meios humanos e materiais capazes de conceber as melhores soluções de logística e de transporte dos mais variados tipos de mercadorias, demonstrando assim capacidade e flexibilidade para ir de encontro às necessidades de transporte mais variadas. Como anteriormente referido a partir de 1 de Agosto, a CP Carga foi autonomizada.

Tendo em vista a **adequação da Política Tarifária** a CP Longo Curso implementou as primeiras medidas de *Yield Management* com o objectivo de captar Clientes para alguns comboios com menores taxas de ocupação.

Relativamente à implementação do novo modelo tarifário do Serviço Regional, não foi viabilizada, a implementação da 2.ª fase, com consequências comerciais,





económicas e financeiras.

Saliente-se que em 2009 não se verificou actualização tarifária nos preços dos Serviços Urbanos, Regionais e de Longo Curso, prevalecendo assim o tarifário existente em 2008.

Apresentaram-se propostas de extensão do Tarifário Social do Sistema Intermodal Andante aos Títulos Monomodais CP Porto com Tarifário Social e, de adopção do critério de repartição da receita por Passageiro -Quilómetro nos títulos multimodais.

Para a CP Lisboa iniciaram-se estudos tendentes à apresentação de um novo modelo tarifário que procure elevar a racionalidade e coerência do *pricing* dos serviços de transporte prestados.

Com vista à **melhoria da produtividade dos recursos** procedeu-se à reformulação da oferta e foram desenvolvidos projectos no âmbito dos Recursos Humanos e projectos, com vista ao aumento da eficiência energética.

A CP celebrou com a Endesa dois contratos de fornecimento de Energia Eléctrica para Tracção, o primeiro para a Linha de Cascais e o segundo para sete, das vinte e uma subestações ao longo do País (cerca de 25% do consumo da Empresa), que conduziram a uma optimização dos custos de electricidade para tracção.

Foram ainda assinados novos Acordos de prestação de Serviços entre a CP Serviços e as Unidades de Negócio.

Uma nota para o facto do Comboio Lusitânia ter voltado a ser efectuado via Valência de Alcântara.

No âmbito da **gestão de material circulante**, foram lançados concursos para aquisição de automotoras eléctricas para o Serviço Urbano em Lisboa e Porto, bem como para aquisição de automotoras que irão substituir, parcialmente, o parque actual de automotoras diesel dedicado ao Serviço Regional. Foi ainda lançado concurso para aquisição do material circulante a ser utilizado pelo Sistema de Mobilidade do Mondego.

Complementarmente celebrou-se um contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Integral do parque de Locomotivas Eléctricas de Grande Potência com o ACE EMEF/SIEMENS, constituído entre estas Empresas.



De referir que se concluiu a definição do posicionamento estratégico da CP na Alta Velocidade e das bases do modelo de negócio. Procedeu-se à elaboração conjunta com a RAVE / Ferbritas do documento "Articulação dos serviços de Alta Velocidade e Convencional", onde se apresenta o modelo de exploração integrado.

Após a certificação total da CP pela Norma ISO 9001 em 2008, procedeu-se à manutenção e desenvolvimento dos vários sistemas de Gestão da Qualidade implementados na Empresa.

No âmbito da Gestão Ambiental destaca-se o processo de certificação, em curso, junto da APCER (Associação Portuguesa de Certificação). Foram realizadas auditorias internas ao Sistema de Gestão Ambiental da CP, com os consequentes planos de acções correctivas.

Em 2009 a CP elaborou e publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade 2007 / 2008 que se encontra disponível no site www.cp.pt.

Ainda em 2009 ocorreu a reeleição do Sr. Presidente do Conselho de Administração da CP para o Comité de Gestão da UIC Europa. Por força desta eleição fará igualmente parte do Comité de Gestão da CER.

Tiveram lugar as cerimónias de comemoração dos 120 anos da Linha de Cascais e dos 100 anos da Linha do Vouga.

Síntese dos Resultados

A CP encerrou o exercício de 2009 com um EBITDA de -22,1 milhões de euros, cerca de 17% melhor que o registado no ano anterior. O Resultado Líquido foi de -217,3 milhões de euros e o Resultado Operacional situou-se nos -107,7 milhões de euros.

Importa referir que, na sequência do Decreto-Lei nº 137-A/2009 que alterou o regime jurídico da CP e os seus Estatutos, a partir de 1 de Agosto a Unidade de Negócios CP Carga foi autonomizada por cisão simples, passando a sociedade anónima: a CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, com capital social inicial detido na íntegra pela CP. Assim, a comparabilidade dos dados económico-financeiros de 2009 em relação ao ano anterior surge dificultada, nomeadamente, no que se refere à análise dos Resultados Operacionais e dos





Resultados Financeiros.

Efectivamente e no que diz respeito aos Resultados Financeiros, há a considerar em 2009, o registo pela primeira vez da imputação dos resultados da CP Carga, S.A. (-14,3 milhões de euros, relativos ao período de Agosto a Dezembro) e a recomposição do capital da EMEF e da Fernave.

Como nota relevante ainda no âmbito dos Resultados Financeiros, refere-se o acréscimo dos encargos financeiros suportados em resultado do crescimento da dívida financeira remunerada. O Passivo continuou a agravar-se em 2009 impulsionado pela necessidade de financiar o défice de exploração, os investimentos, mas sobretudo os encargos financeiros decorrentes da dívida histórica, evidenciando-se assim a urgência da concretização de um plano de saneamento financeiro da Empresa e da contratualização das Obrigações de Serviço Público.

O valor das Indemnizações Compensatórias (IC's) atribuídas à CP aumentou 7,5% face ao ano anterior.

Em termos operacionais, importa destacar, pela sua materialidade, o custo com rescisões por mútuo acordo e a alteração da vida útil do material automotor da Linha de Cascais.

No primeiro caso, os custos estruturantes ascenderam em 2009 a 7,1 milhões de euros (+5,6 milhões de euros que no ano anterior), em função das saídas por mútuo acordo ocorridas na CP e em algumas das empresas Participadas.

No caso do material de Cascais, atendendo ao concurso lançado para a sua substituição, houve a necessidade de acelerar as amortizações, com consequente acréscimo do seu valor em 4,3 milhões de euros.

Em termos de procura, num cenário económico difícil, a CP voltou a aumentar o número de Clientes transportados nos serviços de Longo Curso e nos Urbanos do Porto.

A CP Porto registou um acréscimo de 3,1% nos Passageiros transportados, com um percurso médio superior, pelo que os Passageiros-Quilómetro registaram um acréscimo de 4,1%. A CP Longo Curso apresentou um acréscimo de Passageiros de cerca de 1%, e de Passageiros-Quilómetro de 0,2%, crescimento este impulsionado pelo Serviço IC e pelo Alfa Porto/Faro. Em termos globais, os Passageiros transportados em 2009 apresentaram uma diminuição de 3,1% (-4,2 milhões)

Indicadores - CP Global

CP	2008	2009	09 / 08	09 - 08
Resultados				
Resultado Operacional (mil)	-99.747	-107.667	-7,9%	-7.920
Proveitos Operacionais (mil)	344.959	318.220	-7,8%	-26.739
Custos Operacionais (mil)	444.706	425.887	-4,2%	-18.819
Grau de Cobertura Operacional	77,6%	74,7%	-3,7%	-2,9
EBITDA (mil)	-26.707	-22.060	17,4%	4.647
Procura Passageiros				
Passageiros (milhares)	135.518	131.278	-3,1%	-4.240
CP Lisboa	96.377	92.105	-4,4%	-4.272
CP Porto	19.969	20.580	3,1%	611
CP Longo Curso	5.314	5.364	0,9%	50
CP Regional	13.857	13.230	-4,5%	-627
Passageiros.Quilómetro (milhões)	3.814	3.766	-1,3%	-48
CP Lisboa	1.297	1.240	-4,5%	-58
CP Porto	577	600	4,1%	23
CP Longo Curso	1.372	1.375	0,2%	3
CP Regional	569	552	-2,9%	-17
Proveitos de Tráfego (mil €) *	216.225	213.189	-1,4%	-3.035
CP Lisboa	78.493	76.071	-3,1%	-2.422
CP Porto	19.745	20.457	3,6%	712
CP Longo Curso	86.023	86.404	0,4%	381
CP Regional	31.964	30.257	-5,3%	-1.707
* Os valores dos Proveitos de Tráfego constantes do quadro não incluem em 2008 e 2009, respectivamente, 5 milhares de euros e 8 milhares de euros contabilizados noutras Órgãos da CP.				
Oferta Passageiros(mil CK's)				
Passageiros	31.603	31.587	-0,1%	-16
CP Lisboa	6.990	6.953	-0,5%	-37
CP Porto	4.627	4.948	6,9%	320
CP Longo Curso	8.499	8.402	-1,1%	-98
CP Regional	11.487	11.285	-1,8%	-202
Procura Mercadorias **				
Toneladas (milhares) ***	6.442	4.889	-24,1%	-1.552
Toneladas.Quilómetro (milhões)***	1.580	1.177	-25,5%	-404
Proveitos de Tráfego (mil €)	43.148	33.335	-22,7%	-9.813
*** Vagão Completo				
Oferta (mil CK's) **				
Mercadorias	5.025	3.842	-23,5%	-1.183
** Actividade de Mercadorias em 2008 e 2009 apenas comprehende período de Janeiro a Julho.				



sendo que a quebra registada nos Passageiros-Quilómetro foi inferior, (-1,3%), traduzindo um aumento do percurso médio.

A quebra na procura teve maior expressividade na CP Lisboa (-4,4% em Passageiros e -4,5% em Passageiros-Quilómetro) e na CP Regional (-4,5% em Passageiros e -2,9% em Passageiros-Quilómetro). Destaca-se, no caso da CP Lisboa, o crescimento da Linha do Sado (+6,9% em Passageiros), onde as alterações introduzidas ao nível da infra-estrutura e do material circulante permitiram compensar o efeito da crise e no caso da CP Regional, a redução do fraccionamento de títulos em consequência da implementação do novo modelo tarifário.

Os proveitos de Tráfego de Passageiros apresentaram um desempenho análogo ao da procura, com um decréscimo global de 1,4% (-3 milhões de Euros), tendo a CP Porto registado um crescimento de 3,6% (+712 milhares de euros) e a CP Longo Curso um aumento de 0,4% (+381 milhares de euros). Para esta evolução, para além da referida quebra na procura, contribuíram decisivamente a ausência de actualização tarifária e a diminuição do número de bilhetes vendidos, com impacto ao nível da degradação da BTM. A diminuição dos bilhetes vendidos é o exemplo mais evidente do impacto negativo da crise económica na mobilidade das pessoas, que afectou as movimentações pendulares, mas sobretudo as viagens de lazer.

No que se refere ao tráfego de Mercadorias, a CP Carga teve nos primeiros sete meses um comportamento semelhante às suas congêneres europeias, com uma importante diminuição da procura em consequência do forte impacto da crise económica na actividade desta Unidade.



GESTÃO DE MEIOS

Recursos Humanos

No final de 2009 o quadro de efectivos vinculados da CP era de 3.308 colaboradores, menos 909 que no ano anterior. A constituição da CP Carga, S.A. a 1 de Agosto de 2009 contribuiu para essa diminuição, com cerca de 824 colaboradores.

Efectivo a 31 de Dezembro	2008	2009	Variação
Vinculado	4.217	3.308	-909
A Cargo	4.183	3.283	-900
Ao Serviço	4.153	3.256	-897

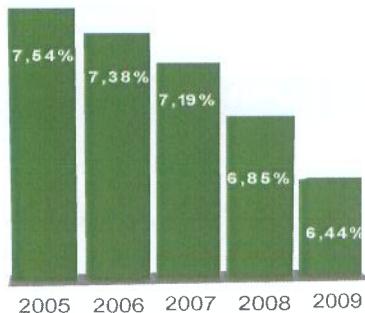


O restante decréscimo do efectivo é explicado pela ocorrência de 161 saídas contra 76 admissões. As saídas por mútuo acordo foram predominantes no ano de 2009, principalmente no final do ano, e representaram 70,2% dos motivos de saídas. Em termos das admissões o ano caracterizou-se por um decréscimo em cerca de 22% face ao registado no ano anterior.

Em 2009 o volume de trabalho suplementar diminuiu 16,1% em relação ao ano transacto e registou-se, simultaneamente, uma queda de 1 ponto percentual na taxa de trabalho suplementar. A taxa de absentismo manteve uma tendência ligeiramente decrescente, com uma diminuição inferior a 1 ponto percentual.



Taxa de Absentismo



A Empresa firmou em 2009, com a quase totalidade das Organizações Sindicais representativas dos trabalhadores ao seu serviço, um acordo sobre a matéria salarial e pecuniária.

Ao longo de 2009 a empresa manteve a aposta na qualificação dos seus trabalhadores tendo, com a participação da sua associada Fernave, elaborado planos e executado acções de formação para os profissionais das várias categorias, num total de 99.097 horas de formação, que corresponderam a 1,49% do total de horas de trabalho.

Na área da prevenção da sinistralidade laboral continuaram a desenvolver-se as actividades inerentes à Protecção da Saúde e Prevenção dos Riscos Profissionais, com especial enfoque na informação e formação sobre boas práticas seguras e salutares e na prevenção de acidentes, com os objectivos de reduzir o absentismo e aumentar a produtividade.

Frota

O parque de material circulante da CP, em 31 de Dezembro de 2009, era constituído por 203 automotoras eléctricas, 76 automotoras diesel, 75 locomotivas eléctricas, 77 locomotivas diesel e 136 carruagens.

O investimento em material circulante realizado em 2009 elevou-se a 68,5 milhões de euros, dos quais 60,3 milhões de euros em aquisição de material circulante, correspondente na sua quase totalidade a material para a área das mercadorias, 7,3 milhões de euros em equipamentos e instalações para a reparação e manutenção de material circulante e cerca de 1 milhão de euros em modernização e beneficiação do material circulante.





No que se refere directamente ao Parque de Material Circulante salienta-se:

- A recepção e entrada ao Serviço de 25 Locomotivas Eléctricas para Comboios de Mercadorias;
- A instalação de upgrade do sistema Train Office em todo o parque de Material Motor com ele equipado, possibilitando-se assim a comunicação via GPRS;
- O lançamento dos concursos para aquisição de automotoras eléctricas para substituição do material ao serviço na Linha de Cascais (com unidades bivolt 25kVac+1,5kVdc) e para reforço da frota dedicada ao Serviço Urbano em Lisboa e no Porto, bem como para aquisição de automotoras bi-modais (diesel+25kVac) ou diesel com transmissão eléctrica e possibilidade de evolução para modo eléctrico, que irão substituir, parcialmente, o parque actual de automotoras diesel dedicado ao Serviço Regional. É ainda de referir o lançamento de novo concurso para aquisição do material circulante a ser utilizado pelo Sistema de Mobilidade do Mondego.

Complementarmente foi elaborado o contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Integral do parque de Locomotivas Eléctricas de Grande Potência com o ACE EMEF/SIEMENS.

Foi reformulado o sistema SAP, módulo PM, usado no apoio à gestão e ao controlo do material, de forma a melhorar as suas características e a articulá-lo com o sistema idêntico entretanto instalado na EMEF.

Serviços Partilhados

A CPServiços continuou no ano de 2009, de acordo com a Missão que lhe está cometida e com os seus objectivos estratégicos de "Optimizar a produtividade e eficiência" e de "Consolidar uma Cultura de Serviço", a implementação dos Projectos lançados em 2008 e que têm como objectivo obter ganhos de produtividade, implementar medidas tendentes à obtenção de economias de escala e à satisfação dos seus Clientes.

Foi concluído o projecto RHmais Futuro com a implementação do SAP-RCM, integrando numa única plataforma todo o suporte dos processos de Recursos





Humanos.

No decurso de 2009 foi ainda realizado o "roll-out" do SAP para a CP Carga, S.A. que veio possibilitar a prestação dos serviços de contabilidade a esta Empresa, a partir da sua constituição em 1 de Agosto.

Com este desenvolvimento SAP e a concretização do SAP HCM, SAP EHS e SAP DMS, a CP Serviços passou a integrar, a totalidade dos seus processos, numa plataforma tecnológica única - SAP ERP.

Igualmente, durante o exercício, prosseguiu o acompanhamento do cumprimento dos Service Level Agreements (SLA) com os diversos Clientes, Unidades de Negócio/Empresas do Grupo.

Ainda em 2009 entrou em funcionamento a *e-requisição*, a que o Cliente Estado aderiu, substituindo parte das requisições até então feitas em papel, e que teve como consequência uma redução dos custos envolvidos neste processo. Destaca-se igualmente, no âmbito das Compras e Logística, o lançamento de diversos concursos, incluindo entre outros, os referentes aos serviços de limpeza e de fornecimento de energia de tracção em média, alta e muito alta tensão.

No final do ano de 2009, a CP Serviços iniciou um Programa Enterprise Lean Six Sigma, que visa implementar uma metodologia de melhoria contínua na CP Serviços e dotar a organização dos meios humanos e metodológicos necessários à sua implementação sustentada, através do desenvolvimento de nove projectos específicos, incidindo sobre as várias áreas de intervenção da Unidade.

R. Ferreira

ACTIVIDADE OPERACIONAL

1.1 CP LISBOA

1.1.1 Síntese da Actividade

Em 2009, a actividade da CP Lisboa focou-se na dinamização da procura, na prossecução da melhoria da qualidade do seu sistema de venda e na melhoria da produtividade e eficiência dos seus recursos.

No âmbito das acções realizadas com o objectivo de **dinamizar a procura** importa destacar:

- O desenvolvimento de um novo modelo tarifário que procura elevar a racionalidade e coerência do *pricing* dos serviços de transporte prestados pela Unidade. Este estudo dará lugar a uma proposta de actuação a apresentar em 2010;
- A potenciação da Intermodalidade através do aprofundamento de contactos junto das Autarquias, da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e de outros Operadores no sentido de expor problemas encontrados nas envolventes à infraestrutura ferroviária e o desenvolvimento de acções conjuntas no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados; ainda, e no aproveitamento das potencialidades do novo sistema de venda em fase de implementação, procedeu-se à desmaterialização do Passe Combinado CP / Soflusa (Combi 1+1) e à troca dos cartões de Passes Combinados por cartões "Lisboa Viva" junto dos Operadores Rodoviários;

A dinamização da vertente comercial através de diversas e distintas acções, nomeadamente:

- O lançamento de um novo título, o CP24, concebido para permitir uma maior mobilidade aos Clientes. Este título, após a sua validação, poderá ser usado sem qualquer limitação, na sua zona de validade, durante as 24 horas seguintes. Ainda no âmbito de novos títulos criados, embora com uma finalidade diferente, a Unidade aderiu ao passe sub23@superior.tp;
- A realização de diversas iniciativas específicas concebidas para a promoção dos serviços, sobretudo junto dos segmentos Juvenil e Universitário;





- Mantendo-se associada à promoção dos diversos eventos desportivos e culturais a Unidade, esteve presente nomeadamente na "Corrida Sempre Mulher", onde transportou os participantes na prova, e na comemoração dos 120 anos da Linha de Cascais;
- Prosseguiu a procura do estabelecimento de parcerias com outras empresas com vista à promoção do uso dos serviços da Unidade. A campanha realizada com a Galp "abasteça o carro e vá de comboio", que consistiu na troca de pontos do cartão FastGalp, por bilhetes de comboio CP, é um dos melhores exemplos conseguidos.

Na área da **melhoria da qualidade do sistema de venda**, procurou-se dar continuidade e acompanhar os investimentos em curso no projecto Bilhética sem Contacto e Controle de Acessos, projectados para melhorar os processos de venda da Unidade, promovendo a intermodalidade, a flexibilidade de uso do sistema e o combate à fraude.

Neste âmbito registou-se, no decurso deste ano, alguma evolução na Instalação das novas Máquinas de Venda Automáticas (que se espera concluir em 2010), e foi finalizado o projecto de Acesso Controlado em 6 estações da Linha de Sintra (Rossio, Amadora, Queluz Belas, Monte Abraão, Rio de Mouro e Mercês) e em 3 estações da Linha de Cascais (Cais do Sodré, Oeiras e Cascais).

Em paralelo e associado à evolução destes dois projectos, tem-se vindo a efectuar um esforço constante em campanhas de informação e promoção das novas valências e características deste novo sistema, de modo que os Clientes possam dele tirar o máximo proveito.

Destaca-se ainda, numa perspectiva de melhorar a eficiência na gestão da rede de vendas da CP, os acordos conseguidos com outras Unidades de Negócio para partilha dos serviços de venda.

No que se refere à variável preço, em 2009 não se verificou qualquer actualização tarifária dos preços, prevalecendo o tarifário existente em 2008.

Sobre a melhoria da **produtividade dos recursos da Unidade**, destaca-se o impacto da reformulação da oferta da Linha do Sado, realizada no final de 2008, após conclusão dos trabalhos de electrificação da Linha, e que permitiu reduzir o parque de material circulante da Unidade, optimizar a rotação de pessoal circulante e sobretudo obter melhorias muito significativas ao nível do conforto, fiabilidade e,



essencialmente, na redução dos tempos de trajecto, com impactos positivos na procura.

Voltado para a produção de resultados num futuro próximo, realizou-se o evento "Pensar CP Lisboa" para o qual foram convidados todos os colaboradores da CP Lisboa e alguns quadros técnicos de outras áreas da CP, onde após uma reflexão conjunta foram elencadas uma série de propostas de acção a implementar a curto prazo.

Uma nota final para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado na Unidade, para salientar que a APCER efectuou em 2009 mais uma auditoria de acompanhamento bem sucedida.

1.1.2 Síntese dos Resultados

No ano de 2009 registou-se um aumento da competitividade da Unidade, principalmente no que respeita à eficiência e ao aproveitamento dos recursos disponíveis. Apesar dos constrangimentos resultantes da conjuntura macro económica do País, a CP Lisboa encerrou o exercício com um Resultado Operacional de cerca de 9 milhões de Euros negativos, o que representou uma evolução positiva de aproximadamente 36%, comparativamente com o ano de 2008. Esta evolução significou uma melhoria no grau de cobertura operacional, de 85% para 90%.

No entanto, e designadamente como resultado da queda verificada na procura devido à já referida conjuntura económica difícil, a CP Lisboa atingiu um volume de negócios cerca de 3% abaixo do ano anterior. Esta evolução incidiu particularmente nas 3 Linhas da margem Norte da cidade de Lisboa, com decréscimos de 3% em Sintra, 2% em Cascais e 5% na Linha da Azambuja. Relativamente à Linha do Sado, as melhorias introduzidas contribuíram para uma evolução positiva na ordem de 6%.

Outro facto relevante para a evolução dos Proveitos de Tráfego, prende-se com a entrada em vigor dos passes com desconto (4_18 e sub23) que têm vindo a contribuir decisivamente para algumas alterações na estrutura de títulos da CP Lisboa, em particular com o decréscimo do peso relativo do passe Intermodal (-4,7%) e Assinaturas (-6,7%) em detrimento dos passes Combinados que registaram um crescimento em 2009 de 5%. *leitura*

Relativamente aos Custos Operacionais, é necessário relevar que, em 2009, foram conseguidas economias em algumas das principais rubricas, com destaque para os custos com a renda de material circulante (-16%) e para os custos com a energia *OT*





COMBOIOS DE PORTUGAL



para tracção (-5%), suportada pela troca de combustível diesel para energia eléctrica na Linha do Sado e pelo novo contrato de fornecimento de energia eléctrica. Os Custos Operacionais totais situaram-se assim cerca de 8% abaixo do ano anterior.

*RM AF
R. M. A.
R. M. A.*





1.1.3 Indicadores – CP Lisboa

CP Lisboa	2008	2009	09 / 08	09 - 08
Resultados				
Resultado Operacional (mil)	-14.113	-9.099	35,5%	5.014
Proveitos Operacionais (mil)	81.346	78.740	-3,2%	-2.606
Custos Operacionais (mil)	95.459	87.839	-8,0%	-7.620
Grau de Cobertura Operacional	85,2%	89,6%	5,2%	4,4
EBITDA (mil)	-12.708	-7.932	37,6%	4.775
Procura				
Passageiros (mil)	96.377	92.105	-4,4%	-4.272
Sintra	48.478	46.797	-3,5%	-1.681
Cascais	29.996	28.935	-3,5%	-1.062
Azambuja	14.956	13.222	-11,6%	-1.734
Sado	2.947	3.152	6,9%	204
Proveitos de Tráfego (mil) *	78.548	76.180	-3,0%	-2.368
Sintra	37.241	36.096	-3,1%	-1.145
Cascais	27.216	26.558	-2,4%	-657
Azambuja	12.065	11.486	-4,8%	-578
Sado	2.026	2.038	0,6%	12
* Não inclui os valores relativos a devoluções de títulos de transporte				
Proveitos de Tráfego por tipo de Título (mil)				
Bilhetes	35.081	32.662	-6,9%	-2.418
Assinaturas	12.251	11.436	-6,7%	-815
Passe Combinado	13.492	14.170	5,0%	678
Passe Intermodal	15.232	14.519	-4,7%	-713
Comp. 4_18 e Sub23	-	1.100	-	1.100
Outros Proveitos de Tráfego	2.437	2.183	-10,4%	-254
Oferta Passageiros				
Comboios Quilómetro (mil)	6.990	6.953	-0,5%	-37
LKO (milhões)	6.756	6.742	-0,2%	-14
PK / CK	185,6	178,3	-3,9%	-7,3
PK / LKO	19,2%	18,4%	-4,3%	-0,8
Recursos Humanos				
Efectivo Final	847	829	-	-18
Efectivo Médio	868	847	-	-21
PK / Efectivo Médio (mil)	1.495	1.463	-2,1%	-31
CK / Efectivo Médio (mil)	8,05	8,21	1,9%	0,16
Índice Pontualidade Diária				
Sintra	93,4%	85,6%	-	-7,8
Cascais	98,0%	97,6%	-	-0,4
Azambuja	87,2%	89,1%	-	1,9
Sado	93,4%	85,7%	-	-7,7
Índice Regularidade Diária				
Sintra	100%	100%	-	0
Cascais	100%	100%	-	0
Azambuja	100%	100%	-	0
Sado	99%	100%	-	1



1.2 CP PORTO

1.2.1 Síntese da Actividade

O ano de 2009 foi caracterizado pelo reforço da estratégia da CP Urbanos do Porto, através da fidelização dos actuais Clientes e captação de novos Clientes. De entre as actividades empreendidas pela Unidade de Negócios ao longo do ano destacam-se as seguintes:

No âmbito da **conquista de quota de mercado** registou-se a reabertura em 10 de Setembro de 2009 do Serviço Ferroviário de passageiros na Linha de Leixões, circulando nesta 1.^a fase, os comboios entre Ermesinde e Leça do Balio. Considera-se que esta iniciativa contribui para alavancar a intermodalidade na Área Metropolitana do Porto.

Foram ainda introduzidos ajustamentos aos horários e ampliada a rede de Vendas em Aveiro e Estarreja.

A oferta da CP Porto, medida em Comboios*Quilómetro, situou-se em 2009 acima do valor de 2008, em 7%.

Relativamente às **acções de venda, parcerias e intermodalidade** foram desenvolvidas acções nomeadamente com Câmaras, Escolas e outras Instituições, com vista à criação de títulos combinados com os operadores locais e a associação dos Urbanos do Porto a eventos ou ocasiões de âmbito cultural, lúdico e desportivo.

A CP Porto apostou ainda em parcerias com outros profissionais (agências de viagens, instituições de turismo) que pudessem canalizar Clientes para os seus serviços (turistas que visitam o Porto e viagens de lazer a Braga e Espinho). Encetou ainda parcerias, associando-se a eventos como o Futebolshow, a ExpoTrakina, os Concertos Promenade, a Feira Semanal de Ermesinde. A estação de São Bento, como já vem sendo habitual, acolheu na quadra natalícia o evento de solidariedade social “Arca de Natal” no âmbito da iniciativa “Natal D’Ouro”. Ao nível dos Projectos Especiais/Grupos foram realizados vários projectos de grande dimensão como Praias, Red Bull, Carnaval, São João, etc.

A Unidade celebrou também Protocolos com concessionários dos Parques de estacionamento junto a Estações servidas pelos comboios da CP Porto e acompanhou projectos de novas estações, interfaces e acessibilidades.



No que se refere à **variável preço**, a CP Porto apresentou propostas de extensão do Tarifário Social do Sistema Intermodal Andante aos Títulos Monomodais CP com Tarifário Social e de adopção do critério de repartição da receita por Passageiro-Quilómetro nos títulos multimodais.

Em 2009 não se verificou actualização tarifária nos preços, prevalecendo assim o tarifário existente em 2008.

Os Serviços Urbanos do Porto integraram o Passe sub23@superior.tp, destinado aos alunos do ensino superior.

Foram prosseguidos os trabalhos relativos à Bilhética sem Contacto dos Títulos Monomodais com vista à sua implementação no ano de 2010.

No âmbito da **eficiência e produtividade** e tendo em vista a melhoria contínua e sustentada das competências técnicas e relacionais dos colaboradores a CP Porto promoveu diversas acções de formação, com destaque para o "Projecto Gestão com as Pessoas" e prosseguiu o Projecto de Optimização dos Consumos Energéticos.

Foram efectuadas as Auditorias internas e externas de acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade com resultados positivos.

1.2.2 Síntese dos Resultados

No ano de 2009, a Procura da CP Porto ultrapassou os 20 milhões de Passageiros, tendo sido transportados mais 611 milhares de Passageiros que no ano anterior, representando um crescimento da ordem dos 3%. Este acréscimo contribuiu por sua vez para o aumento dos Proveitos de Tráfego em +3,6%, ou seja, cerca de +712 milhares de euros.

O crescimento da procura verificou-se de forma generalizada em todas as Linhas. A Linha de Caíde registou uma variação positiva de 319 milhares de Passageiros (+5,7%), seguida da Linha de Braga com +166 milhares de Passageiros (+3,6%), da Linha de Guimarães com +82 milhares de Passageiros (+4,3%) e da Linha de Aveiro em que se verificou um aumento de 43 milhares de Passageiros (+0,5%). O troço de Leixões, em fase de relançamento, contribuiu com cerca de 13 milhares de Passageiros desde meados de Setembro até ao final do ano.



A evolução dos Proveitos de Tráfego foi ainda influenciada pela degradação da base tarifária média, em face ao aumento do peso das Assinaturas e do Andante na estrutura de proveitos da Unidade.

Para ir de encontro às expectativas do mercado foi necessário incrementar a actividade da Unidade de Negócio com consequente acréscimo de Custos Operacionais. No entanto, deve-se referir que o material circulante e os meios humanos adicionais foram obtidos por transferência a partir de outras Unidades de Negócio, contribuindo assim para a rentabilização dos meios existentes na CP.

Os Custos Operacionais registaram um aumento em cerca de 4,9%, que em termos absolutos corresponde a cerca de +1,7 milhões de euros. Este acréscimo é essencialmente explicado pela variação das rubricas de Custos com Pessoal (+1,2 milhões de euros), Taxa de Utilização da Infraestrutura (+0,6 milhões de euros) e Electricidade para a Tracção (+0,3 milhões de euros). As restantes rubricas apresentaram globalmente uma tendência de decréscimo.

Em termos globais a Unidade obteve em 2009 um grau de cobertura de 58,5%, com um Resultado Operacional de -15,2 milhões de euros, ou seja, um agravamento de cerca de 1,3 milhões de euros face ao ano anterior.

*Bruno
Rui
Afonso*

1.2.3 Indicadores – CP Porto

CP Porto	2008	2009	09 / 08	09 - 08
Resultados				
Resultado Operacional (mil)	-13.943	-15.210	-9,1%	-1.267
Proveitos Operacionais (mil)	20.975	21.422	2,1%	447
Custos Operacionais (mil)	34.918	36.632	4,9%	1.714
Grau de Cobertura Operacional	60,1%	58,5%	-2,6%	-1,6%
EBITDA (mil)	-13.076	-14.578	-11,5%	-1.503
Procura				
Passageiros (mil)	19.969	20.580	3,1%	611
Aveiro	7.900	7.943	0,5%	43
Braga	4.579	4.745	3,6%	166
Caíde	5.568	5.887	5,7%	319
Guimarães	1.922	2.004	4,3%	82
Proveitos de Tráfego (mil) *	19.446	20.171	3,7%	725
Aveiro	8.355	8.093	-3,1%	-262
Braga	4.328	4.749	9,7%	421
Caíde	4.829	5.252	8,7%	422
Guimarães	1.933	2.077	7,5%	144
* Não inclui Proveitos de Militares				
Proveitos de Tráfego por tipo de Título (mil)				
Bilhetes	12.394	12.512	1,0%	118
Assinaturas	4.907	4.987	1,6%	80
Andante	1.652	1.906	15,4%	255
Comp. 4_18 e Sub23	-	266	-	266
Outros Proveitos de Tráfego	792	784	-0,9%	-7
Oferta Passageiros				
Comboios Quilómetro (mil)	4.627	4.948	6,9%	320
LKO (milhões)	2.158	2.260	4,7%	102
PK / CK	124,6	121,3	-2,7%	-3,3
PK / LKO	26,7%	26,5%	-0,6%	-0,2
Recursos Humanos				
Efectivo Final	316	351		35
Efectivo Médio	310	339		29
PK / Efectivo Médio (mil)	1.860	1.770	-4,8%	-90
CK / Efectivo Médio (mil)	14,93	14,60	-2,2%	-0,33
Índice Pontualidade Diária				
Aveiro	90,4%	84,7%		-5,7
Braga	95,6%	87,7%		-7,9
Caíde	96,2%	88,9%		-7,3
Guimarães	94,1%	75,7%		-18,4
Índice Regularidade Diária				
Aveiro	99%	99%		0
Braga	100%	100%		0
Caíde	100%	100%		0
Guimarães	99%	100%		1



1.3 CP LONGO CURSO

1.3.1 Síntese da Actividade

De acordo com a estratégia definida, a CP Longo Curso em 2009 prosseguiu o desenvolvimento dos segmentos Empresas (empresas de grande e média dimensão com elevada mobilidade dos seus colaboradores) e Estudantes e Grupos (entidades organizadoras de viagens em grupo passíveis de utilizar o modo ferroviário), a implementação de adequada Política Tarifária e a dinamização de novos canais de distribuição e de informação.

Assim e em 2009 destacam-se no **desenvolvimento dos segmentos Empresas, Estudantes e Grupos** as seguintes acções:

- Implementação de uma nova política comercial, passando a avaliação dos descontos comerciais a ser feita por valor e não por número de viagens realizadas. Criou-se a figura de Acordo Comercial para Organizações com contornos específicos, (percentagem de desconto fixa);
- A carteira de Clientes CP Empresas encerrou 2009 com 101 acordos em vigor. Foram realizados 23 novos protocolos e 4 acordos comerciais;
- Continuaram as acções junto do segmento universitário, nomeadamente as acções "Train'n Trip" em universidades localizadas em cidades servidas pelo Intercidades;
- No transporte de Grupos realizou-se uma promoção para grupos escolares, que consistiu num preço único de 2€ (viagens às 3^a, 4^a e 5^a) para viagens de ida e volta em IC do eixo do Alentejo;
- Divulgou-se a oferta de Grupos e Comboios Especiais com forte incidência no público proveniente do Linha do Norte para concertos de grande dimensão em Lisboa. Neste âmbito realizaram-se 8 comboios especiais, que transportaram 3.896 passageiros.

Tendo em vista a **adequação da política tarifária**, foi implementada uma política



de Yield Management com o objectivo de captar Clientes para alguns comboios com menores taxas de ocupação.

Saliente-se que em 2009 não se promoveu qualquer aumento tarifário.

Dinamizando **novos canais de distribuição e informação**, em Fevereiro, os Clientes Alfa Pendular e Intercidades passaram a dispor de mais um canal de venda: o Call Center (808 208 208), linha de Apoio a Clientes com atendimento de 24 horas.

Com a disponibilização da aquisição de bilhetes para o Lusitânia na Internet, via site da RENFE, passaram a estar também disponíveis as tarifas Estrela, até 40% de desconto e Web, até 60% de desconto.

A aposta nos canais de venda alternativos que tem vindo a ser seguida teve alguns resultados em 2009. Verificou-se um decréscimo do peso da Bilheteira, que ficou abaixo dos 80% do conjunto dos canais de venda por contrapartida de um crescimento das compras pela Internet. Para este crescimento contribuiu a disponibilização de novas funcionalidades na bilheteira on-line (Revalidação e Reembolsos on-line). Este canal conseguiu chegar aos 10%, quando em 2008 tinha ficado pelos 7,7% da quota de vendas.

Em Março a venda de Longo Curso na Estação de Pragal passou a ser assegurada pela FERTAGUS e em Junho a venda de Longo Curso na Estação de Sete Rios passou a ser assegurada pela CP Lisboa.

Finalmente destacam-se no âmbito das acções tendentes a aumentar a **qualidade global dos serviços**:

- A assinatura no 1.º Trimestre de 2009, do novo contrato de fornecimento de serviços de bordo dos IC's da Linha do Norte;
- A inauguração da sala de espera dedicada, CP Lounge, na estação do Oriente, direcionada aos Clientes "Premium" e a revitalização da imagem das bilheteiras da Estação de Santa Apolónia;
- O desenvolvimento de Parcerias Comerciais, nomeadamente com Parques de estacionamento, CarrisTur, Avis, hotéis Tivoli, Fil, Exponor e Serralves. Disponibilizaram-se pacotes de programas incluindo viagens de comboio de que são exemplos o Comboio Aventura e a associação às Rotas e Sabores



Tradicionais do Alentejo. Realça-se ainda a parceria com a Wook (marca registada da Porto Editora) com a distribuição gratuita aos Clientes Alfa Pendular de um mini livro de bolso;

- A redução drástica do prazo médio de resposta a reclamações recebidas;
- A renovação de imagem exterior das carruagens afectas ao serviço Intercidades.

De realçar a baixa pontualidade apresentada no período pelos comboios desta Unidade relacionada com as intervenções de melhoria da infra-estrutura.

1.3.2 Síntese dos Resultados

A CP Longo Curso voltou, em 2009, a atingir um Resultado Operacional positivo e manteve a tendência de crescimento dos proveitos.

Assim, os Proveitos Operacionais ascenderam a 88,3 milhões de euros, o que se traduziu num crescimento de 0,9% face a 2008 enquanto os Proveitos de Tráfego se situaram nos 86,4 milhões de euros, representando um aumento de 0,4% em relação ao ano anterior. Esta variação positiva, na ausência de actualizações tarifárias, foi totalmente alicerçada no crescimento da procura. (+0,9% de Passageiros transportados).

Numa análise por serviço, o maior aumento verificou-se no Intercidades, com um crescimento de 2% nos Passageiros. O serviço Alfa Pendular registou um aumento de 0,2% de Passageiros transportados. O Internacional, evidenciando as dificuldades decorrentes da concorrência das empresas de low-cost no eixo Lisboa-Madrid e da degradação do material afecto ao serviço Sud-Express, apresentou um decréscimo de 12% nos Passageiros transportados.

O produto com maior crescimento foi o CP/Empresas, onde os resultados foram claramente positivos em 2009: os Proveitos gerados tiveram um crescimento de 22% (passaram de 3,1 milhões de euros para 3,8 milhões de euros) e os Passageiros transportados ao abrigo dos protocolos cresceram 18% (passaram de 132 mil para 156 mil em 2009).

O produto Estudante completou um ano em Outubro de 2009 com resultados muito positivos, que revelam uma grande adesão por parte deste segmento alvo. Em 2009 viajaram 209 mil estudantes.



João R. [Signature]

36

SEDE

Caçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



COMBOIOS DE PORTUGAL



No transporte de Grupos obteve-se um crescimento de 2,4% dos passageiros transportados, que corresponde a um acréscimo de 1.160 passageiros e de 2,9% da receita gerada.

No que diz respeito aos Custos Operacionais, verificou-se um crescimento de 2,6% face a 2008, decorrente designadamente da alteração do parque de Locomotivas afectas ao serviço Intercidades (substituição de 2600 por 5600, por necessidade de capacidade de tracção) e do acréscimo dos encargos com energia eléctrica para tracção.

BN
AA
Pmees.



1.3.3 Indicadores – CP Longo Curso

CP Longo Curso	2008	2009	09 / 08	09 - 08
Resultados				
Resultado Operacional (mil)	3.262	1.821	-44,2%	-1.441
Proveitos Operacionais (mil)	87.478	88.277	0,9%	799
Custos Operacionais (mil)	84.217	86.456	2,7%	2.240
Grau de Cobertura Operacional	103,9%	102,1%	-1,7%	-1,8
EBITDA (mil)	3.677	1.970	-46,4%	-1.707
Procura				
Passageiros (mil)	5.314	5.364	0,9%	50
Alfa Pendular	1.795	1.798	0,2%	3
Intercidades	3.364	3.430	2,0%	66
Internacional	155	136	-12,4%	-19
Proveitos de Tráfego (mil)	86.023	86.404	0,4%	381
Alfa Pendular	39.604	39.606	0,0%	2
Intercidades	37.949	38.589	1,7%	640
Internacional	8.471	8.210	-3,1%	-261
Proveitos de Tráfego por tipo de Cliente (mil)				
CP Empresas	3.091	3.787	22,5%	696
Outros Clientes	82.933	82.617	-0,4%	-316
Oferta Passageiros				
Comboios Quilómetro (mil)	8.499	8.402	-1,1%	-98
LKO (milhões)	2.593	2.596	0,1%	3
PK / CK	161	164	1,4%	2
PK / LKO	52,9%	53,0%	0,1%	0,1
Recursos Humanos				
Efectivo Final	511	504		-7
Efectivo Médio	511	508		-3
PK / Efectivo Médio (mil)	2.684	2.706	0,8%	22
CK / Efectivo Médio (mil)	16,63	16,54	-0,6%	-0,09
Índice Pontualidade Diária				
Alfa Pendular	60,0%	62,4%		2,4
Intercidades	63,0%	70,7%		7,7
Internacional	74,0%	85,3%		11,3
Índice Regularidade Diária				
Alfa Pendular	99%	100%		1
Intercidades	99%	100%		1
Internacional	94%	100%		6



1.4 CP REGIONAL

1.4.1 Síntese da Actividade

A estratégia da CP Regional, em 2009, enquadra-se no Plano Estratégico da Empresa "CP Mais". Para implementar a estratégia definida, foram estabelecidos 4 vectores de actuação: adequação do modelo de oferta aos padrões de mobilidade regional, nomeadamente nas linhas de baixa procura; continuação da implementação do novo modelo tarifário; aumento da produtividade, em especial dos recursos humanos; e divulgação e promoção dos serviços Regionais, de modo a aumentar a procura.

Na adequação do modelo de oferta aos padrões de mobilidade regional, nomeadamente nas linhas de baixa procura, destacam-se as seguintes acções:

- Reactivação do serviço ferroviário de transporte de passageiros entre Setil e Coruche. A reactivação, deste serviço, foi realizada com o envolvimento e o comprometimento das autarquias, de Coruche, de Salvaterra de Magos e do Cartaxo, na partilha do risco e do défice financeiro de exploração, na captação de Clientes e na divulgação do transporte ferroviário, numa perspectiva de cooperação e potenciação de sinergias;
- Interrupção, em Março de 2009, da exploração ferroviária nas Linhas do Tâmega e do Corgo, por razões de intervenção na infra-estrutura, (REFER). Consequentemente, foi suspenso o projecto de Optimização do Modelo de Exploração nestas Linhas, que consistia na implementação do Agente Único, à semelhança do que já ocorrera na Linha do Tua em 2008;
Devido a intervenções na infraestrutura foi também suspensa a circulação na Linha Coimbra – Figueira da Foz (por Cantanhede) e encerrada em Dezembro a exploração ferroviária num troço do Ramal da Lousã (Miranda do Corvo – Serpins). O serviço nestas linhas é desde então assegurado com recursos a meios rodoviários alternativos;
- Realização de estudos com vista ao reequacionamento da oferta actual e à introdução de um novo modelo de exploração na Linha do Vouga, após a implementação das melhorias na infra-estrutura em curso;



- Reformulação da oferta no Ramal de Cáceres, após diálogo com as Autarquias;
- Reforço da oferta programada na Linha do Douro, para o transporte de Grupos, de modo a tirar um maior partido das elevadas potencialidades turísticas desta linha ferroviária.

Relativamente à **implementação do novo modelo tarifário**, não foi promovida a implementação da 2ª fase, com consequências comerciais, económicas e financeiras.

Tendo por objectivo **aumentar a produtividade dos recursos**, a CP Regional:

- Continuou a optimização da Rede de Vendas. Em 2009 transferiu a venda de títulos para a CP Porto nas estações de Aveiro e de Estarreja e para a CP Lisboa nas estações de Meleças, do Cacém e do Pinhal Novo;
- Optimizou a Gestão de Recursos Humanos, utilizando operadores de venda e controlo, das bilheteiras com menor procura, no serviço de revisão e venda em algumas circulações que servem essas mesmas estações, agilizando e racionalizando as rotações de pessoal operacional;
- Aumentou a eficiência energética, sensibilizando os maquinistas, através de formação adequada, para uma condução que obtenha a máxima economia de energia. Ainda neste âmbito, procedeu-se, na Linha do Algarve, à transformação de 10 UTD 600 em UDD 600, promovendo, com esta medida, uma redução dos consumos médios e consequentemente, uma poupança estimada em cerca de 27.000 litros/mês;
- Prosseguiu as intervenções ao nível das bilheteiras procurando dotá-las de melhores condições de funcionamento e de uma imagem mais moderna e apelativa.

No âmbito da **divulgação e promoção dos serviços**, a CP Regional, colocou o enfoque na realização de acções comerciais com forte promoção local, de que são exemplos o comboio "Rota das Amendoeiras" e o comboio turístico para a Festa do Chocolate em Óbidos.

O Comboio Histórico cresceu a nível da receita, do número de passageiros transportados e da taxa de ocupação por comboio.



O Comboio Aventura prosseguiu com a criação de dois novos programas vocacionados para Empresas: Belver Trophy e Dia Aventura – Team Building. Na sequência do sucesso alcançado na Linha da Beira Baixa, o conceito deste produto foi estendido, à Linha do Minho. Concebeu-se ainda um subproduto do Comboio Aventura destinado somente a Escolas.

Divulgou-se de forma centralizada informação comercial nas estações e disponibilizou-se o serviço de informações sobre a circulação a todos os Clientes que recorram aos telefones de informação ao público instalados em algumas estações e apeadeiros.

1.4.2 Síntese dos Resultados

A CP Regional encerrou o ano de 2009, com proveitos operacionais de 31,4 milhões de euros, com custos operacionais de 88,0 milhões de euros e com um resultado operacional de -56,6 milhões de euros, isto é, 0,4% melhor que o registado em 2008. Os proveitos operacionais reduziram-se, relativamente ao ano de 2008, em -7,7%, em resultado da diminuição da procura, mas esta evolução foi mais que compensada pela redução dos custos operacionais em 3,1%. A taxa de cobertura foi de 35,7%.

Os passageiros transportados diminuíram 4,5%, (-627 milhares de passageiros que em 2008). Contribuíram significativamente para esta quebra a crise económica, a suspensão da exploração ferroviária nas Linhas de via estreita do Douro e a diminuição do fraccionamento de títulos na sequência da implementação da 1.^a fase do novo modelo tarifário.

A redução do fraccionamento de títulos contribuiu por sua vez para que a diminuição da procura se fizesse sentir com maior expressão no título Bilhetes e para que o percurso médio aumentasse. Estes factos, associados ao crescimento do peso das assinaturas, consequência de um aumento da fidelização, levaram a uma diminuição do valor médio recebido por PK (BTM).

As Linhas que contribuíram mais para o volume de procura continuaram a ser o Minho, o Douro Via Larga, o Norte, o Ramal da Lousã, o Ramal de Tomar, o Algarve e o Urbano de Coimbra. Estas linhas representaram 82,3% das viagens realizadas em comboios regionais.





De dimensão média, os serviços nas Linhas do Vouga, da Beira Alta, da Beira Baixa e do Oeste, transportaram no seu conjunto 15,1% dos passageiros.

As Linhas do Tâmega, do Corgo, do Tua, Coimbra – Figueira da Foz, do Leste, do Alentejo e do Sul registaram procura muito reduzida, somando no seu conjunto 348 mil Passageiros, o que representou 2,6% do total de passageiros da Unidade.

Os custos operacionais, da CP Regional, reduziram-se, face a 2008, em cerca de 2,8 milhões de euros (-3,1%). Salienta-se a redução verificada nos custos com combustível para tracção (-2,0 milhões de euros) e nos custos com pessoal (-0,4 milhões de euros).

Mm A
R. mms.

1.4.3 Indicadores - CP Regional

CP Regional	2008	2009	09 / 08	09 - 08
Resultados				
Resultado Operacional (mil)	-56.826	-56.636	0,3%	191
Proveitos Operacionais (mil)	34.022	31.406	-7,7%	-2.615
Custos Operacionais (mil)	90.848	88.042	-3,1%	-2.806
Grau de Cobertura Operacional	37,4%	35,7%	-4,7%	-1,8
EBITDA (mil)	-56.213	-56.498	-0,5%	-285
Procura				
Passageiros (mil)	13.857	13.230	-4,5%	-627
PK's (mil)	568.573	551.885	-2,9%	-16.688
Proveitos de Tráfego (mil)	31.964	30.257	-5,3%	-1.707
Proveitos de Tráfego por tipo de Título (mil)				
Bilhetes	22.025	21.216	-3,7%	-809
Assinaturas	5.155	5.089	-1,3%	-66
Comp. 4_18 e Sub23	-	91	-	91
Outros Proveitos Tráfego	4.784	3.861	-19,3%	-923
Oferta Passageiros				
Comboios Quilómetro (mil)	11.487	11.285	-1,8%	-202
LKO (milhões)	2.842	2.793	-1,7%	-49
PK / CK	49,5	48,9	-1,2%	-0,6
PK / LKO	20,0%	19,8%	-1,2%	-0,2
Recursos Humanos				
Efectivo Final	1.018	944	-74	
Efectivo Médio	1.022	990	-32	
PK / Efectivo Médio (mil)	556	557	0,2%	1
CK / Efectivo Médio (mil)	11,24	11,40	1,4%	0,16
Índice Pontualidade				
	88%	87%	-1	
Índice Regularidade				
	99%	99%	0	

1.5 CP CARGA

1.5.1 Síntese da Actividade

A actividade da CP Carga, que se apresenta, respeita apenas ao período Janeiro / Julho 2009, já que como referido, esta Unidade de Negócios se autonomizou da CP em 1 de Agosto.

A crise económica condicionou a actividade da CP Carga, registando-se um forte impacto negativo ao nível dos indicadores da procura. Num cenário de conjuntura económica difícil, a Unidade continuou no entanto a desenvolver diversas acções de índole comercial junto dos Clientes, tendo em vista a concretização de novas oportunidades de negócios e o desenvolvimento de parcerias bem assim como acções conducentes à melhoria da actividade operacional.

Das actividades desenvolvidas em 2009, e tendo em vista a **concretização de novas oportunidades de negócios** no período considerado e atendendo à dificuldade em obter transportes de carácter continuado na actual conjuntura, a Unidade concentrou os seus esforços na captação de transportes pontuais. Ainda assim iniciaram-se trabalhos conjuntos com diversos Clientes no sentido de dar início a novos tráfegos ainda durante 2009, tendo começado em Abril o transporte de aço com destino a Espanha.

A CP Carga realizou neste período diversos transportes especiais, com destaque para um serviço de transporte de viaturas militares do exército português e um transporte especial de estruturas metálicas de grandes dimensões entre o Porto de Setúbal e o Terminal de Leixões. A Unidade demonstrou assim capacidade e flexibilidade para ir de encontro às necessidades de transporte mais variadas, disponibilizando meios humanos e materiais capazes de conceber as melhores soluções de logística e de transporte dos mais variados tipos de mercadorias.

No âmbito do **desenvolvimento de parcerias** decorreu, em 23 de Março, a apresentação pública do novo serviço ferroviário de mercadorias entre Lisboa e Madrid, designado por "IBERIAN Link" que resulta de uma parceria estabelecida entre a CP e a RENFE.

Em Maio/Junho, foi estabelecida uma parceria com a rede HUPAC, operador suíço de transporte combinado, através do qual a CP passou a poder dar resposta a



solicitações do mercado além Pirinéus, realizando transporte de e até Irun.

Com vista à **melhoria da actividade operacional** ao nível do material circulante e de recursos humanos entraram ao serviço da CP Carga, em Fevereiro, as novas locomotivas da série 4700 para efectuar essencialmente serviços de transporte de contentores no eixo do Terminal XXI (Porto de Sines) / Terminal da CP na Bobadela e no eixo Lisboa / Porto. Com a entrada ao serviço destas locomotivas houve lugar a diversas reaffectações nos parques de locomotivas com a libertação de locomotivas da série 2550.

1.5.2 Síntese dos Resultados

A actividade da CP Carga assentou numa carteira de negócios de um número reduzido de Clientes, o que se traduziu em alguma vulnerabilidade perante o mercado. Acresce que estes Clientes pertenciam a sectores particularmente vulneráveis em períodos de recessão como é o caso dos materiais de construção, cimento, madeiras e produtos siderúrgicos. Também as opções energéticas a nível nacional conduziram a uma perda continuada no transporte de carvão.

Assim, a CP Carga registou até finais de Julho de 2009 níveis da procura que ficaram aquém das expectativas da Unidade e do ano anterior, desempenho este semelhante ao registado por outras congéneres Europeias.

Atendendo à já referida autonomização da CP Carga os dados económicos e financeiros desta Unidade, em 2009, não são comparáveis com os do exercício anterior.

PARTICIPADAS

Durante o ano de 2009 é de relevar a ocorrência dos seguintes factos:

CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA

Capital social: 5 milhões de euros

Participação da CP: 100%

Nos termos do artigo 10º do DL 137-A/2009, publicado no DR nº 112 de 12/06/2009, procedeu-se, por deliberação do Conselho de Administração da CP de 13.07.2009, à autonomização da área de transporte de mercadorias e logística criando-se a CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA.

Esta empresa tem por objecto o transporte ferroviário de mercadorias, actividades logísticas e operações conexas.

Para a nova empresa transitaram os trabalhadores e os activos que fazem parte do estabelecimento da Unidade de Negócios CP Carga e que estavam afectos ao seu objecto social, com excepção das locomotivas, para as quais foi estabelecido um regime de aluguer. Transitaram ainda as posições jurídicas em contratos celebrados pela CP, EPE relativas a atribuições que passaram a ser prosseguidas pela CP Carga.

Para além do capital social foram também realizadas Prestações Acessórias ao capital social no valor de 15 milhões de euros.

A 01.08.2009, a CP Carga iniciou o seu funcionamento tendo, desde essa data, assegurado a actividade de transporte ferroviário de mercadorias e logística para cuja avaliação se apresentam os seguintes indicadores:

Indicador	Valores em m.€.
Total dos Proveitos ⁽¹⁾	25 181
Proveitos do tráfego de mercadorias ⁽¹⁾	24 313
Total dos Custos ⁽¹⁾	39 581
Resultado Líquido ⁽¹⁾	-14 400
Activo Líquido ⁽²⁾	103 659
Passivo Total ⁽²⁾	98 059
Capital Próprio ⁽²⁾	5 600

(1) Valores relativos ao período entre 1 de Agosto e 31 de Dezembro de 2009

(2) Valores em 31 de Dezembro de 2009



A constituição da CP Carga SA foi feita num quadro histórico em que a actividade foi sistematicamente deficitária. De acordo com os estudos que levaram à constituição desta participada, prevê-se que a viabilidade económica da nova empresa seja alcançada através da conjugação de um vasto conjunto de medidas, quer ao nível da actividade comercial quer ao nível da redução de custos que, a prazo, proporcionará a rentabilização da CP Carga SA. Assim, não foi possível, aliás como previsto, durante o ano de 2009, sustar a acumulação de prejuízos. No entanto, devem ser reconhecidos os esforços efectuados para reduzir os custos da actividade e dos efeitos prejudiciais da crise que afectou a economia nacional e internacional.

TEX – Transportes de Encomendas Expresso, Lda.

Em 23 de Fevereiro foi concretizada a venda da participação de 99,8% no capital social da TEX – Transportes de Encomendas Expresso, Lda. pelo valor de € 226.450,41 à empresa EXERCEGEST, SGPS, SA. Os restantes 0,2% foram também vendidos à mesma empresa pela participada FERGRÁFICA – Artes Gráficas, SA. Esta operação ocorreu por esta participada se situar fora das opções estratégicas para o “core business” da CP.

O valor da venda foi igual ao do capital próprio da TEX a 31 de Dezembro de 2008 e, consequentemente, não houve lugar, quando da realização do contrato, ao registo pela CP de mais ou de menos valias.

Quando da transacção, foram também liquidados créditos da CP sobre a TEX no valor de 228 milhares de euros.

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Capital social: 8 100 milhares de euros

Participacão da CP: 100%

A EMET tem como objecto:

- Fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros;
 - Engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte;





- Estudos de instalações oficiais para manutenção.

Durante o exercício de 2009 foi concretizada a recomposição do capital próprio da EMEF com a cobertura de Resultados Transitados, acumulados entre 1997 e 2007, pelo montante de € 60.611.983,52.

Para a avaliação da actividade e da estrutura financeira da EMEF apresentam-se os seguintes indicadores:

<i>Indicador</i>	<i>Valores em m.€.</i>
Total dos Proveitos ⁽¹⁾	82 118
Total dos Custos ⁽¹⁾	84 230
Resultado Líquido ⁽¹⁾	-2 112
Activo Líquido ⁽²⁾	78 699
Passivo Total ⁽²⁾	70 507
Capital Próprio ⁽²⁾	8 192

(1) Valores relativos ao ano de 2009

(2) Valores em 31 de Dezembro de 2009

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Capital Social: € 50.000

Participação CP: 70%

A FERNAVE tem por objecto:

- A formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal das empresas accionistas, bem como do afecto a outras empresas do sector dos transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- A elaboração de estudos e projectos, no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- A prestação de serviços de psicologia aplicada, às empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas.



Durante o ano de 2009 efectuou-se a recomposição do capital da Ecosaúde, S.A., empresa cujo capital é totalmente detido pela Fernave, na qual se procedeu à redução do capital social de € 2.000.000,00 para € 50.000,00 e à cobertura de Resultados Transitados no valor de € 3.528.546.

É de referir, relativamente a esta participação da Fernave, que a CP decidiu pedir autorização à tutela para adquirir a totalidade do capital da Ecosaúde. Também foi solicitada à tutela a aquisição das participações detidas pelo Metro de Lisboa e REFER no Capital Social da Fernave.

Foi concretizada a recomposição do capital próprio com vista à cobertura dos Resultados Transitados da Fernave, acumulados desde o ano 2000, no âmbito da qual se recorreu:

- Ao quinhoamento, pelos accionistas, das perdas acumuladas no montante de 9.220 milhares de euros;
- À redução do seu capital social de € 500.000,00 para € 50.000,00, mantendo-se a percentagem detida pela CP nesta participada de 70% do capital.

A decisão de reduzir o capital social da Fernave teve em conta não só o seu nível de actividade actual como também considerou os pressupostos assumidos no Plano de Negócios da empresa.

Para apreciação da actividade e da estrutura financeira da Fernave apresentam-se os seguintes indicadores:

Indicador	Valores em m.€.
Total dos Proveitos ⁽¹⁾	7 072
Proveitos Operacionais ⁽¹⁾	3 526
Total dos Custos ⁽¹⁾	8 891
Custos Operacionais ⁽¹⁾	4 358
Resultado Líquido ⁽¹⁾	-1 819
Activo Líquido ⁽²⁾	2 718
Passivo Total ⁽²⁾	4 368
Capital Próprio ⁽²⁾	-1 650

(1) Valores relativos ao ano de 2009

(2) Valores em 31 de Dezembro de 2009

mn *AF*
R *meus .*

50

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



Fergráfica – Artes Gráficas, SA

Capital Social: € 400.000

Participação CP: 100%

A Fergráfica tem como objecto o exercício da indústria gráfica e a comercialização de produtos gráficos e actividades complementares.

A actividade e a estrutura financeira da Fergráfica podem ser apreciadas com os seguintes indicadores:

Indicador	Valores em m.€.
Total dos Proveitos ⁽¹⁾	1 561
Proveitos Operacionais ⁽¹⁾	961
Total dos Custos ⁽¹⁾	1 912
Resultado Líquido ⁽¹⁾	-351
Activo Líquido ⁽²⁾	1 616
Passivo Total ⁽²⁾	3 313
Capital Próprio ⁽²⁾	-1 697

(1) Valores relativos ao ano de 2009

(2) Valores em 31 de Dezembro de 2009

Face à existência de situação líquida negativa e tendo em atenção o determinado no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e as necessidades financeiras desta participada, foi, já em 2010, aprovada uma proposta de recomposição de capital da Fergráfica permitindo-lhe adequá-lo às exigências da sua actividade.

EMEF – Internacional, SA

Através do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, datado de 31 de Agosto de 2009, foi autorizada a constituição da EMEF - Internacional, S.A., com um Capital Social de 50.000 euros, na qual a CP deterá uma participação de 5% e a sua participada EMEF os restantes 95%.

Ron *G. Nunes* .

51

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt





Outras participações financeiras directas da CP

TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
Capital: € 30.000
Participação CP: 33,33%

STIFA – Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, S.A.
Capital Social: € 500.000
Participação CP: 22,5%

OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE
Capital: € 69.832
Participação CP: 14,29%

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.
Capital Social: € 125.000
Participação CP: 10%

Metro do Porto, S.A.
Capital Social: € 7.500.000
Participação CP: 5%

Metro Mondego, S.A.
Capital Social: € 1.075.000
Participação CP: 2,5%

Intercontainer – Interfrigo (ICF), S.A. (Belga)
Capital Social: € 18.300.000
Participação CP: 2,09%

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)
Capital Social: CHF 2.600.000.000
Participação CP: 2%

Bureau Central de Clearing (BCC) (Belga)
Capital Social: € 110.250
Participação CP: 1,36%

APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.
Capital Social: € 1.055.000
Participação CP: 0,47%



verso verso
AT

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



COMBOIOS DE PORTUGAL



PARTE II – GESTÃO FINANCEIRA

Novo mens.

AT

53

SEDE

Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt





INTRODUÇÃO

A Situação Líquida negativa da CP agravou-se em 220 milhões de euros no mesmo período, que correspondem a um incremento de 11%, cifrando-se agora em -2 234 milhões de euros, não obstante as subvenções estatais terem aumentado quase 17% em 2009, comparativamente a 2008.

ESTADO	2009	2008	Variação 2008-2009	Variação % 2008-2009
Dotações de capital				
Subsídios ao investimento / PIDDAC	10.730.000,00	7.985.520,00	2.744.480,00	34,37%
Subsídios à exploração / IC's (com IVA)	34.703.334,00	32.268.356,66	2.434.977,34	7,55%
Empréstimos do Estado				
Outras contribuições	1.847.912,81	422.618,22	1.425.294,59	337,25%
Total	47.281.246,81	39.139.906,47	6.604.751,93	16,87%

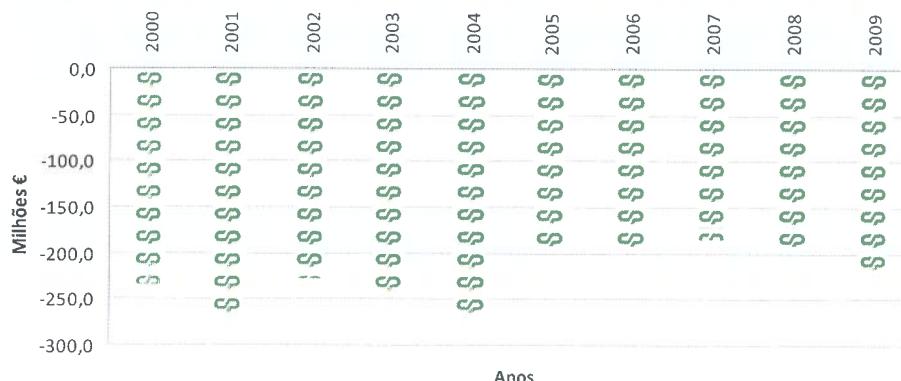
Em 2009 as insuficientes transferências do Estado a favor da CP, na forma de subsídios ao investimento e à exploração, totalizando 47 milhões de euros, deixam a empresa vulnerável face aos mercados financeiros da contratação de empréstimos e da assunção de encargos que vêm onerando significativamente a exploração corrente dos últimos anos. Em 2009, o total dos apoios estatais representa 17% do volume de negócios e os apoios estatais à exploração representam 8,5% dos custos operacionais da empresa, não chegando para compensar o deficit da exploração e melhorar o programa de investimentos, não evitando que a CP gerasse uma Necessidade Global de Fundos de 306 527 m.€.

Cashflows	2009	2008	Variação	Var. %
(+) Investimentos (incl. juros de Imob.)	-121.570	-9.565	-112.005	1171,03%
(+) Fluxos de Caixa Operacionais Líquidos	53.709	108.059	-54.350	-50,30%
(+) Encarg. Fin. Líquid. (juros, taxas, comis.e outros)	127.583	143.722	-16.139	-11,23%
(+) Reembolsos de empréstimos	294.758	387.536	-92.778	-23,94%
(=) Necessidades de Fundos	354.479	629.752	-275.273	-43,71%
<i>W</i>				
(-) Dotações de capital				
(-) PIDDAC	10.730	7.986	2.744	34,37%
(-) Indemnizações Compensat.	34.703	30.732	3.972	12,92%
(-) Subsídios Comunitários	670	541	130	23,95%
(-) Outras dotações	1.848	423	1.425	337,25%
(=) Nec. Global de Fundos	306.527	590.071	-283.544	-48,05%
<i>meus</i>				
<i>OK</i>				

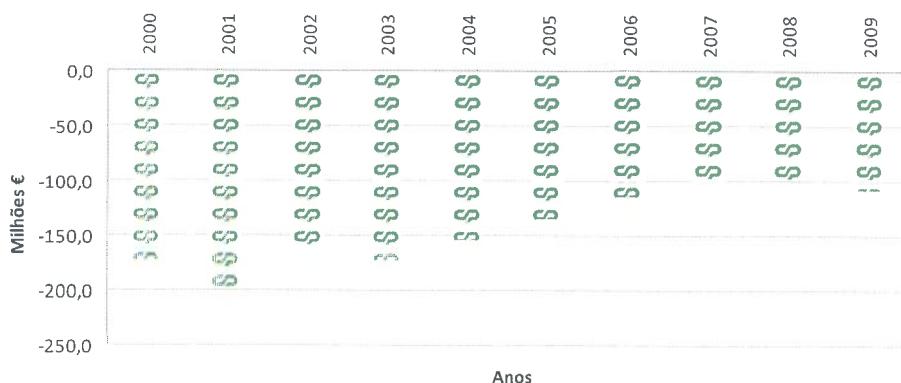


Apesar de ter havido uma melhoria significativa dos Resultados Operacionais nos últimos seis anos, não foi possível reduzir o Resultado Líquido na mesma proporção, situando-se abaixo dos 200 milhões de euros negativos desde 2005 até 2008, e agravando-se ligeiramente em 2009.

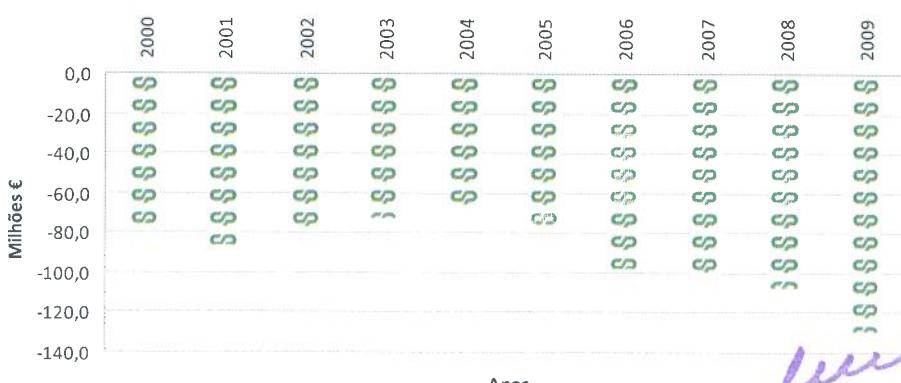
Resultado Líquido



Resultado Operacional



Resultado Financeiro





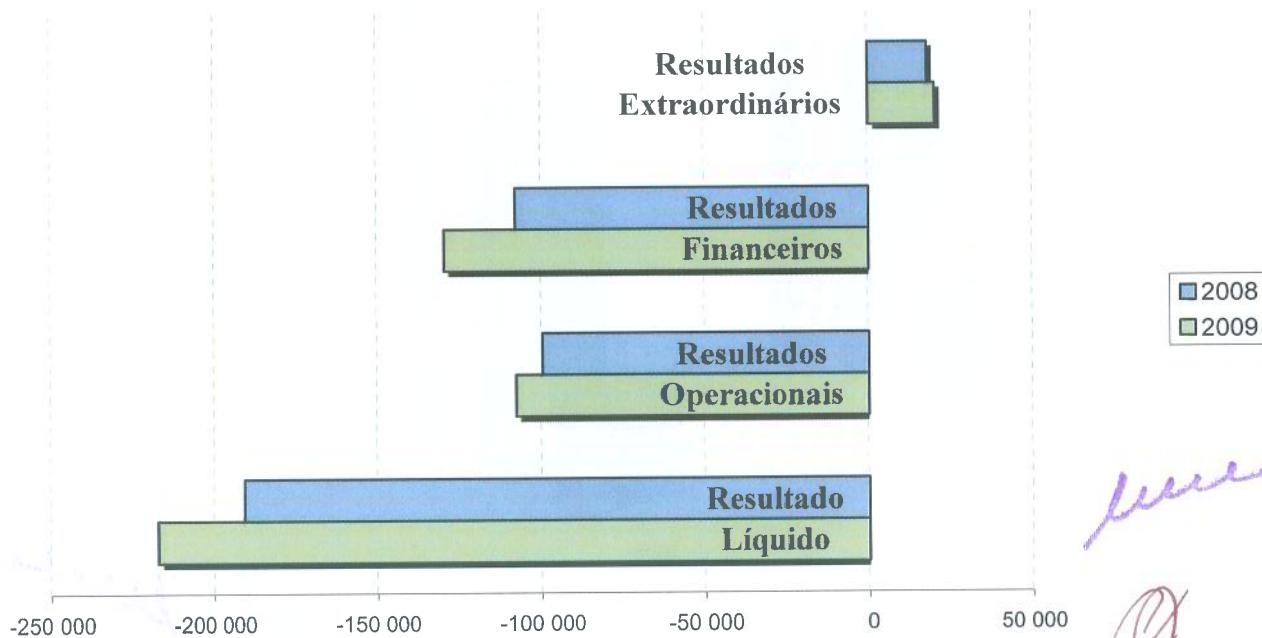
Resultados do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício representa um aumento dos prejuízos em 14,2%, passando de -190 386 m.€ em 2008 para -217 334 m.€ em 2009.

Para este aumento contribuiu o agravamento dos Resultados Operacionais negativos em 7 920 m.€ e dos Resultados Financeiros negativos em 21 424 m.€ e o acréscimo dos Resultados Extraordinários positivos em 2 388 m.€, respectivamente, -7,9%, -19,9% e +13,6%.

Resultados	2009	2008	Variação (m. €)
Resultados Operacionais	-107 666	-99 747	-7 919 -7,9%
Resultados Financeiros	-129 239	-107 815	-21 424 -19,9%
Resultados Extraordinários	19 903	17 515	2 388 -13,6%
Resultado Antes Impostos	-217 002	-190 048	-26 954 -14,2%
Resultado Líquido	-217 334	-190 386	-26 948 -14,2%

Com excepção dos Resultados Extraordinários, verifica-se uma evolução desfavorável dos Resultados apurados, como se pode constatar no seguinte gráfico:

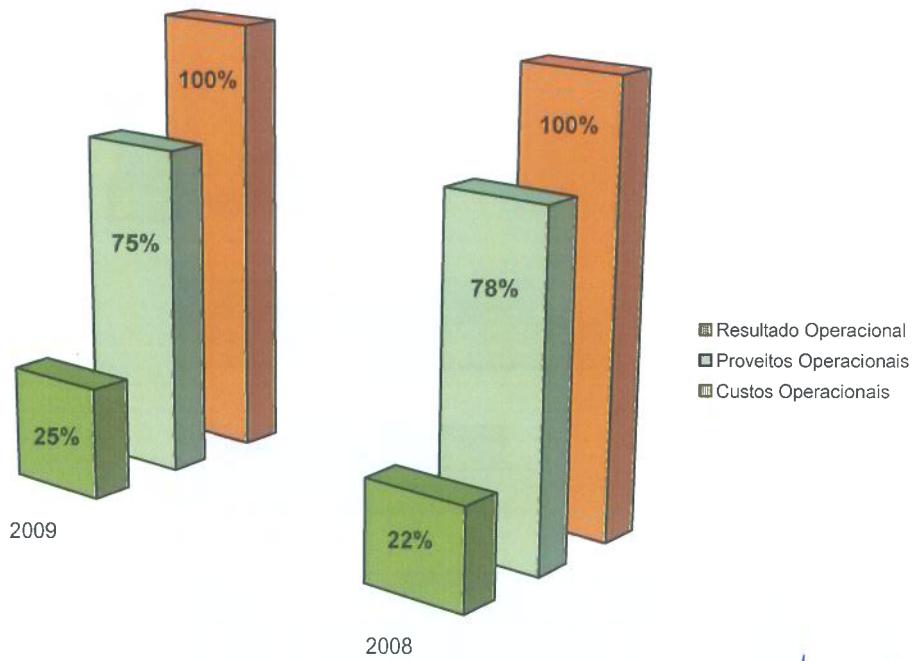


Resultados Operacionais

A evolução negativa verificada no Resultado Operacional derivou da diminuição dos Proveitos Operacionais de 26 739 m.€ (7,8%) superiores ao desagravamento dos Custos Operacionais em 18 819 m.€ (-4,2%)

Resultados Operacionais	2009	2008	Variação	m.€
Proveitos Operacionais	318 220	344 959	-26 739	-7,8%
Custos Operacionais	425 887	444 706	-18 819	-4,2%
Resultado Operacional	-107 667	-99 747	-7 920	7,9%

Verifica-se igualmente que a taxa de cobertura dos custos operacionais teve uma evolução negativa, passando de 78%, em 2008, para 75% em 2009.

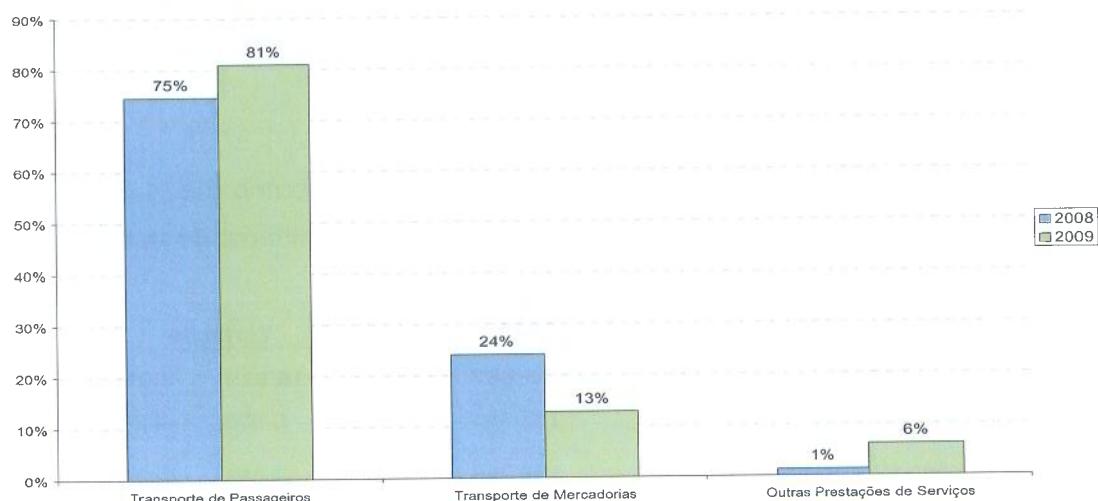




Para a evolução negativa dos Proveitos Operacionais contribuiu de forma significativa o decréscimo de 26 703 m.€ (-9,2%), verificado nas *Prestações de Serviços* face ao exercício anterior, apresentando as suas componentes a seguinte evolução:

Prestações de Serviços	2009	2008	Variação	<i>m.€</i>
Total	263 564	290 267	-26 703	-9,2%
Transporte de Passageiros	213 402	216 446	-3 044	-1,4%
Transporte de Mercadorias	33 828	69 943	-36 115	-51,6%
Outras Prestações de Serviços	16 334	3 878	12 456	321,2%

É ilustrada pelo gráfico seguinte a contribuição de cada natureza de prestação de serviços para o respectivo total em 2008 e 2009:



O referido decréscimo das *Prestações de Serviços* comparativamente a 2008 (-26 703 m.€) está associado essencialmente à diminuição do serviço de transporte de mercadorias no 1º semestre (8 800 m.€) e à inexistência de prestações de serviço desta natureza a partir de 1 de Agosto de 2009, em consequência da autonomização da actividade de transporte ferroviário de mercadorias e da criação da empresa CP Carga, SA por força do Decreto-lei nº137-A/2009 de 12 de Junho, o que conduziu a uma redução anual dos correspondentes proveitos em 36 115 m. €.

59

SEDE

 Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa
www.cp.pt



Contrariando a tendência negativa do total das Prestações de Serviços, as Outras Prestações de Serviços experimentaram um aumento de 12 456 m.€ no exercício, devido essencialmente à facturação do valor total das reparações gerais do material circulante, no montante de 1 063 m.€, vendido a CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, no âmbito do contrato de Compra e Venda de Unidades Triplas Diesel (UTD – VE) da Série 9400 e à facturação associada ao contrato de aluguer de material motor de transporte de mercadorias, estabelecido com a subsidiária CP Carga, SA (8 989 m.€).

Para o decréscimo dos Proveitos Operacionais, contribui decisivamente a redução de 6 744 m.€ verificada nas *Reversões de Amortizações e Ajustamentos no exercício*. Esta variação está associada à reversão do Ajustamento para Dívidas a Receber de Clientes e Outros Devedores, verificada em 2008, na sequência da regularização da dívida histórica do Ministério da Justiça relativa ao transporte bonificado de funcionários, no montante de 6 620 m.€.

Contrariando esta tendência, verificou-se um aumento dos Proveitos Suplementares em 3 951 m.€, representando 38,37%, por efeito de cedências de combustível à REFER, à RENFE e à CP Carga, SA (1 704 m.€), e de electricidade para tracção a esta subsidiária (1 615 m.€).

Os *Custos Operacionais*, apresentando em 2009 um decréscimo de 4,2% em relação a 2008, desagregam-se pelas seguintes rubricas, em milhares de euros:

Custos Operacionais	2009	2008	Variação	
Total	425 887	444 706	-18 819	-4,2%
Custos com Pessoal	135 481	141 381	-5 900	-4,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	138 786	141 839	-3 053	-2,2%
Amortizações Imobilizado, Ajust. e Provisões	85 617	79 794	5 823	7,3%
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	11 156	18 772	-7 616	-40,6%
Impostos e Outros Custos Operacionais	54 847	62 920	-8 073	-12,8%

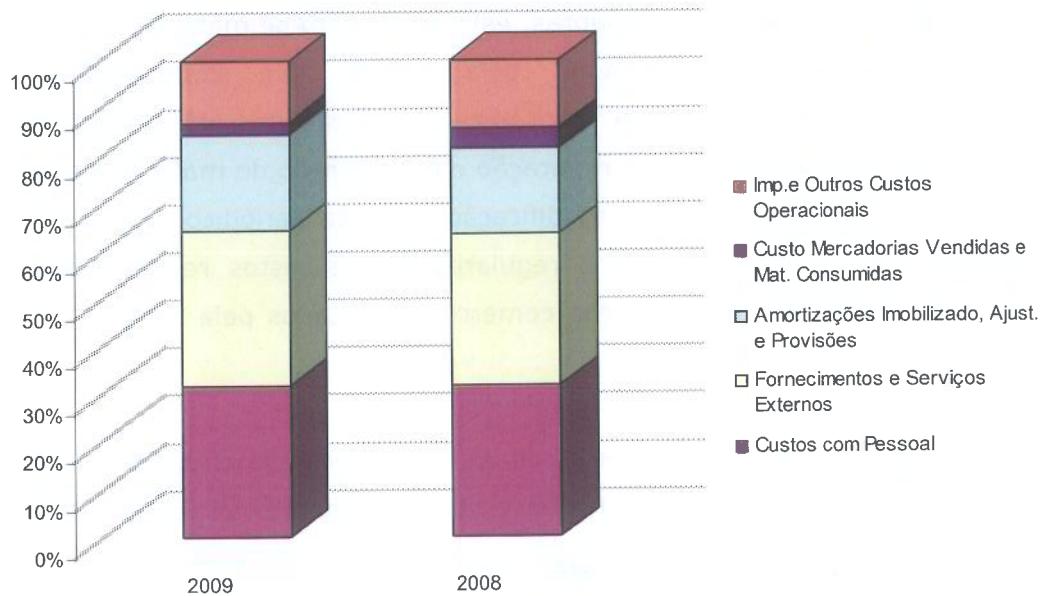
Bonnes fêtes *A*
B

60

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt





Os *Custos com o Pessoal* apresentam uma diminuição de 5 900 m.€ (4,2%), consubstanciado essencialmente no decréscimo de ordenados e encargos patronais (- 4 869 m.€), trabalho extraordinário (- 2 340 m.€), prémios (- 2 872 m.€), décimo terceiro mês (- 637 m.€) e no aumento das indemnizações por rescisão de mútuo acordo (5 647 m.€). A evolução desta rubrica reflecte a transferência da posição contratual da CP, EPE nos contratos de trabalho com o pessoal afecto à ex- Unidade de Negócio CP Carga, para a nova empresa de transporte de mercadorias CP Carga, SA, por via da autonomização da actividade.

Os *Fornecimentos e Serviços Externos* registaram um decréscimo de 3 053 m.€ (2,15%), resultante do efeito conjugado especialmente dos seguintes aumentos e diminuições:

- Aumentos dos custos associados a serviços prestados pela REFER referentes a utilização de estações (+321 m.€), limpeza de material circulante por actualização de preços (+152 m.€), segurança e vigilância nas estações e comboios (+707 m.€), distribuição de jornais e revistas nos comboios Alfa Pendular (+483 m.€), aluguer de veículos rodoviários para assegurar o transporte alternativo de passageiros (+ 399 m.€), nomeadamente o aluguer de autocarros para transbordo nas linhas do Corgo e Tâmega, em que foram suspensas as circulações ferroviárias desde Março de 2009, devido ao mau estado da infra-estrutura, consumo de electricidade para uso diversos (+ 254 m.€), obtenção de estudos e pareceres diversos (+861 m.€);



- Diminuição dos custos com manobras, estacionamento de material circulante e tarifas suplementares prestados pela REFER, em consequência da autonomização da actividade de transporte de mercadorias pela criação da CP Carga, SA (-1 589 m.€), com a reparação e manutenção do material circulante em geral, nomeadamente por modificação, levante periódico, vandalismo e acidente (-2 117 m.€) e com a regularização de custos reconhecidos em exercícios anteriores com serviços comerciais prestados pela REFER (-2 510 m.€);

As Amortizações do Imobilizado, Ajustamentos e Provisões aumentaram 5 823 m.€ (7,30%). Para este agravamento contribuíram essencialmente os seguintes factos:

- aumento das Amortizações do material circulante em exploração na Linha de Cascais (13 UTE série 3150 e 21 UQE série 3250) resultante da regularização do respectivo valor contabilístico, face à intenção de substituição deste material antes do termo da vida útil atribuída, por motivo de profunda modificação da infra-estrutura ferroviária programada pela REFER (+ 4 303 m.€); aumento do Ajustamento das Dívidas a receber de Clientes (+1 794 m.€) e das Provisões para Acidentes de Trabalho e outras (+2 308 m.€);
- redução das Amortizações de Equipamento Básico (-1 084 m.€.) e das Provisões para Acidentes Ferroviários e Processos Judiciais em Curso (-1 177 m.€.).

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas registou um decréscimo de 7 616 m.€ (40,6%), resultante essencialmente do menor consumo de combustível pela entrada ao serviço das novas locomotivas 4 700 movidas a tracção eléctrica, alugadas à CP Carga, SA (-7 728 m.€.).

Os Outros Custos Operacionais diminuíram 8 073 m.€ (12,8%). Nesta rubrica encontram-se registados 50 479 m.€ correspondentes ao encargo de 2009 com a taxa de utilização de infraestruturas ferroviárias, facturada pela REFER, que diminuiu 5 767 m.€, em consequência da redução dos CK's percorridos em tracção eléctrica e não eléctrica pelos comboios de mercadorias, do domínio da actividade da CP carga, SA a partir de 1 de Agosto de 2009 e da redução de encargos com consumos de água e de energia de baixa e média tensão nas estações da CP



Lisboa e da CP Porto concessionadas pela REFER, facturados por esta entidade em 2008, respeitantes a consumos verificados entre 2004 e 2007 (- 1 601 m.€)

Resultados Financeiros

Os *Resultados Financeiros* em 2009 são negativos em 129 239 m.€, verificando-se um agravamento de 21 424 m.€ (19,87%) face a 2008, com a seguinte estrutura:

Resultados Financeiros	2009	2008	Variação	m.€
Custos e Perdas Financeiros	171 035	152 284	18 751	12,3%
Juros Suportados	130 454	138 531	- 8 077	-5,8%
Ajustamentos de Aplicações Financeiras	13 542	5 297	8 245	155,7%
Perdas em Empresas de Grupo e Associadas	22 725	4 609	18 116	393,1%
Outros Custos e Perdas Financeiros	4 314	3 847	467	12,1%
Proveitos e Ganhos Financeiros	41 796	44 469	- 2 673	-6,0%
Juros Obtidos	17 116	40 157	- 23 041	-57,4%
Ganhos em Empresas de Grupo e Associadas	8 192	3	8 189	272966,7%
Rendimentos de Participações de Capital	10	544	- 534	-98,2%
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	16 478	3 765	12 713	337,7%

O citado agravamento resulta do efeito conjugado essencialmente dos seguintes factos verificados no exercício:

- . desagravamento dos juros suportados com empréstimos Pólo e Pólo I, Eurofima, Obrigacionista 250 M e BEI, entre outros, em cerca de 52 899 m.€, em resultado da descida das taxas de juro de referência, não obstante o acréscimo da dívida financeira remunerada;
- . Agravamento dos juros a pagar (+ 44 783 m.€) e redução dos juros a receber (- 23 661 m.€) com "swaps" destinados a cobertura de juros de empréstimos;
- . aumento das perdas em empresas do grupo e associadas em 18 116 m.€., com a integração dos prejuízos gerados no exercício pela CP Carga, SA (+5 000 m.€) e TEX (-36 m.€.) e com as operações de recomposição de capitais deliberadas nas subsidiárias EMEF (+6 698 m.€) e FERNAVE (+6 454 m.€.);



- agravamento dos ajustamentos de prestações suplementares, empréstimos de financiamento e juros vencidos (Fernave -2 744 m.€., Fergráfica +218 m.€, Otlis -1 000 m.€. e CP Carga +9 399 m.€.) e das provisões constituídas para perdas em investimentos de partes de capital (TEX -410 m.€, Metro do Porto - 249 m.€, Fernave +1 651 m.€. e TIP +1 381 m.€.);
- aumento dos ganhos na subsidiária EMEF com a reversão dos ajustamentos constituídos em exercícios anteriores para prestações acessórias de capital, pelo excedente do valor utilizado na recomposição dos capitais próprios e na cobertura dos prejuízos no exercício (+8 192 m.€.), conjugado com a redução dos ganhos imputáveis à CP, por via da participação na STIFA (-3 m.€.);
- incremento dos outros proveitos e ganhos financeiros, devido essencialmente ao aumento das reversões de ajustamentos de empréstimos a empresas do grupo (OTLIS +180 m.€, FERNAVE +6 120m.€. e EMEF +3 500 m.€.), à diminuição dos proveitos obtidos com a venda de "swaps" (-656 m.€.) e ao reconhecimento de diversos proveitos financeiros (+3 526 m.€.).

Resultados Extraordinários

Os *Resultados Extraordinários* são positivos em 19 903 m.€, valor que traduz uma melhoria de 2 389 m.€ comparativamente ao exercício anterior.

(m.€)

Resultados Extraordinários	2009	2008	Variação
Custos e Perdas	3 281	851	2 430 285,5%
Dívidas incobráveis	10	23	- 13 -56,5%
Perdas em existências	17	35	- 18 -51,4%
Perdas em imobilizações	2 397	179	2 218 1239,1%
Aumentos de amortizações	328	3	325 10833,3%
Outros custos e perdas extraord.	512	525	- 13 -2,5%
Encargos c/pré-reforma	17	86	- 69 -80,2%
Proveitos e Ganhos	23 184	18 365	4 819 26,2%
Ganhos em existências	17	15	2 13,3%
Ganhos em imobilizações	958	414	544 131,4%
Redução de provisões	5 555	5 965	- 410 -6,9%
Outros proveitos e ganhos ext.	16 654	11 971	4 683 39,1%

Tal agravamento resulta do efeito conjugado essencialmente dos seguintes factos:

- aumento das amortizações extraordinárias (+320 m.€.);



- . aumento dos encargos com abates de imobilizado corpóreo em 2 358 m.€.;
- . redução da provisão para Fornecimentos e Serviços Externos efectuados em anos anteriores (-2 624 m.€.) cuja facturação se encontrava em recepção e conferência;
- . reposição da provisão para processos judiciais em curso (+4 391 m.€.);
- . reconhecimento do proveito relativo aos subsídios ao investimento referentes aos anos de 1982 a 1989 na sequência da transferência para a CP Carga, SA do material circulante que lhe estava associado (+2 450 m.€.) e a outros subsídios ao investimento (+1 391 m.€.);
- . ainda de impacto negativo nos resultados extraordinários do exercício foi o facto de em 2009 a provisão para fazer face a encargos com o descarrilamento de um vagão da Transfesa, não ter experimentado a redução verificada em 2008 (-1 388 m.€.).

Balanço

Activo

Em 31 de Dezembro de 2009 o total do Activo Líquido apresenta-se superior ao do ano anterior em 222 562 m.€, o que corresponde a um acréscimo de 16,4%, composto pelas variações nas respectivas rubricas, que se indicam:

ACTIVO	2009		2008		2008/09
		m.€		m.€	
TOTAL	1 577 308	100,0%	1 354 746	100,0%	16,4%
IMOBILIZADO	1 144 506	72,6%	1 199 074	88,5%	-4,6%
Imobilizações Incorpóreas	658	0,0%	728	0,1%	-9,6%
Imobilizações Corpóreas	1 110 753	70,4%	1 172 367	86,5%	-5,3%
Investimentos Financeiros	33 095	2,1%	25 979	1,9%	27,4%
CIRCULANTE	369 055	23,4%	88 138	6,5%	318,7%
Existências	5 871	0,4%	5 493	0,4%	6,9%
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0	0,0%	0	0,0%	
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	127 259	8,1%	78 231	5,8%	62,7%
Outras Aplicações de Tesouraria	223 000	14,1%	0	0,0%	
Depósitos Bancários e Caixa	12 925	0,8%	4 414	0,3%	192,8%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	63 747	4,0%	67 534	5,0%	-5,6%
Curto Prazo	23 567	1,5%	20 745	1,5%	13,6%
Médio e Longo Prazo	40 180	2,5%	46 789	3,5%	-14,1%



SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa



Imobilizado

O decréscimo das *imobilizações corpóreas* em 61 614 m.€ resulta essencialmente de:

- . Diminuição da rubrica de equipamento básico (-982 m.€) devido essencialmente às amortizações (- 64 999 m.€), à aquisição de equipamentos diversos (+245 m.€), à transferência para definitivo de 25 locomotivas (+ 106 719 m.€), da instalação de CCTV nas UQE's 3500 (+ 491 m.€) e da renovação de interiores dos CPA's (+ 389 m.€) e à aquisição de equipamento no âmbito do projecto da Bilhética Sem Contacto (+5 613 m.€). A transferência para a CP CARGA de diversos vagões (- 44 906 m.€) e a alienação de dois equipamentos oficiais (- 419 m.€), contribuíram igualmente para a variação negativa;
- . Diminuição do Imobilizado em curso (-4 320 m.€) principalmente devido às transferências para definitivo de vários contratos: aquisição de 25 Locomotivas de Mercadorias e respectivos equipamentos (- 3 963 m.€), electrificação do Ramal do Seixal (- 906 m.€), obras na linha do Grupo oficial de Entroncamento (-451 m.€), aquisição de um pórtico (-223 m.€), renovação de interiores dos CPA's (- 201 m.€), da instalação de CCTV nas UQE's 3500 (+ 491 m.€); à aquisição de equipamento para a bilhética sem contacto (+1 321 m.€) e do modulo SAP HCM (+ 628 m.€);
- . Diminuição dos Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas (-49 858 m.€) principalmente devido à regularização dos adiantamentos dos contratos para a aquisição de 25 Locomotivas eléctricas para mercadorias e seus equipamentos (-45 098 m.€), do contrato bilhética sem contacto (- 4 191 m.€); da transferência para a CP CARGA do adiantamento dos contratos de aquisição de vagões (- 8 207 m.€), dos adiantamentos para a construção de instalações oficiais ao abrigo do contrato CP/EMEF/SIEMENS ACE (7 116 m.€) e substituição das caixas de transmissão e rodados das UDD450 (+ 540 m.€);

Diminuição da rubrica Edifícios e Outras Construções (-4 228 m.€) essencialmente devido às amortizações (-3 459 m.€), à transferência para definitivo de obras diversas realizadas em edifícios oficiais,



administrativos e terminais de mercadorias (+ 1 507 m.€), aquisição do Edifício em Vila Nova de Famalicão (+ 500 m.€); alienação do edifício da colónia de férias de Valadares (- 494 m.€); abate do edifício da Fergráfica (-1 348 m.€); e à transferência para a CP CARGA de investimentos realizados em ramais de clientes (-644 m.€);

Diminuição da rubrica Terrenos e Recursos Naturais (-1 573 m.€) devido à alienação do terreno da colónia de férias de Valadares (-562 m.€) e à transferência do terreno do edifício da Fergráfica para a REFER (- 1 010 m.€).

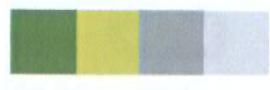
Relativamente aos *investimentos financeiros*, verificou-se um aumento líquido de 7 116 m.€, correspondente a um acréscimo de 27,4% face a 31 de Dezembro de 2008.

A empresa **EMEF**, detida a 100% pela CP, apesar de ter apresentado um Resultado Líquido negativo de 2 112 m.€, terminou o Exercício de 2009 com um Capital Próprio positivo de 8 192 m.€, fruto do processo de recomposição de Capitais ocorrido em Setembro e que visou retirar a empresa da abrangência do artº35 do Código das Sociedades Comerciais, relativo à perda de metade do Capital Social. Este processo originou para a CP um Proveito Financeiro equivalente ao valor do Capital Próprio da Associada, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Foram utilizados neste processo de cobertura de prejuízos os dois empréstimos ainda em dívida à CP (3 500 m.€ e 7 771 m.€), tendo sido anulado o único ajustamento existente de 3 500 m.€. A EMEF amortizou já em 2009, antes da Recomposição de Capitais, um empréstimo concedido pela CP em Novembro de 2008 no valor de 6 000 m.€.

À semelhança da EMEF, a **FERNAVE**, empresa detida a 70% pela CP, atravessou igualmente um processo de recomposição de Capitais Próprios, onde foram utilizados todos os empréstimos concedidos pela CP ainda em dívida no valor de 6 257 m.€ e que estavam integralmente ajustados.

Determinada pelo artº10º do Decreto-Lei nº137-A/2009, de 12 de Junho, a autonomização da actividade de transporte ferroviário de mercadorias, que deu origem à constituição da sociedade comercial **CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários, S.A.**, por via de cisão simples da CP, resultou na transferência para a nova empresa de Activos, Passivos, direitos e responsabilidades, traduzindo-se em

67



20 000 m.€ o investimento inicial da CP naquela empresa. Ao fim dos primeiros cinco meses de actividade, a empresa CP Carga, SA apresentou em 31 de Dezembro de 2009 um Resultado Líquido negativo de 14 315 m.€, tendo sido reflectido nas Contas da CP (única accionista) aquela responsabilidade através do Método de Equivalência Patrimonial, dando origem a um Custo Financeiro pelo mesmo montante.

Em Fevereiro de 2009, a CP vendeu a totalidade da sua participação na empresa **TEX** – Transportes de Encomendas Expresso, Lda. (99,8%) pelo valor de 226 m.€, tendo transferido para a empresa compradora a responsabilidade da TEX pelos empréstimos concedidos pela CP, no valor de 650 m.€.

Circulante

Nas *existências líquidas de ajustamentos* verificou-se uma variação positiva de 378 m.€, proveniente do aumento das existências de materiais diversos em 387 m.€ e da diminuição das existências de mercadorias em 9 m.€.

A variação das existências de materiais diversos está associada ao aumento dos consumos de materiais diversos (11 155 m.€), comparativamente à variação das compras líquidas no ano (11 542 m.€).

No que concerne às *dívidas de terceiros de curto prazo*, o acréscimo de 49 028 m.€ verificado no exercício, provém essencialmente do seguinte:

- diminuição das dívidas de Clientes em 29 734 m.€.

O decréscimo das dívidas de Clientes justifica-se em grande parte pela transferência de dívidas activas (-24 807 m.€) para a empresa CP Carga, SA, no processo de cisão previsto no DL nº137-A/2009, de 12 de Junho, ao qual acresce a liquidação da dívida do Ministério da Justiça (-4 645 m.€) referente à consolidação em factura firme da facturação proforma até 2007, paga em Janeiro de 2009;

- aumento das dívidas de Outros Devedores em 8 087 m.€, nos quais se inclui a dívida do Ministério da Planificação da Argentina pela venda do 3º lote de material circulante (+4 869 m.€), a dívida corrente da CP Carga (+14 802 m.€) e a diminuição da dívida do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (-4 499 m.€) referente à diferença entre o valor homologado e o valor recebido dos subsídios do Estado e Fundos





Comunitários para o investimento (FEDER e PIDDAC). Em 2008, na sequência das acções de controlo realizadas pelo MOPTC, deu-se uma alteração no critério de contabilização dos subsídios, passando a contabilizar-se a débito da conta corrente destes Organismos o valor atribuído por projecto e a crédito pelo valor dos recebimentos;

- aumento das dívidas das Empresas do Grupo (+68 553 m.€) devido essencialmente à dívida resultante da diferença entre Activos e Passivos, direitos e responsabilidades, transferidos para a CP Carga, SA no processo de cisão;
- diminuição do valor do IVA relativo aos reembolsos pedidos (-293 m.€) e a recuperar (-3 043 m.€);
- aumento dos adiantamentos a fornecedores em 7 161 m.€ devido essencialmente a adiantamentos efectuado à EMEF por conta de reparações futuras.

Títulos Negociáveis

Foram constituídas diversas aplicações de tesouraria em Bancos nacionais no valor de 223 000 m.€ durante 2009, pelo que, face à ausência deste tipo de aplicação em 2008, causou um incremento de 100% nesta rubrica.

Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica experimentou uma variação negativa de 3 786 m.€, correspondente a 5,61% em relação a 31 de Dezembro de 2008, devido ao decréscimo de 8 781 m.€ registado nos *custos diferidos* e ao acréscimo de 4 996 m.€ registado nos *acréscimos de proveitos*.

Para a variação dos *custos diferidos* contribuíram os custos com as intervenções programadas no material circulante (que não aumentam a vida útil e que garantem a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento), diferidos no exercício e reconhecidos como custos de exploração numa base plurianual e os adiantamentos efectuados por conta destas intervenções no montante total de 7 237 m.€.

Para os *acréscimos de proveitos* concorreu o aumento da especialização de diversos Proveitos (+531 m.€), de onde se destaca a contabilização da especialização das





rendas dos terminais a facturar à Carga, SA em 2010 (+258 m.€), e da especialização de outros Proveitos (+4 588 m.€).

Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2009 apresenta-se uma Situação Líquida negativa em 2 234 054 m.€, tendo durante o exercício, sofrido um agravamento de 11%.

CAPITAL PRÓPRIO	2009	2008	Variação	m.€
TOTAL	-2 235 385	-2 013 689	-221 696	-11,0%
Capital Estatutário	1 995 317	1 995 317	0	0%
Ajustamentos de Partes de Capital	2 817	2 817	0	0%
Reservas de Reavaliação	72 940	88 611	-15 671	-17,7%
Outras Reservas	93 985	98 348	-4 363	-4,4%
Resultados Transitados	-4 183 110	-4 008 396	-174 714	-4,4%
Resultado Líquido do Exercício	- 217 334	- 190 386	-26 948	-14,2%

A evolução negativa dos fundos próprios da empresa foi motivada pelo efeito conjugado de:

- Reservas de Reavaliação que diminuíram 15 672 m.€ essencialmente pela utilização de reservas de material circulante de 1995 e 1997 em 13 269 m.€, maioritariamente pela transferência de Activos para a empresa CP Carga, SA no processo de cisão, por contrapartida dos Resultados Transitados;
- Resultados Transitados corrigidos negativamente em 174 714 m.€ como consequência da transferência de reservas de reavaliação e da integração do resultado do exercício anterior;
- Resultado Líquido do exercício de 2009, negativo no valor de 217 334 m.€.

70
SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa



Passivo

O *Passivo*, no final de 2009, cifrou-se em 3 811 363 m.€ representando um aumento de 13,1 % em relação ao final do ano anterior.

PASSIVO	2009		2008		m.€ 2008/09
	3 811 362	100%	3 368 435	88%	
TOTAL					13,1%
Provisões	47 348	1,2%	46 851	1,2%	1,1%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	2 788 506	73,2%	2 615 932	68,6%	6,6%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	686 275	18,0%	410 067	10,8%	67,4%
Acréscimos e Diferimentos	289 233	7,6%	295 585	7,8%	-2,1%
Curto Prazo	81 363	2,4%	79 347	2,4%	2,5%
Médio e Longo Prazo	207 870	6,2%	216 238	6,4%	-3,9%

As *Provisões* tiveram um aumento de 497 m.€, principalmente em consequência do efeito conjugado das variações das seguintes provisões:

- Decréscimo das Provisões para Processos Judiciais em Curso (-4 391 m.€);
- Acréscimo das Provisões para Acidentes de Trabalho (+1 455 m.€);
- Acréscimo das Provisões para Perdas em Investimentos Financeiros (+3 031 m.€);
- Decréscimo das Provisões para Acidentes Ferroviários (-489 m.€);
- Acréscimo das Provisões para Encargos com Promoções (+853 m.€).

As *Dívidas a Médio e Longo Prazo* aumentaram 172 574 m.€ em resultado da passagem para curto prazo de parte dos empréstimos BEI (-25 258 m.€), POLO II (-62 500 m.€), Eurofima (-487 052 m.€) e da contracção de empréstimos junto da Banca nacional (+135 000 m.€), a que acresce a nova emissão obrigacionista, com aval do Estado, em Outubro de 2009 (+500 000 m.€) e a contratação de um empréstimo Private Placement com uma entidade japonesa em Dezembro (+113 120 m.€).

As *Dívidas a Curto Prazo* tiveram um aumento de 276 208 m.€. contribuindo para esta variação:

- O aumento da rubrica **Outros Empréstimos Obtidos** (+437 052 m.€) devido à passagem para curto prazo de empréstimos

71



EUFIMI (+487 052 m.€) e à amortização de um empréstimo EUFIMI (-50 000 m€);

- A diminuição das dívidas a **Instituições de Crédito** (-134 516 m.€), associadas à utilização de empréstimos de Curto Prazo (Hot Money) contraídos junto da Banca nacional (-10 000 m.€), ao pagamento dos valores em descoberto bancário por recurso de dívida de curto prazo (-27 672 m.€) e à amortização de um empréstimo bancário nacional (-100 000 m.€); à passagem para curto prazo de parte dos empréstimos BEI (+25 258 m.€) e amortização de uma tranche do empréstimo BEI (-3 000 m.€);
 - A diminuição das dívidas a **Fornecedores c/c** (-7 271 m.€) nos quais se inclui a REFER (-11 560 m.€) e a EMEF (+5 261 m.€);
 - A diminuição das dívidas a **Fornecedores de Imobilizado** (-16 794 m.€) nos quais se inclui a EMEF (-10 155 m.€) e a SIEMENS AG (-5 381 m.€);
 - Ao aumento da rubrica de **Outros Credores** (+3 233 m.€) devido à venda do 3º lote de material circulante à Argentina (+4 565 m.€) e à diminuição da dívida da REFER (-2 367 me), da RENFE (-1 239 me) e de outras empresas (+1 454 m.€).

Em *Acréscimos e Diferimentos*, o decréscimo de 6 352 m.€ resulta da diminuição verificada em *Proveitos Diferidos* no montante de 8 056 m.€ e do aumento de 1 704 m.€ verificado nos *Acréscimos de Custos*.

A variação dos *acréscimos de custos* deve-se à diferença entre o valor de juros vencidos de empréstimos, regularizado no período em análise, que se encontravam especializados nesta data e da especialização de novos juros (Pólo II, Pólo III, BEI CP III, EURO, etc.) (-1 973 m.€); da regularização da especialização dos encargos com os Serviços Comerciais prestados pela REFER de 2006 a 2008 (-4 813 m.€), da especialização da Taxa de Utilização de Infraestrutura relativa à segunda quinzena de Dezembro de 2009 (+2 342 m.€), da diminuição da variação relativa à especialização de diversos FSE's (-4 175m.€), da anulação da especialização de diversos encargos (-3 526 me) e da especialização de outros acréscimos de custos (+12 446 me).

Para a redução dos proveitos diferidos no montante total de 8 056 m.€ contribuiu o reconhecimento dos subsídios FEDER e PIDDAC (-15 893 m.€) na proporção do





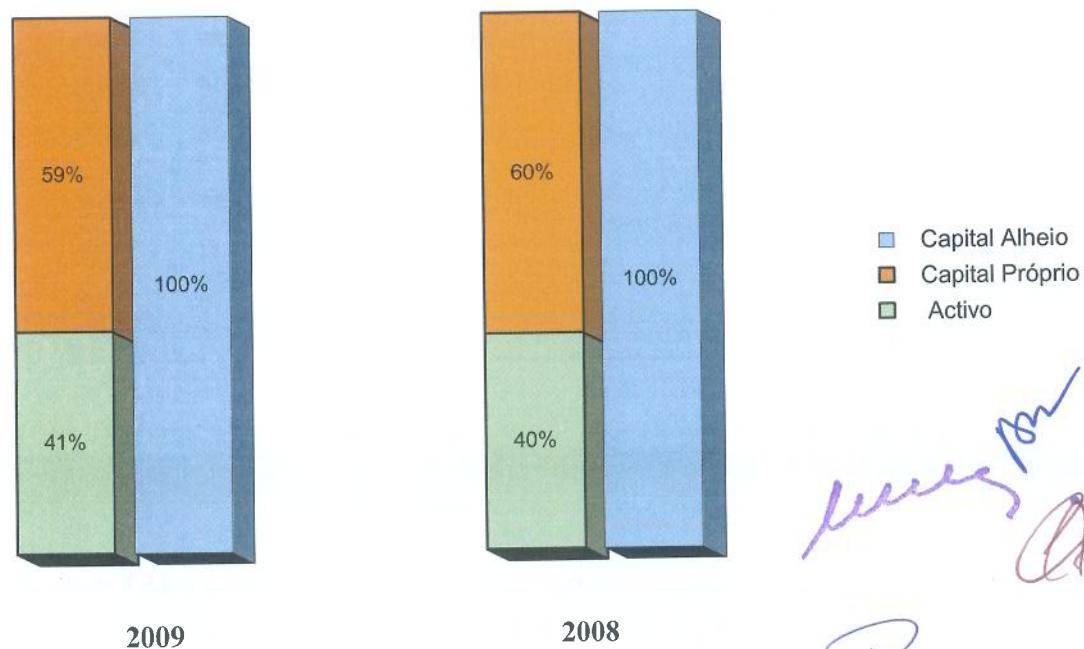
material subsidiado e ao recebimento em 2009 de subsídios FEDER e PIDDAC a utilizar em anos seguintes (+10 685 m.€) e à diminuição da variação da especialização de diversos Proveitos Diferidos (-1 957 m.€).

Estrutura Financeira

A *Estrutura do Balanço* teve a seguinte evolução:

ESTRUTURA DO BALANÇO	2009		2008		VARIAÇÃO	
						m.€
Capital Próprio	-2 234 054	-141,6%	-2 013 689	-148,6%	- 220 365	-10,9%
Dívidas a Médio e Longo Prazo	3 043 724	193,0%	2 832 171	209,1%	211 553	7,5%
Capitais Permanentes	809 670	51,3%	818 482	60,4%	- 8 812	-1,1%
Activo Fixo	1 184 686	75,1%	1 199 075	88,5%	- 14 389	-1,2%
Fundo de Maneio	- 375 016	-23,8%	- 380 593	-28,1%	5 577	1,5%
Activo Circulante	392 622	24,9%	155 671	11,5%	236 951	152,2%
Passivo Circulante	767 638	48,7%	536 265	39,6%	231 373	43,1%
Activo Total	1 577 308	100,0%	1 354 746	100,0%	222 562	16,4%
Passivo Total	3 811 362	241,6%	3 368 436	248,6%	442 926	13,1%

E pode ser sintetizada no gráfico seguinte:





A CP não é capaz de gerar os meios de que necessita para o desenvolvimento das suas actividades, factor importante para assegurar a sua autonomia financeira de forma sustentada.

O grau de intensidade de recurso a capitais alheios no financiamento da empresa, melhorou 3,58%, não deixando de apresentar em 2009 um valor negativo de -0,64.

Como consequência desta situação e não obstante a política de financiamento prosseguida, persistem as dificuldades de Tesouraria, por incapacidade da Empresa em gerar meios líquidos, em consequência do défice de exploração e da falta de capitais próprios para financiar os investimentos que vêm sendo concretizados e amortização de dívidas antigas.

Relações Financeiras CP / ESTADO e Fundos Comunitários

O apoio financeiro total recebido em 2009 do Estado e de Fundos Comunitários, teve aumento de 16%, apresentando a seguinte discriminação:

RELAÇÕES FINANCEIRAS CP/ESTADO E FUNDOS COMUNITÁRIOS	m.€			
	2009	2008	VARIAÇÃO	
TOTAL	47 951	41 217	6 734	16,3%
Dotações de Capital	0	0	0	
Indemnizações Compensatórias	34 703	32 268	2 435	7,5%
Financiamento do Investimento	11 400	8 520	2 880	33,8%
PIDDAC	10 730	7 986	2 744	34,4%
CE - FEDER	670	534	136	25,5%
CE - Outros	0	0	0	
Outros Subsídios	1 848	429	- 37	-8,6%
PAII - Programa de Apoio Integrado a Idosos	334	330	4	1,2%
Sistema Intermodal Andante	58	92	- 34	-37,0%
Passes 4_18 e Sub23	1 456	0	1 456	
Subsídios à Formação	0	0	0	0,0%
Projecto Saferelnet	0	7	- 7	0,0%

Despesas de Investimento e seu Financiamento

Do total do investimento concretizado em 2009, que ascendeu a 75 462 m.€, 81% teve a sua aplicação na aquisição e beneficiação de material circulante.



Por favor,
R. A.
74
SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa


INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2009

m.€

TOTAL	75 462	100,0%
Infra-estruturas de longa duração	7 350	9,7%
Material Circulante	61 148	81,0%
Aquisição	60 229	79,8%
Beneficiação	919	1,2%
Outros Investimentos	6 964	9,2%

A cobertura financeira do valor investido consta do quadro seguinte, sendo de realçar a verba proveniente do crédito bancário.

FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2009

m.e.

DESIGNAÇÃO	INVESTIMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO			TOTAL
		PIDDAC	FUNDOS COMUNITÁRIOS	CREDITO BANCÁRIO	
TOTAL	75.462	10.730	670	64.061	75.462
Infra-estruturas de longa dura	7.350		211	7.139	7.350
Material Circulante	61.148	10.130		51.018	61.148
Outros Investimentos	6.964	600	459	5.905	6.964



RISCOS FINANCEIROS

Enquadramento

Na sequência do surgimento no 2º semestre de 2008 da crise financeira e económica internacional, o ano de 2009, particularmente o seu primeiro trimestre foi caracterizado pela ameaça de depressão económica e pela intervenção de diversas autoridades monetárias na tentativa do controlo dos mercados financeiros como forma de inverter o sentido vigente de desconfiança dos agentes económicos e financeiros. O mercado já incorporava uma descida generalizada dos preços dos bens e consequentemente da inflação e da contracção do crédito pela indisponibilidade de liquidez. Como medida de retoma económica, foi forçada pelos Bancos Centrais a descida das taxas de juro de referência, que atingiram níveis mínimos históricos, com a banca comercial, porém, a aumentar os spreads de crédito e revendo em alta os já contratados.

A CP aproveitou a situação de taxas de referência baixas procurando que os empréstimos a taxa variável aumentassem o peso relativo na sua carteira, passando os mesmos a representar 37,1% (em 2008 eram de 33,1%), conforme gráfico:





Taxa Média de Financiamento

Em consequência dos baixos níveis atingidos pelas taxas variáveis de mercado, e apesar do aumento da dívida verificado em 2009, os juros dos financiamentos comparados com 2008, tiveram uma redução de 37,3%.

Descrição	2005	2006	2007	2008	2009
Juros	70.538	86.888	114.570	137.570	84.682
Aval	1.372	1.438	1.444	1.436	1.647
Outros encargos	1.614	1.557	1.814	1.800	1.952
Encargos Financeiros	73.524	89.883	117.828	140.806	88.280
Dívida Remunerada	2.481.330	2.577.699	2.725.028	2.924.355	3.399.278
Taxa média de financiamento com Swaps	2,81%	3,28%	3,39%	3,54%	3,51%

Ao longo dos últimos anos, a CP tem-se financiado a uma taxa que acompanha o valor médio anual da Taxa Euribor a 6 meses. No último ano porém, a taxa média de financiamento não teve uma descida comparável à da taxa euribor a 6 meses por força do agravamento dos spreads de crédito praticados pelo mercado para o conjunto da economia e pelo peso dos financiamentos a taxa fixa.

Instrumentos de Gestão de Risco

A política seguida pela CP nos últimos anos para cobertura de riscos visava a protecção para a subida de taxas de juro que caracterizava os mercados em 2007 e até Agosto de 2008, numa procura de redução dos custos financeiros.

Com o aparecimento da crise e da baixa acentuada das taxas de referência verificou-se uma descida generalizada das taxas juro de curto e longo prazo.





Alguns dos derivados contratados atingiram as barreiras limite definidas e provocaram um efeito contrário no objectivo inicial.

Com a previsível subida das taxas de referência em 2010 e anos seguintes, conforme é esperado pelos mercados financeiros, há contratos de derivados que voltarão, espera-se, a cumprir os objectivos definidos e assim fazer descer o custo de funding da CP.

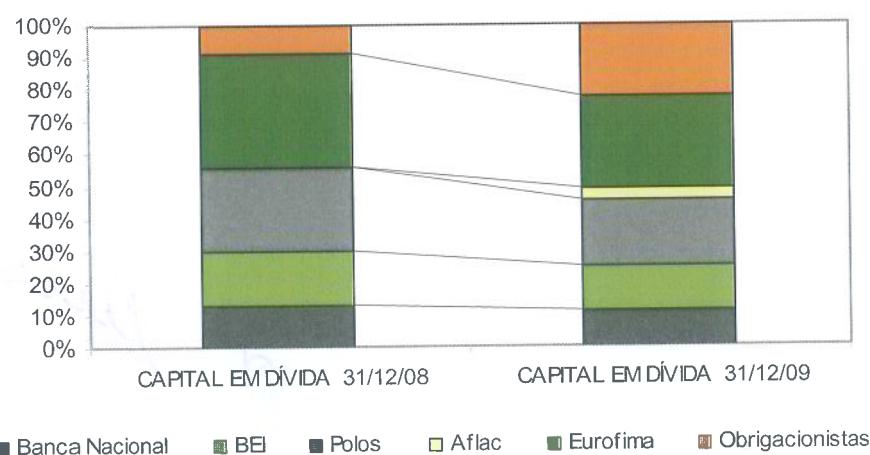
Política de Financiamento

Ao longo de 2009 procedeu-se à utilização das linhas de crédito de curto prazo para apoio à tesouraria, de modo a fazer face às necessidades gerais correntes da actividade da Empresa e ao reembolso de dívida com vencimento neste ano.

Visando uma estruturação desta dívida e a busca de liquidez para responder em parte às responsabilidades vincendas em 2010, a CP emitiu em Outubro um empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros a 10 anos, com aval do Estado e em Dezembro contratou um Private Placement, com a delegação no Japão do investidor americano AFLAC, a taxa fixa, no montante de 15 mil milhões de ienes (cerca de 113 milhões de euros).

Mediante um contrato de swap, converteu-se a moeda japonesa para euros e a taxa fixa ienes passou a taxa variável euribor.

De toda esta movimentação resultou um acréscimo da dívida financeira no montante de 475 milhões de euros, sendo a dívida a 31.12.2009 de cerca de 3,4 mil milhões de euros, distribuída pelas seguintes fontes de financiamento:



BB
AK
R. Meira



COMBOIOS DE PORTUGAL



Do total da dívida 64,6% não beneficia de garantia pessoal do Estado, enquanto que em 2008 este valor era de 75,2%.



Portugal
2009
80
SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa
www.cp.pt

APCER IQNet



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

À data de 18 de Janeiro de 2010, a empresa participou da recomposição de Capitais Próprios da Fergráfica – Artes Gráficas, SA, detida a 100% pela CP, e que apresentava em 31 de Dezembro de 2009 uma Situação Líquida negativa de m.€ 1 697 e um Resultado Líquido negativo de m.€ 351, entrando em incumprimento do disposto no nº1 do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que ficou perdido metade do Capital Social. Esta operação visou dotar a empresa de uma adequada estrutura de capitais, regularizando o desequilíbrio financeiro existente e a situação de falência técnica.

Consequentemente, procedeu-se à redução do Capital Social para montante não inferior ao Capital Próprio e a realização pelos sócios de entradas para reforço da cobertura do Capital.

Deste modo, nas Contas de Janeiro de 2010 da accionista CP deu-se um incremento nos Investimentos Financeiros de €599 995, não havendo qualquer impacto em termos de Resultados, uma vez que todos os Activos relacionados com a Fergráfica e utilizados integralmente nos processo de recomposição dos Capitais Próprios já tinham sido dados como perdidos em Exercícios anteriores através de ajustamentos efectuados aos empréstimos e Prestações Suplementares existentes.



Evolução Previsível da Actividade da CP

A actividade da CP durante o ano 2010 continuará a desenvolver-se no quadro da estratégia CPmais 2007-2010, alinhada com as orientações das Tutelas sectorial e financeira.

Neste enquadramento, destaca-se para este ano o seguinte conjunto de oportunidades/desafios para a empresa:

- Continuação do projecto Bilhética sem contacto e acesso controlado nas estações da CP Lisboa;
- Celebração do contrato de Aquisição de Material Circulante para os serviços urbanos de Lisboa e do Porto, bem como para o Serviço Regional e Carga;
- Constituição da empresa CP/RENFE para operação da Alta Velocidade Ibérica e a afirmação da CP como operador incontornável da Alta Velocidade;
- Contratação com o Estado das Obrigações de Serviço Público, de acordo com o estabelecido na legislação europeia;
- Elaboração do novo Plano Estratégico da empresa;
- Criação das condições e avanço na afirmação da CP a nível internacional.

A aposta na conquista de clientes, através da implementação de novos conceitos de serviço, da facilitação da venda através da utilização de novos canais, do desenvolvimento de parcerias e da participação em diversos eventos continuam a constituir os principais eixos de actuação para o ano de 2010 visando o reforço do modo ferroviário na cadeia de mobilidade.

O processo de optimização da actividade continuará a ser objecto de actuação privilegiando sempre a segurança e a qualidade do serviço. Poderão persistir em 2010, constrangimentos que condicionam o desenvolvimento sustentável da empresa, nomeadamente no que se refere à ausência de contratualização do serviço público e a estrangulamentos de infra-estrutura da rede ferroviária nacional.



COMBOIOS DE PORTUGAL



RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL

A continuidade das operações, princípio sob o qual foram preparadas as Demonstrações Financeiras, depende principalmente do suporte financeiro do detentor do capital, pelo que se torna imprescindível a adopção de medidas urgentes por parte do accionista Estado visando a recomposição do Capital da CP. Os resultados que a CP tem obtido no mercado do transporte ferroviário, agravados em 2009 pela autonomização da actividade do transporte de mercadorias, e os encargos financeiros crescentes decorrentes do elevado passivo financeiro, impedem a reabilitação do Capital Próprio da empresa que se cifra em -2 234 054 m.€ à data de 31 de Dezembro de 2009.

M. A.
R. Nunes.





COMBOIOS DE PORTUGAL



APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquido do Exercício – défice de **217 334 milhares de Euros**, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de Março de 2010

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.^o Francisco José Cardoso dos Reis

Vice-Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vogal: Dr. Paulo José da Silva Magina

Vogal: Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira



COMBOIOS DE PORTUGAL



PARTE III - GOVERNO DA SOCIEDADE

Portuguese
G. A.

89

SEDE

Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt





INTRODUÇÃO

O ano de 2009 foi um período de transformação na estrutura do grupo CP:

- No seguimento da aprovação de novos Estatutos da CP (D.L. 137-A/2009 de 12 de Junho de 2009) assistiu-se à alteração da designação da CP - Caminhos de Ferro Portugueses EP para CP – Comboios de Portugal, E.P.E, em 13 de Julho de 2009.
- A 1 de Agosto de 2009, a Unidade de Negócio CP Carga, transformou-se numa empresa independente sob a forma de uma Sociedade Anónima passando a designar-se por CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

No quadro da racionalização da actividade do Grupo CP, foi decidido alienar a participada TEX – Transportes de Encomendas Expresso tendo em vista a concentração da actividade no seu “core business”, o transporte ferroviário.

Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

A CP visa ser uma referência no serviço de transporte ferroviário, orientada para o Cliente e satisfação das suas expectativas de qualidade e segurança, pautando a sua actuação por critérios e objectivos de eficácia e de competitividade.

Tem por missão prestar serviços de transporte ferroviário de passageiros, numa perspectiva de inovação e de melhoria da segurança, com salvaguarda do ambiente, através de uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado, com o objectivo de aumentar o valor do serviço oferecido aos clientes e o reforço da sua quota de mercado.

Os objectivos da CP estão consubstanciados no seu programa de transformação estratégica **CPmais 2007-2010** e são:

- Ser uma referência no mercado;
- Melhorar os seus resultados;
- Criar valor para o Cliente, para o Accionista Estado e para os Colaboradores.





A estratégia da CP está focada em cinco importantes vectores de actuação:

- Fomentar o aumento sustentado da procura, alavancado numa proactividade comercial e na melhoria da intermodalidade;
- Atenuar os desequilíbrios tarifários que afectam os segmentos de negócio;
- Redefinir os valores, a cultura e a organização, de modo a alinhá-los aos critérios de produtividade;
- Adoptar um modelo de gestão do material circulante que assegure a máxima qualidade do serviço, a segurança e a rentabilidade dos activos;
- Melhorar a eficiência, optimizando os custos de funcionamento.

O programa de transformação estratégica **CPmais** está alinhado com os **Objectivos Estratégicos para o Sector Ferroviário**, apresentados pela Tutela Sectorial em Outubro de 2006 que seguem as seguintes linhas de actuação:

- Melhorar a acessibilidade e a mobilidade e que daí decorra um aumento relevante da quota de mercado;
- Garantir padrões adequados de segurança, de interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência.

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

No que se refere aos **regulamentos internos**, são de referir os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovia/Tracção e de Licenciados e Bacharéis), o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas, e o Regulamento de Compras.

No âmbito da **regulamentação externa**, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, o Directório da Rede, que visa fornecer às





empresas de transporte ferroviário a informação essencial para o acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P., na qualidade de gestor da infra-estrutura, e o Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

Através do Directório da Rede são definidas as condições de acesso à infra-estrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda, os princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infra-estrutura.

No Regulamento do INTF n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, são estabelecidos os métodos e as regras de cálculo aplicáveis à fixação, determinação e cobrança das tarifas devidas pela prestação dos serviços essenciais, adicionais e auxiliares pelo gestor da infra-estrutura, concretizados no Directório de Rede.

Relativamente a algumas disposições e opções estabelecidas no Directório da Rede, é de referir que a CP tem manifestado a sua não concordância por estas introduzirem distorções indesejadas entre tipologias de transporte (passageiros versus mercadorias) e por não reflectirem o princípio de eficiência na gestão da infraestrutura por parte do gestor (implicando fraca qualidade do serviço para ambas as partes: gestor da infraestrutura e operador).

Ainda não existe uma relação contratualizada entre a REFER e a CP, o que tem como consequência a distorção do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização da gestão ineficiente.

De referir ainda os seguintes Regulamentos do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário:

- Reg. n.º 18/2000, de 31 de Julho de 2000, relativo à "Autorização de circulação de material circulante em exploração";
- Reg. n.º 42/2005, de 3 de Junho de 2005 - Regulamento de Licenciamento - relativo aos procedimentos necessários para obtenção de licenças para o exercício da actividade de transporte ferroviário, bem como as metodologias a adoptar na avaliação do cumprimento dos requisitos a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro.

Finalmente, e no que respeita às condições de prestação do serviço de transporte de Passageiros, importa realçar que a Tarifa Geral de Transporte (TGT) de passageiros, aprovada pela Portaria n.º 403/75, de 30 de Junho, foi revogada

(Assinatura)

93

SEDE

Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



M. Nunes



pelo Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de Março, que estabeleceu as novas condições relativas ao contrato de transporte ferroviário de passageiros.

Também o Regulamento (CE) n.º 1371/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, que entrou em vigor no dia 3.12.2009, estabelece alguns aspectos, normas ainda mais favoráveis aos passageiros, aplicáveis quer no transporte nacional quer internacional.

O regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de passageiros, o que inclui o transporte ferroviário, consta da Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho de 2006, e entrou em vigor no final de 2006. O regime passou a ser contraordenacional.

O IMTT é a entidade competente para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação e para a decisão de aplicação das respectivas coimas referidos quer no Decreto-Lei n.º 58/2008, quer na Lei n.º 28/2006.

Refere-se ainda o Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro de 2007, que deu nova redacção ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, o qual consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem ao público o livro de reclamações nas condições aí descritas.

Cabe ainda referir as Resoluções de Conselho de Ministros nº49/2007 de 28 de Março de 2007 e nº 70/2008, de 22 de Abril, no que concerne aos Princípios de Bom Governo dirigidos às Empresas de Sector Empresarial do Estado.

Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

NIF	Nome do Fornecedor	Valor Facturado (em euros)
502937327	EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA	99.159.909

Bon Jours - OK





Informação sobre outras transacções

Em matéria de aquisição de bens e serviços a CP adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços.

Relação dos Fornecedores com facturação ultrapassando 5% dos FSE

(em euros)

NIF	Nome do Fornecedor	Valor Facturado
503933813	REFER, EP – Rede Ferroviária Nacional, EP	68 091 905
500247480	SIEMENS, SA	29 602 140
507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	19 803 029
500697370	PETROGAL, S.A.- Petróleos de Portugal, SA	10 695 045
509118909	CONSÓRCIO EMEF/SIEMENS, ACE	8 509 616

Modelo de Governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da empresa no exercício foram os seguintes:

Conselho de Administração

Presidente: Eng.^º Francisco José Cardoso dos Reis

Vice-Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vogal (1): Dr. Paulo José da Silva Magina

Vogal (2): Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

Vogal (3): Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Issuf Ahmad

Vogal, ROC: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Vogal: Eng.^º Carlos Fernando Moreira de Carvalho



Boas férias.
OK
JL

95

SEDE

Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



Funções e Responsabilidades:

Presidente do Conselho de Administração

- Autoridade de Segurança da Exploração
- Equipa de Missão para a Alta Velocidade
- Comunicação e Relações Institucionais
- Marketing e Comunicação
- Organização, Qualidade e Ambiente
- Planeamento e Informação de Gestão
- Relações Internacionais
- Segurança e Protecção
- Comissão de Ética

Vice-Presidente

- Auditoria Interna e Gestão de Risco
- Gabinete de Participadas
- CP Frota

1º. Vogal

- Finanças Corporativas
- CP Serviços
- CP Lisboa

2º. Vogal

- CP Regional
- CP Longo Curso
- Segurança e Coordenação Técnica

3º. Vogal

- Recursos Humanos Corporativos
- Gabinete da Provedoria dos clientes
- Projectos e Património
- Secretaria-Geral Corporativa
- CP Porto

Auditor externo

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA

Edifício Monumental

Avenida Praia da Vitória, 71 -A, 11º

1069-006 Lisboa



*OK.
M. R. Nunes.*

96

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



Curriculum Vitae

PRESIDENTE - Eng.º FRANCISCO JOSÉ CARDOSO DOS REIS

n. 1955, Lisboa

Desde Julho de 2006 Presidente do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e actualmente do Conselho de Administração da CP - Comboios de Portugal, EPE. Nessa qualidade exerce funções em empresas participadas pela CP, sendo presidente do Conselho de Administração da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A., desde Novembro de 2006., tendo sido presidente da Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A entre 2006 e 2008. É actualmente vice-presidente da Associação Portuguesa de Energia.

É ainda membro dos comités de Gestão da CER – Community of European Railway and Infrastructure Companies e do Comité de Gestão da UIC – Worldwide International Organisation of the Railway - Europa desde Janeiro de 2007.

Com vasta experiência no sector dos transportes ferroviários, foi anteriormente Presidente do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P., (2000-2002), da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., (2001-2002), da Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A., (2003-2006 e 1997-2000). Foi ainda engenheiro do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa (GNFL) (1988-1990), vogal do Conselho Directivo (1990-1992) e vice-presidente do GNFL entre 1993 e 1997 e vogal do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P., (1997-2000). Foi igualmente presidente do Agrupamento Europeu de Interesse Económico Portugal - Espanha, AVEP - Alta Velocidade Espanha - Portugal, (2001-2002), vice-presidente da associação dos gestores europeus de infra-estruturas ferroviárias - EIM, (2002) e vogal do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, na área de especialização em caminhos-de-ferro. Iniciou a sua carreira como engenheiro da empresa Caminhos de Ferros Portugueses - CP, E.P., em Outubro de 1982, integrando o quadro do Gabinete de Estudos e Projectos da Direcção de Equipamento.

É licenciado em engenharia civil pelo Instituto Superior Técnico, ramo de urbanização e transportes, com a média final de 14 valores (1980). Exerceu como docente da Pós-Graduação em Engenharia Ferroviária, ministrada na Universidade



97

SEDE

Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



Católica Portuguesa no ano lectivo de 2004/2005, na cadeira de Renovação e Upgrading da Infra-Estrutura Ferroviária.

Vice-Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

n. 1943, Ilha Terceira, Açores

Desde Janeiro de 2008 vogal do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e actualmente Vice-presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE. Nessa qualidade exerceu funções em empresas participadas pela CP, tendo sido presidente da TEX - Transportes de Encomendas Expresso, Lda. até Fevereiro de 2009.

Anteriormente foi Chief Executive Officer da General Maritime Management (Portugal) Lda (2004-2007), uma empresa do *Grupo General Maritime Corporation (New York)* e sócio Gerente da Sociedade Luso Africana Lda (de 1998 a 2008).

Com vasta experiência em administração e gestão de empresas trabalhou mais de 20 anos no grupo *José de Mello*, tendo sido administrador e Vice Presidente da Comissão Executiva da Soponata - Sociedade Portuguesa de Navios Tanques SA. (1991-2004) e gerente e administrador de várias sociedades de prestação de serviços, indústria e transportes do Grupo, como foi o caso da Metalúrgica Luso Italiana SA ou da Metalúrgica Luso Alemã SA. Passou igualmente pela gestão de parques tendo sido Presidente da ANEPE - Associação Nacional de Empresas de Parques de Estacionamento e Administrador Delegado da ESLI e da Castil Parques em 1998.

No grupo TCS entre 1996 e 1998 foi Administrador da Setep - Sociedade Exploradora de Tempo e Espaços Publicitários, SA, da TCS - Publicidade em Transportes e Meios de Comunicação, SA e presidente da Publicarris - Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA., da Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e outros, SA e da Transpublicidade - Publicidade em Transportes, SA. Na área do transporte rodoviário trabalhou para o grupo *Muñoz y Cabrero (Barcelona)* como gerente executivo da Lusibéria, Transitários, Lda. - (1991) e para o Grupo Rodoviária Nacional tendo exercido funções entre outras como gerente executivo da RN Trans - Actividades Transitárias, Lda. (1985-90) e Director do Departamento de Transporte de Mercadorias da Rodoviária Nacional, EP (1985-



98

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



90). Foi ainda assessor do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, EP entre 1981 e 1984. No início da carreira trabalhou para o grupo CUF (actualmente José de Mello) como Administrador Delegado da Sogenave - Sociedade Geral de Abastecimentos à Navegação e Industria Hoteleira, SARL e Administrador Delegado da Sociedade Comercial dos Restauradores, SARL (1972-75) e ainda como quadro superior da Companhia Nacional de Navegação SARL (1967-72).

Tem uma licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1967), o curso de Gestão de Empresas da American Management Association, M.C.E. (1972) e o Curso de Mestrado em Transportes do Instituto Superior Técnico de Lisboa (1988). Foi responsável pela Cadeira de Elementos de Gestão de Empresas do Curso de Mestrado em Transportes do Instituto Superior Técnico de Lisboa (1988 -89) e assistente das Cadeiras de Economia II e Geografia Económica Portuguesa no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1968-72).

VOGAL - Dr. PAULO JOSÉ DA SILVA MAGINA

n. 1968, Lisboa

Desde Julho de 2006, Vogal do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e actualmente vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE., exercendo ainda funções em empresas participadas pela CP, sendo para o efeito vogal do Conselho de Administração da EMEF, presidente do Conselho de Administração da Fergráfica, Artes Gráficas, S.A. e vogal do conselho de administração da Eurofima.

Anteriormente foi adjunto do Gabinete da Secretaria de Estado dos Transportes no XVII Governo Constitucional (2005-2006). Entre 2003 e 2006 desenvolveu o projecto da Infocapital, Representação Informática, S.A., na qual foi Presidente do Conselho de Administração e *Chief Financial Officer*, tendo sido igualmente consultor financeiro e assessor da administração de várias empresas. Entre 1996 e 2003 foi sócio do Fundo Europeu de Investimentos Euroknights IV e vogal do Conselho de Administração de várias empresas detidas pelo Fundo em vários sectores de actividade. Foi ainda director de Investimentos, Projectos e Concessões da Argos Soditic Portugal – Consultoria, Lda. e analista sénior da Quifel SGPS, S.A., holding de investimentos privada (1992-1996). Começou a carreira em 1991

99

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



como analista do Chemical Bank para as áreas de risco, crédito e mercado de capitais.

Tem uma licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, com a média de 15 valores (1991). Foi docente no PAFE – Programa Avançado de Finanças para Executivos, da Universidade Católica Portuguesa e docente convidado no MBA (Masters in Business Administration) da mesma Universidade, na disciplina de Planeamento Estratégico Financeiro (2004-2006).

VOGAL – Prof. NUNO ALEXANDRE MOREIRA

n. 1961, Lisboa

Desde Novembro de 2005 – vogal do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e actualmente vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE., exercendo por inerência funções em empresas participadas pela CP., sendo vogal do Conselho de Administração da Fernave e do TIP – Transportes Intermodais do Porto desde 2008 e da OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE, desde Março 2006. É ainda representante da CP no BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável desde Setembro 2006.

Nesse âmbito foi presidente do Conselho de Administração da Fergráfica (2005-2006) e vogal do Conselho de Administração da mesma (2006-2008).

Anteriormente exerceu como docente no Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico desde 1985, com a categoria actual de Professor Auxiliar que acumulou desde 2003 a 2005, com as funções de Coordenador da Secção de Urbanismo Transportes Vias e Sistemas e de Coordenador do Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas. Neste âmbito lecionou e foi responsável por diversas cadeiras de licenciatura, do Mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas, Mestrado em Transportes e Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica. Em paralelo à actividade de docente exerceu consultoria no âmbito da Engenharia de Sistemas a empresas do sector Ferroviário, Industrial e de Serviços. Foi ainda Vice-Presidente do CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico (2003-2005), e Vice Presidente da APDIO – Associação Portuguesa de Investigação Operacional (2003-2004).





Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, ramo de Estruturas, com a média final de 15 valores (1984), mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (1990) e doutorado em Engenharia de Sistemas pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa (2000).

VOGAL - Dr. RICARDO BEXIGA

n. 1963, Lisboa

Foi vogal do Conselho de Gerência da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, e vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, EPE. de Janeiro de 2008 a Janeiro de 2010. Nessa qualidade exerceu funções em empresas participadas pela CP., sendo presidente do Conselho de Administração da Fernave e vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto

Anteriormente foi membro dos Conselhos Directivos do INH – Instituto Nacional da Habitação e do IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, tendo participado na criação do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Foi igualmente membro da CAEOPP – Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, da CAECAL – Comissão de Análise e Estudos de Conjuntura e de Acompanhamento de Legislação, da Secretaria de Estado das Obras Públicas, e da Comissão de Acompanhamento do Acordo Social da EXPO 98 e participou em diversas comissões de revisão legislativa, designadamente nas áreas da contratação pública.

Foi ainda consultor da Deloitte & Touche e da Quaternaire Portugal e administrador da Dunadouro, Sociedade de Construções e da Hidrodesign.

Trabalhou como adjunto da Ministra do Ambiente e Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Competitividade e da Internacionalização no XIII Governo Constitucional. Foi Vereador da Câmara Municipal de Gondomar e Deputado da Assembleia da República na IX Legislatura. É Auditor de Defesa Nacional, do Instituto de Defesa Nacional.





Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto (1987). Concluiu Pós-Graduações nas áreas do Direito Público, Gestão, Estudos Europeus e Ciência Política (Políticas Públicas).

Estatuto remuneratório fixado

Até 12 de Julho de 2009

Conselho de Gerência

Presidente – Remuneração de 4.752,55 euros, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13º mês

Despesas de Representação de 1.663,39 euros

Vogais – Remuneração de 4.204,18 euros, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13º mês

Despesas de Representação de 1.261,25 euros

Comissão de Fiscalização

Presidente – Remuneração de 1.188,14 Euros, 12 vezes por ano

Vogal, ROC – Remuneração de 1.973,00 Euros, 12 vezes por ano, facturada à CP, por Alves da Cunha, A. Dias & Associadas, SROC, representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha

Vogal – Remuneração de 950,51 Euros, 12 vezes por ano

A partir de 13 de Julho de 2009

Conselho de Administração

Presidente – Remuneração de 7.225,60 euros, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13º mês

Vice-Presidente – Remuneração de 6.719,81 euros, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13º mês

Vogais – Remuneração de 6.306,64 euros, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13º mês



M. J. Ferreira *RJ*

102

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



COMBOIOS DE PORTUGAL



Conselho Fiscal

Presidente – Remuneração de 1.188,14 Euros, 12 vezes por ano

Vogal, ROC – Remuneração de 1.973,00 Euros, 12 vezes por ano

Vogal – Remuneração de 950,51 Euros, 12 vezes por ano

Coincidente com o início do mandato II em 13 de Julho de 2009, foi publicado o Despacho-Conjunto dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e dos Transportes que fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E, contemplando uma actualização de 2,9% sobre as retribuições que estavam atribuídas desde Agosto de 2001 aos membros do Conselho de Gerência da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

*WW AF
R. mues.*



103

SEDE

Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



Remunerações 2009 (em euro)

Conselho de Administração

Mandato I	Presidente	Vogal substituto	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)
		do Presidente			
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base/Fixa	34.800,48	31.531,35	31.531,35	31.531,35	31.531,35
1.2. Acumulação de funções de gestão					
1.3. Prémios de gestão					
1.4. Outras (identificar detalhadamente)					
Despesas de representação	10.812,04	8.198,13	8.198,13	8.198,13	8.198,13
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de utilização de telefones					
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço					
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço					
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição					
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Segurança social obrigatório	3.377,60	3.153,15	2.810,77	2.171,29	3.153,15
3.2. Seguros de saúde					
3.3. Seguros de vida					
3.4. Outros (identificar detalhadamente)					
Planos complementares de reforma					
4. Informações Adicionais					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	N	N	N	N	N
4.2. Regime Segurança Social	CNP	CNP	CNP	CGA	CNP
4.3. Ano de aquisição de viatura pela empresa					
4.4. Exercício de funções remuneradas					

Mr. W. H. Muller



Nomeações em 13/07/2009 para alteração do Estatuto

Mandato II	Presidente	Vice-Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base/Fixa	46.370,06	43.930,33	41.203,40	41.203,40	41.203,40
1.2. Acumulação de funções de gestão					
1.3. Prémios de gestão					
1.4. Outras (identificar detalhadamente)					
Despesas de representação					
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de utilização de telefones					
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço					
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço					
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição	541,94	507,64	514,50	583,10	445,90
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Segurança social obrigatório	3.311,61	3.393,87	3.213,27	2.171,26	3.393,87
3.2. Seguros de saúde					
3.3. Seguros de vida					
3.4. Outros (identificar detalhadamente)					
Planos complementares de reforma					
4. Informações Adicionais					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	N	N	N	N	N
4.2. Regime Segurança Social	CNP	CNP	CNP	CGA	CNP
4.3. Ano de aquisição de viatura pela empresa					
4.4. Exercício de funções remuneradas					

Comissão de Fiscalização ⁽¹⁾**Mandato**

Presidente - Dr. Issuf Ahmad	2009
ROC - Dr. José Luis Areal Alves da Cunha	14.257,68
Vogal - Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho	23.676,00
	11.406,12

⁽¹⁾ Em funções até 13 de Julho de 2009. Mantém-se em funções após aquela data até à nomeação do Conselho Fiscal.



Referência sucinta às decisões mais relevantes adoptadas pelo Conselho de Administração

Reabertura da Linha de Leixões ao transporte de Passageiros
Reactivação da Exploração entre o Setil e Coruche
Adesão ao Sub23@Superior.tp
Iberian link e Hupac – reforço da oferta na área das mercadorias
Contrato de fornecimento de energia com a Endesa
Contrato com o ACE EMEF/SIEMENS
Constituição da CP Carga, SA
Alienação da TEX
Lançamento de concurso para aquisição Material Circulante para serviço Suburbano e Regional
Desenvolvimento do projecto "Bilhética sem contacto"
Actualização do Programa Estratégico da Empresa
Criação do Directório de Competências
Implementação de novos módulos informáticos para gestão de pessoal e gestão documental

Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

No ano de 2009 registou-se uma quebra da procura global relativamente ao ano anterior afectando a evolução dos proveitos que se reflectiu sobretudo nos serviços Urbanos de Lisboa e Regional. Este impacto negativo surge potenciado pela impossibilidade de actualização dos tarifários aos segmentos de actividade regulados.

De realçar que os serviços urbanos do Porto registaram um acréscimo de cerca de 600.000 passageiros, tendo sido retomado o serviço ferroviário de passageiros na linha de Leixões. Registou-se um ligeiro crescimento de passageiros transportados nos serviços de longo curso sustentado especialmente no serviço Intercidades. Verificou-se ainda um aumento de 18% no número de clientes e de 22% na receita do produto CP/Empresas. Continuou a privilegiar-se o desenvolvimento e promoção de novos canais de distribuição e informação como forma de estar mais próximo do cliente de que se destaca as novas funcionalidades da bilheteira on-line e a





venda por telefone dos serviços de longo curso. No serviço regional regista-se a reactivação do serviço de passageiros entre Setil e Coruche.

Em 2009 foi realizado um novo inquérito aos clientes para conhecer a avaliação que fazem dos serviços, com vista a identificar oportunidades de melhoria no desempenho da CP.

A CP, em termos globais, apresenta um saldo positivo nos indicadores que analisam o seu desempenho: agradabilidade da viagem, desempenho global propriamente dito, intenções de recomendação e lealdade no sentido de ser uma opção mesmo perante outras alternativas.

O índice de satisfação dos clientes tem evoluído de forma bastante positiva desde 2006 (6,94) tendo sido alcançado o valor de 7,86 em 2009.

Após a certificação total da CP pela norma ISO 9001 em 2008, a estratégia tem incidido na manutenção e desenvolvimento dos vários sistemas de gestão da qualidade implementados na empresa.

Ao nível da manutenção dos sistemas de gestão da qualidade destaca-se a adequação dos diversos documentos da qualidade às alterações legislativas, regulamentares e organizacionais que vão ocorrendo e que acarretam a revisão do Manual da Qualidade e Ambiente, do Manual dos Processos e dos Procedimentos.

Ao nível do desenvolvimento dos sistemas de gestão da qualidade, as auditorias internas e externas da qualidade têm tido um papel de destaque. As principais debilidades e oportunidades de melhoria identificadas nestas auditorias têm dado origem aos respectivos planos de ações, sendo de destacar:

- Estabelecimento de contrato entre a CP e a REFER onde se explice os níveis de prestação de serviço a assegurar pela REFER;
- Estabelecimento de uma cultura de "cliente interno – fornecedor interno" que passa pela celebração de protocolos entre as Unidades de Negócio e as Unidades de Serviços;
- Implementação de uma metodologia de avaliação da eficácia da formação;
- Implementação do Directório de Competências;
- Realização do inquérito de motivação e satisfação dos colaboradores;



107

SEDE

Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboa

www.cp.pt



- Concepção e implementação de metodologia de concepção e desenvolvimento de produtos / serviços;
- Nova metodologia de monitorização dos indicadores dos processos.

No âmbito da Gestão Ambiental, destaca-se o desenvolvimento do processo de certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da CP, processo esse que foi instruído junto de entidade externa credenciada (APCER - Associação Portuguesa de Certificação), a realização de auditorias internas ao Sistema de Gestão Ambiental e a consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas em auditoria.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos destacar as que se referem ao cumprimento da legislação e regulamentos ambientais aplicáveis à actividade da CP, bem como os relacionados com a sua eficiência energética ou a melhoria da gestão dos seus recursos e o encaminhamento correcto de resíduos, a saber:

- Definido plano para o levantamento das redes de drenagem das águas residuais industriais (águas provenientes da lavagem de material circulante e de separadores óleo/água);
- Definido novo procedimento de sistema SGI CP PS 022 (Intervenções Técnicas em Equipamentos Fixos de Refrigeração e de Ar Condicionado e Bombas de Calor);
- Implementação de modelo para o registo de funcionamento periódico dos geradores de Emergência, de modo a garantir o registo actualizado do número de horas de funcionamento e do consumo de combustível anual;
- Redução da intensidade carbónica do transporte de passageiros através da execução do plano de racionalização de energia (elaborado no âmbito da auditoria energética realizada à Frota da CP) e do inicio das auditorias de certificação energética de edifícios;
- Definido novo procedimento de sistema SGI CP PS 007 (Gestão de Resíduos de Construção e Demolição);
- Alterado procedimento de sistema SGI CP PS 034 – Gestão Global de Resíduos, de modo a considerar a participação de resíduos pós emergência;





- Aumento da taxa de reciclagem dos resíduos produzidos, tendo a recolha selectiva de resíduos urbanos ou equiparados em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa sido alargada à recolha selectiva no interior dos comboios da Linha de Cascais.

Este ano procedeu-se ainda ao seguinte:

- Introdução dos requisitos de resposta a situações de emergência ambiental nas Instrução de Exploração Técnica (IET) 186 (Plano de Emergência na Linha do Norte (Lisboa a Setil) e na Linha do Oeste (Mira Sintra/Meleças a Caldas da Rainha));
- Elaboração do novo procedimento SGI CP PS 024 - Preparação e Resposta a Emergência em Instalações;
- Disponibilização das Fichas de Dados de Segurança nos locais onde as substâncias ou preparações perigosas são utilizadas;
- Introdução das competências ambientais "Orientação para a Qualidade e Ambiente" no Directório de Competências e no Manual de Acolhimento;
- Identificação das competências ambientais por tipologias de prestadores de serviço, estando em curso a introdução das respectivas cláusulas contratuais nos contratos a celebrar ou em renovação, com o objectivo de se assegurar o controlo sobre os fornecedores/prestadores de serviço.

Nesta área, identificam-se como principais riscos para a actividade e futuro da CP a aplicação do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29/07, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, estando em estudo uma proposta de cobertura dos riscos em causa, que deverá dar satisfação às exigências constantes da Lei.

Quanto à competitividade da empresa, designadamente, pela via da inovação e do desenvolvimento e com a integração de novas tecnologias, está em curso a implementação do sistema de Bilhética sem Contacto e o acesso controlado às estações na CP Lisboa, com vista à redução da taxa de fraude e dos respectivos custos operacionais, em simultâneo com a melhoria da intermodalidade e do reforço da segurança do sistema.

Este ano a CP elaborou o **Relatório de Sustentabilidade 2007-2008** de acordo com as directrizes GRI (*Global Reporting Initiative*), o qual foi distribuído às suas partes interessadas e divulgado através do seu site www.cp.pt.





Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A CP assegura o cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º49/2007 de 28 de Março de 2007, no que concerne aos Princípios de Bom Governo dirigidos às Empresas do Sector Empresarial do Estado, através de:

- Programa de Transformação Estratégica para o período 2007/2010 onde se encontram definidos a Visão, Objectivos, Metas e Resultados expectáveis para este período;
- Instrumentos Previsionais de Gestão, que incluem as acções, investimentos, objectivos e metas previstos para o ano a que respeitam e o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente;
- O Relatório de sustentabilidade onde nomeadamente consta a contribuição da CP para o Desenvolvimento sustentável.

Estes documentos são submetidos à aprovação das Tutelas sectorial e financeira e divulgados interna e externamente através de suportes documentais produzidos para o efeito e através de um canal de Internet onde a CP disponibiliza, para o interior e exterior da empresa, informação corporativa e institucional e informação relevante respeitante a cada um dos Órgãos/Unidades de Negócios.

A CP dispõe de um sistema de controlo de actividade na empresa com o objectivo de acompanhar e promover a realização dos objectivos estabelecidos.

Avaliação individual e global do grau de execução dos objectivos fixados

As orientações e objectivos de gestão para 2009 da CP - Comboios de Portugal, EPE, abrangendo actividade de transporte de passageiros, foram aprovadas por despacho conjunto da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e da Secretaria de Estado dos Transportes de 30 de Julho de 2009.

De acordo com o ponto 29 da RCM 49/2007 de 28 de Março, os objectivos de gestão, as respectivas metas quantificadas e os resultados alcançados para cada um dos indicadores constam da tabela seguinte:





	PESO DE CADA INDICADOR	OBJECTIVO	VALOR TINGIDO EM 2009	Grau de cumprimento
				2009
Melhoria do Cash-flow Operacional	15%	-12,1%	-17,9%	48%
Aumento da Procura (milhões pks)	15%	3.901	3.766	97%
Aumento da produtividade (optimização do quadro pessoal) (milhões pks/colaborador)	15%	1.185	1.147	97%
Melhoria da eficiência (€/ck)	15%	3,8%	0,045%	104%
Rentabilização do material circulante (milhares pks/cks)	15%	123	118	96%
Qualidade do serviço ao cliente	15%			
Satisfação do Cliente	8%	75%	78,6%	105%
Nível de Acidentes (acidentes/milhão ck)	2%	1,78	1,15	155%
Número de Reclamações por milhão de passageiros	2%	96	127	76%
Índice de Regularidade	3%	99%	99,1%	100%
Comportabilidade de investimentos e capacidade de endividamento (*)	5%	23,80%	8,25%	35%
Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores (*)	5%	72	70	103%

Apesar do esforço da Empresa na racionalização dos custos, os proveitos ficaram abaixo dos objectivos em resultado da situação de crise económica que se viveu durante 2009, com reflexos sobre o emprego e consequentemente sobre a mobilidade. Esta tendência não foi possível contrariar face à impossibilidade de actualização dos tarifários, conforme determinado pelas Tutelas.

Assistiu-se a uma redução da procura com excepção dos serviços urbanos do Porto e do Longo Curso. Esta redução relativamente ao previsto influenciou negativamente os indicadores de produtividade (pk/colaborador) e de rentabilização do material circulante (pk/ck).

Como resultado do esforço de racionalização de custos, verificou-se uma acentuada melhoria da eficiência relativamente ao previsto (custos operacionais/ck).

Quanto à qualidade do serviço ao cliente, 2009 foi um ano muito positivo. De facto, todos os indicadores apresentam uma melhoria relativamente ao objectivo do ano, com excepção das reclamações dos clientes. O aumento das reclamações verifica-se nas tipologias de processos de venda e circulação, por ter entrado em funcionamento nas linhas urbanas de Lisboa o sistema de Bilhética sem Contacto que, como é usual em situações similares, motivou um acréscimo de reclamações. Ao nível da circulação a situação é potenciada pela degradação da pontualidade dos serviços de Longo Curso devido a intervenções de melhoria da infra-estrutura, desenvolvidas pelo gestor da infra-estrutura em 2009, em especial na Linha do Norte, o eixo de maior tráfego deste serviço.

A melhoria do indicador acidentes/milhão CK vem mais uma vez reforçar um dos valores intrínsecos do modo ferroviário – a segurança – área em que a CP tem



investido continuadamente no sentido de melhorar e/ou manter os elevados níveis já existentes.

Ao nível da regularidade manteve-se o excelente desempenho de anos anteriores, reforçando a confiança do cliente na Empresa como garante de prestação do serviço.

O índice de satisfação do cliente apresentou uma melhoria, o que vem realçar o reconhecimento dos clientes e a sua satisfação com os serviços da CP. Faz-se notar que em 2009, o inquérito de satisfação ao cliente foi efectuado pela primeira vez conjuntamente pela CP e REFER.

Quanto à comportabilidade dos investimentos e capacidade de endividamento, a CP demonstrou um agravamento na capacidade de remunerar os empréstimos, como se demonstra na variação percentual da soma do (EBITDA - Juros líquidos) (8,25%). Por outro lado, a empresa tornou-se mais agressiva no financiamento dos seus Activos com o aumento da dívida externa em 3,5%, significando que a maioria dos recursos da CP são financiados através de endividamento.

O Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores diminuiu consideravelmente de 2008 para 2009 em 15 dias, passando de 85 para 70 dias. O maior rigor por parte da CP no apuramento dos valores que contribuem para a formula de cálculo do PMP e a realização de um controlo mais apertado na análise de facturas de fornecedores, de modo a permitir o seu pagamento antes da data de vencimento, foram medidas tomadas durante o ano de 2009 que possibilitaram o alcance dos objectivos de redução do PMP que se apresentava excessivo em 2008.

Assim, e em termos de uma avaliação global, a empresa apresenta em 2009 um grau de cumprimento dos seus objectivos de gestão da ordem dos 93%.

Apresentação do Código de Ética

O Código de Ética da CP, aprovado em 31 de Maio de 2007, consubstancia um conjunto de valores e princípios que se pautam pelo cumprimento rigoroso das normas legais e regulamentares e dos princípios morais dos profissionais que integram a organização. A adopção de comportamentos eticamente correctos é referência indeclinável no plano interno e no relacionamento com o accionista,





clientes, fornecedores e com a comunidade em geral.

Este documento incorpora os valores e princípios éticos da instituição de uma forma transparente, com base nas suas referências, através do cumprimento da sua missão e, das suas responsabilidades e compromissos.

O texto integral do Código de Ética da CP – Comboios de Portugal, E. P. E. encontra-se disponível na intranet e no website oficial da empresa (www.cp.pt).

Com a aprovação do Código de Ética foi criada a Comissão de Ética na dependência directa do Presidente do Conselho de Administração e que tem por missão, entre outras, zelar pelo esclarecimento de dúvidas sobre as matérias versadas no Código, zelar pelo seu cumprimento e dar parecer sobre as questões relacionadas com o seu incumprimento.

O Código e a Comissão de Ética foram criados para explicitar os valores e os princípios que definem os comportamentos desejados para a organização e para os seus membros e para resolver, esclarecer ou propor medidas sobre as questões que se relacionam com o âmbito do Código.

Neste contexto, durante o ano de 2009, a Comissão de Ética elaborou dois pareceres que foram enviados ao Conselho de Administração para que lhes fosse dado o adequado encaminhamento.

Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses

Dando cumprimento ao disposto na Lei 25/95, de 18 de Agosto, no início do exercício de funções dos membros da sua Administração, são apresentados ao Tribunal Constitucional as respectivas declarações de rendimentos e dos elementos do activo patrimonial e cargos sociais.

Adicionalmente, a CP deposita na Procuradoria-Geral da República, nos 60 dias posteriores à tomada de posse dos membros da sua Administração, declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimento, donde constem todos os elementos necessários à verificação do cumprimento do disposto na Lei 64/93, de 26 de Agosto sobre a inexistência de incompatibilidades e impedimentos.

Tendo em vista igualmente a prevenção de conflitos de interesses, cada membro do





Conselho de Administração identifica as despesas por si realizadas, sempre validadas por outro membro do Conselho.

Informação sobre o modo e as condições de cumprimento de funções relacionadas com a gestão de serviços de interesse geral

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., como concessionária do transporte ferroviário, garante o fornecimento de serviços que, numa lógica puramente comercial, não seriam assegurados, mas que são justificados pelo interesse público. Como tal são considerados Serviços de Interesse Geral, reconhecidos no Tratado CE como de primordial importância na promoção da coesão económica e social e no desenvolvimento e integração no tecido económico e social das regiões.

Neste contexto, a CP está sujeita à obrigação de Transportar (transportar passageiros a preços e condições de transporte determinados), à obrigação de Explorar (assegurar serviço de transporte com continuidade, regularidade, qualidade e capacidade em Linhas cuja exploração lhe tenha sido atribuída) e à obrigação tarifária (praticar preços fixados ou homologados pelas autoridades competentes).

As Unidades de negócio CP Lisboa, CP Porto e CP Regional estão sujeitas às obrigações de Serviço Público.

Pelas obrigações de Serviço público a CP recebe compensações financeiras por parte de Estado, atribuídas por Resolução do Conselho de Ministros, no âmbito das disposições comunitárias aplicáveis, em montante inferior ao custo estimado pela CP para essas obrigações.

Na sequência das Orientações Estratégicas para o Sector e de acordo com o novo regime jurídico aplicável à CP e respectivos estatutos, as obrigações de serviço de público da CP deverão ser contratualizadas. Assim, a CP está a preparar propostas de contratualização para o transporte ferroviário suburbano nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e para o Serviço Regional

114

SEDE
Calçada do Duque, 20
1249-109 Lisboawww.cp.pt

**Critérios de imputação dos custos corporativos por Unidade de Negócio**

Com o objectivo de obter uma mais correcta valorização dos produtos/serviços da CP, o Conselho de Administração deliberou imputar a estes produtos/serviços os custos dos Órgãos Sociais, "Staff" e Centro Corporativo, com excepção dos custos relativos à Alta Velocidade e Participadas.

O critério aprovado é o da repartição em função dos custos operacionais das Unidades de Negócio que prestam esses produtos/serviços.

Serviços / Produtos	Resultado Operacional	Imputação OSS e CC	Total
Urbano de Lisboa	-9.099	4.512	-13.611
Urbano de Porto	-15.210	1.882	-17.091
Médio e Longo Curso	1.821	4.441	-2.620
Regional	-56.636	4.522	-61.158
Mercadorias *	-19.428	2.906	-22.333

* Actividade de Mercadorias apenas comprehende o período de Janeiro a Julho .



BALANÇO

(EN EURO)

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS				CÓDIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
		2009		2008				2009	2008		
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO						
	IMOBILIZADO:					51	CAPITAL PRÓPRIO:				
431	Imobilizações incorpóreas:					55	Capital Estatutário	1.995.317.000	1.995.317.000		
432	Despesas de instalação					56	Ajustamentos de partes de capital				
443	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.122.937	864.216	258.721	428.387	571	em filiais e associadas	2.816.632	2.816.632		
449	Imobilizações em curso	399.155		399.155	300.042	572	Reservas de reavaliação	72.939.508	88.611.255		
	Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas	1.522.092	864.216	657.876	728.429	574 a 579	Reservas:				
421	Imobilizações corpóreas:					59	Reservas legais	24.703	24.703		
422	Terrenos e recursos naturais	29.811.225		29.811.225	31.383.895		Reservas estatutárias	1.306.650	1.306.650		
423	Edifícios e outras construções	110.550.787	30.410.719	80.140.068	84.369.013		Outras reservas	93.984.882	97.015.919		
424	Equipamento básico	1.926.251.966	978.595.829	947.656.137	948.638.514		Resultados transitados	-4.183.109.900	-4.008.395.771		
425	Equipamento de transporte	2.265.168	1.935.321	329.847	627.727		Subtotal	-2.016.720.525	-1.823.303.612		
426	Ferramentas e utensílios	249.371	246.271	3.100	9.701		Resultado líquido do exercício	-217.333.715	-190.385.876		
427	Equipamento administrativo	17.590.526	15.478.718	2.111.808	1.993.469		Total do Capital Próprio	-2.234.054.240	-2.013.689.488		
429	Taras e vasilhame										
441/6 - 443	Outras imobilizações corpóreas	60.233.270	27.398.786	32.834.484	33.299.748		PASSIVO:				
	Imobilizações em curso	7.640.629		7.640.629	11.961.133	293 a 299	Provisões:				
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	10.225.903		10.225.903	60.084.167		Outras provisões	47.348.102	46.851.325		
		2.164.818.845	1.054.065.644	1.110.753.201	1.172.367.367		Dívidas a terceiros-Médio e longo prazo:				
4111	Investimentos financeiros:					2322	Empréstimos por obrigações:				
	Partes de capital em empresas do grupo	26.344.675	12.552.307	13.792.368	226.450	231+234	Não convertíveis	750.000.000	250.000.000		
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	1.215.000	1.215.000		6.450.000	221	Dívidas a instituições de crédito	762.012.295	653.193.712		
4112	Partes de capital em empresas associadas	81.908		81.908	81.908	2612	Fornecedores, c/c				
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas					251	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar				
4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras	19.470.532	249.399	19.221.133	19.221.133	239	Outros accionistas (sócios)				
4123+4133	Outros empréstimos concedidos	826.674	826.674			261 - 2612	Outros empréstimos obtidos	1.262.300.000	1.698.732.000		
		47.938.789	14.843.380	33.095.409	25.979.491		Fornecedores de imobilizado, c/c	40.563			
	CIRCULANTE:						Estado e outros entes públicos				
36	Existências:					24	Outros credores	14.153.349	14.006.734		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.201.831	5.559.571	5.642.260	5.255.516	265+268		2.788.506.207	2.615.932.446		
32	Mercadorias	228.834		228.834	237.707		Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
		11.430.665	5.559.571	5.871.094	5.493.223	2322	Empréstimos por obrigações:				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					231+234/5+12	Não convertíveis				
212	Clientes - Títulos a receber					269	Dívidas a instituições de crédito	75.413.892	209.929.777		
251	Outros accionistas (sócios)					221+223	Adiantamentos por conta de vendas	1.054.066	3.596.189		
268	Outros devedores	975.110	975.110			228	Fornecedores, c/c	35.859.752	43.130.285		
		975.110	975.110			222	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		2.491.997		
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:					2612	Fornecedores - Títulos a pagar				
211	Clientes, c/c	4.212.428		4.212.428	33.945.979	261-2612	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar				
212	Clientes - Títulos a receber				376.332	252	Empresas do grupo	933.388			
213	Clientes - Letras protestadas	26.661	26.661			253+254	Empresas participadas e participantes				
218	Clientes de cobrança duvidosa	34.476.150	34.476.150		1.117.408	251+255	Outros accionistas (sócios)				
252	Empresas do grupo	68.604.199	50.726	68.553.473		219	Adiantamentos de clientes				
253+254	Empresas participadas e participantes	9.744		9.744		239	Outros empréstimos obtidos	549.552.000	112.500.000		
251+255	Outros accionistas (sócios)	116.609		116.609	213.709	261-2612	Fornecedores de imobilizado, c/c	4.965.884	21.759.419		
229	Adiantamentos a fornecedores	7.295.137		7.295.137	133.790	24	Estado e outros entes públicos	3.238.776	4.624.953		
24	Estado e outros entes públicos	12.387.862		12.387.862	15.847.161	262/8+211	Outros credores	15.257.629	12.034.319		
261/3+268+221	Outros devedores	40.827.891	6.144.524	34.683.367	26.596.389			686.275.387	410.066.939		
		167.956.681	40.698.061	127.258.620	78.230.768		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
18	Titulos negociáveis					273	Acréscimos de custos	64.956.374	63.252.745		
	Outras aplicações de tesouraria	223.000.000		223.000.000		274	Proveitos diferidos	224.276.466	232.332.087		
		223.000.000		223.000.000				289.232.840	295.584.832		
12+13+14	Depósitos bancários e caixa:						Total do Passivo				
11	Depósitos bancários	12.716.844		12.716.844	4.156.902			3.811.362.536	3.368.435.542		
	Caixa	207.936		207.936	256.918						
		12.924.780		12.924.780	4.413.820						
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:										
272	Acréscimos de proveitos	6.590.042		6.590.042	1.594.106						
	Custos diferidos	57.157.274		57.157.274	65.938.850						
		63.747.316		63.747.316	67.532.956						
	Total de amortizações		1.054.929.860								
	Total de ajustamentos		62.076.122								
	Total do Activo	2.694.314.278	1.117.005.982	1.577.308.296	1.354.746.054						
							Total do Capital Próprio e do Passivo	1.577.308.296	1.354.746.054		

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Trinidad Enciso Lopez

Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Francisco José Cardoso dos Reis

VICE PRESIDENTE

José Salomão Coelho Ben

— 1 —

Paulo José da Silva Magina

Wanda. IV



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	(em euro)
		2009	2008				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: Mercadorias Matérias	851 11.156.038	5.167 18.766.367	18.771.534 141.839.069	72 75	Prestações de serviços Variação da produção	263.564.269 290.267.044
62	Fornecimentos e serviços externos: Custos com o pessoal: Remunerações Encargos sociais: Indemnizações mútuo acordo Outros	138.786.120 102.593.971 7.059.488 25.827.234	111.221.989 1.412.796 287.746.390	141.381.175 141.381.175	73 74 76 77	Trabalhos para a própria empresa Proveitos suplementares Subsídios à exploração Outros proveitos e ganhos operacionais Reversões de amortizações e ajustamentos (B)	10.296.892 31.181.876 36.631.349 3.766.389 10.303
641+642							-99.747.010
64811							-107.814.624
6458+64811							-129.238.969
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo Ajustamentos	77.159.142 5.436.508	74.199.160 3.760.790	79.793.938	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	-236.905.609
666+667	Provisões Impostos	3.020.891 210.503	85.616.541 197.412	1.833.988 62.920.413	784	Rendimentos de participações de capital	-190.047.765
67							-190.385.876
63	Outros custos e perdas operacionais (A)	54.636.895 425.886.790	54.847.398 22.725.046	62.723.001 444.706.149	784	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras: Relativos a empresas do grupo Outros	344.959.139
65	Perdas em empresas do grupo e associadas (A)						344.959.139
682	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	13.542.344	5.297.484	7815/6 +7818+7858	7815/6	Outros juros e proveitos similares: Relativos a empresas do grupo Outros	1.363.897
683+684	Juros e custos similares: Relativos a empresas do grupo Outros	134.767.987 596.922.167	148.310.331 142.377.077	147.674.561 596.990.139	79	Outros juros e proveitos similares: Relativos a empresas do grupo Outros	2.360.461
681+685/8	Custos e perdas extraordinários (E)	3.280.613 600.202.780	851.140 597.841.279	596.990.139	79	Proveitos e ganhos extraordinários (D)	360.016.558
69	Imposto sobre o rendimento do exercício (G)	331.584 600.534.364	338.111 598.179.390	338.111 -190.385.876 407.793.514	79	Proveitos e ganhos extraordinários (D)	23.184.091
86	Resultado líquido do exercício (F)	-217.333.715 383.200.649					18.365.009
88							
	Resumo:						
	Resultados operacionais: (B) - (A) =						-99.747.010
	Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =						-107.814.624
	Resultados correntes: (D) - (C) =						-129.238.969
	Resultados antes de impostos: (F) - (E) =						-236.905.609
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =						-190.047.765
							-190.385.876

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco José Coelho Benoliel
O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Trindade Gonçalves Lopes Belo

Francisco José Cardoso dos Reis
PRESIDENTE

José Salomão Coelho Benoliel
VICE-PRESIDENTE

Paulo José da Silva Magina
VCGAL

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira
VCGAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

UNID: Euros

	EXERCÍCIO	
	2009	2008
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	312.515.442	331.295.704
CUSTO DE VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-327.149.153	-346.165.826
RESULTADOS BRUTOS	-14.633.710	-14.870.122
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	28.888.798	32.028.444
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	-31.292.801	-29.976.302
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	-60.265.738	-60.253.141
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	-10.459.712	-9.162.020
RESULTADOS OPERACIONAIS	-87.763.164	-82.233.142
CUSTO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	-101.421.920	-98.824.259
GANHOS (PERDAS) EM FILIAIS E ASSOCIADAS	-27.826.791	-9.534.827
GANHOS (PERDAS) EM OUTROS INVESTIMENTOS	9.744	544.463
RESULTADOS CORRENTES	-217.002.131	-190.047.765
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS CORRENTES	-331.584	-338.112
RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS	-217.333.715	190.385.876
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		
IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	0	0
RESULTADOS LÍQUIDOS	-217.333.715	190.385.876
RESULTADOS POR ACÇÃO	-	-

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Franciscô José Cardoso dos Reis

VICE PRESIDENTE

José Salomão Coelho Benoliel

VOGAL

Paulo José da Silva Magina

VOGAL

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Directo

	2008	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	300 071 041	277 114 066
Pagamento a fornecedores	250 862 813	233 077 185
Pagamento ao pessoal	141 872 542	132 907 853
Fluxo gerado pelas operações	- 92 664 314	- 88 870 972
Pag./rec. Imposto sobre o rendimento	2 195 973	270 209
Outros rec./pag. Relativos act. Operacional	24 870 300	94 499 885
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	- 69 989 987	5 358 705
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	86 333	927 161
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	611 388	528 856
Fluxo das actividades operacionais (1)	- 70 515 042	5 757 010
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	10 167 922	24 621 444
Imobilizações corpóreas	418 422	884 770
Imobilizações incorpóreas	0	41 461
Subsídios de investimento	8 526 393	11 400 434
Juros e proveitos similares	40 214 754	31 877 158
Dividendos	264 328	9 744
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	12 687 444	9 116 000
Imobilizações corpóreas	36 744 063	180 918 358
Imobilizações incorpóreas	595 588	370 857
Fluxo das actividades de investimento (2)	9 564 724	- 121 570 204
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	559 200 000	797 352 288
Aumentos de capital, prest. Supl. e prémios emissão	0	0
Subsídios e doações	0	0
Venda de acções (quotas) próprias	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	387 536 051	294 757 688
Amortizações de contratos de locação financeira	143 722 154	127 582 857
Juros e custos similares	0	0
Dividendos	0	0
Reduções de capital e prestações suplementares	0	0
Aquisição de acções (quotas) próprias	0	0
Fluxo das actividades de financiamento (3)	27 941 795	375 011 743
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	- 33 008 523	259 198 548
Efeito das diferenças de câmbio	53 827	- 15 687
Variação de fluxos de caixa ao longo do período	- 32 954 696	259 182 861
Caixa e seus equivalentes no início do período	9 696 427	- 23 258 268
Caixa e seus equivalentes no fim do período	- 23 258 268	235 924 593

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Francisco José Cardoso dos Reis

VICE PRESIDENTE

José Salomão Coelho Benoliel

VOGAL

Paulo José da Silva Magina

VOGAL

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo não são aplicáveis.

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Descrição	31-12-2009	31-12-2008
Numerário	207 936	256 918
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	12 716 844	4 156 902
<i>Equivalentes a caixa:</i>		
Caixa e seus equivalentes (1)	222 999 813	- 27 672 089
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	235 924 593	- 23 258 268

(1) Nos Equivalentes a caixa, e, especificamente na rubrica Caixa e seus equivalentes estão considerados os descobertos bancários, e as aplicações de tesouraria tal como definido na directriz contabilística nº14.

Portugues
J.
DM

Ribeiro

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

0 – Informações Gerais

- a) Nome da Empresa: CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
- b) Forma legal: Entidade pública empresarial
- c) Local e data de constituição: Lisboa, 25 de Março de 1977 (Decreto-Lei n.º 109/1977 publicado no D.R.I SÉRIE, nº71 de 25 de Março)
- d) Sede: Calçada do Duque, nº20 – 1249-109 Lisboa
- e) Objecto social principal e natureza das operações: Exploração do transporte de passageiros, troços de linha e ramais que integram a rede ferroviária nacional.
- f) Partes relacionadas: a CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas Demonstrações Financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transacções com as empresas do grupo apresentados na nota 48.9

Nota 01 – Separação de sectores

A) Infraestrutura

A Lei n.º 10/90, de 17 de Março, designada por Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, veio preconizar o princípio da separação entre a responsabilidade pela construção, renovação e conservação da infraestrutura atribuída ao Estado ou “a entidade actuando por sua concessão ou delegação” e a exploração do transporte ferroviário.

A reorganização do sector ferroviário em Portugal teve o seu início em 1997 com a desintegração vertical da empresa única existente, nas actividades de gestão da infra-estrutura ferroviária e de operação do transporte ferroviário. Este processo operou-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril, do qual resultou a cisão da CP, E.P. e a subsequente criação da REFER, E.P., cujo objecto principal consiste no serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária



nacional. Simultaneamente foram transferidos para o domínio daquela empresa, sem alteração de regime, as infra-estruturas e os direitos e obrigações que integravam o património da CP, afectos às infra-estruturas do domínio público ferroviário.

Em 1998, através do Decreto-Lei n.º 299-B/98 de 29 de Setembro foi constituída a entidade reguladora do sector, o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), o qual teve por incumbência, nomeadamente, dispor sobre a qualidade de serviço e os aspectos económicos relacionados com os preços e tarifas a praticar pela utilização da infra-estrutura ferroviária. Em 2007, estas atribuições passaram a ser executadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. I.P. (IMTT), em resultado da fusão do INTF, da DGTF e da DGV, operada no quadro do Decreto-Lei nº200/2006 de 25 de Outubro (extinção, fusão e reestruturação de serviços da administração Pública) e da Lei nº 53/2006 de 7 de Outubro (mobilidade entre serviços e funcionários).

Criaram-se assim as condições necessárias para o acesso à infra-estrutura ferroviária de outros operadores além do operador histórico.

O primeiro avanço no sentido da liberalização foi dado pelo Decreto-lei n.º 60/2000 de 19 de Abril, relativo ao transporte internacional efectuado sob certas condições.

As Directivas do Conselho números 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE de 26 de Fevereiro, designadas tipicamente por pacote ferroviário I foram transpostas para o normativo legal Português através do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro. Estas pautam-se pela introdução de mecanismos de mercado, no tradicionalmente fechado sector do transporte ferroviário, sobre as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura, acentuando as obrigações do gestor da infra-estrutura como entidade nuclear do desenvolvimento do sector ferroviário e a promoção da liberalização progressiva, criando-se condições potenciadoras do aparecimento de novos operadores.

PT
Paulo Ribeiro

AT

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infra-estrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas acções e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infra-estruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

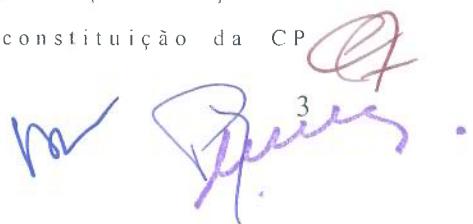
Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infra-estrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infra-estrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infra-estrutura é utilizada.

A taxa de utilização da infra-estrutura suportada pela CP nos últimos cinco exercícios evoluiu como segue (em euros):

2005	2006	2007	2008	2009*
54.934.206	51.320.961	54.712.769	56 246 108	50 478 688

O encargo verificado em 2009 resulta da aplicação das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (CK), previstas no Directório da Rede para 2009 e da rationalização da oferta por parte da CP, nomeadamente no que respeita a comboios de longo curso e regionais no segmento de passageiros.

No que respeita ao segmento de mercadorias, há que referir que a actividade de transporte ferroviário foi autonomizada por força do Decreto-Lei nº 137-A/2009 de 12 de Junho, com a constituição da CP


Rui Braga
3

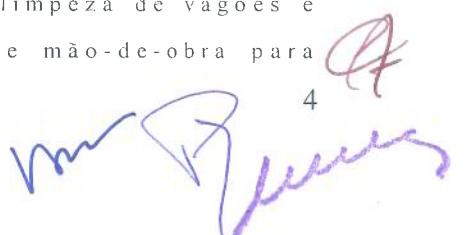
Carga, SA, pelo que a partir de 1 de Agosto de 2009, o encargo com a taxa de utilização da infra-estrutura diz respeito apenas à actividade de transporte de passageiros.

O Directório da Rede 2009, concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a actividade do transporte ferroviário, vigorou no período de 13 de Dezembro de 2008 a 12 de Dezembro de 2009 (validade do Horário 2009). Para o período de 13 de Dezembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2009, em que passou a vigorar o Directório da Rede 2010, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no Directório da Rede 2010.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infra-estrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º270/2003 de 28 de Outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário comprehende, tudo aquilo que é necessário ao efectivo exercício do direito de acesso à infra-estrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Directório da Rede 2009, os serviços adicionais comprehendem os serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica para tracção, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e utilização de estações e apeadeiros. A REFER, ainda que preste estes serviços tem o direito de não os prestar a qualquer empresa de transporte ferroviário, se existirem alternativas visíveis e comparáveis no mercado.

Os serviços auxiliares comprehendem os restantes serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspecção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para



actividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 270/2003, o gestor da infra-estrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Ainda no que respeita aos serviços auxiliares, não têm sido concretizados acordos ou protocolos que os suportem, mas a REFER tem assegurado a prestação de serviços e fornecimentos necessários às respectivas actividades, facturando-os unilateralmente. Este facto inviabiliza por vezes a aceitação dos níveis de serviços e dos preços facturados.

A facturação anual apresentada pela REFER e que se encontra nesta situação é a seguinte (em euros):

Tipo de Serviço	Exercícios		
	2007	2008	2009
Serviços Essenciais (excepto taxa de uso):	1 546 041	1 681 268	2 367 699
“Capacidade pedida e não utilizada”			
Serviços Auxiliares	687 922	536 564	157 620
Serviços Adicionais	4 649 442	2 328 304	1 435 654
Total	6 883 405	4 546 136	1 829 743

A facturação recebida e não creditada em 31 de Dezembro de 2009 totaliza € 3 363 977.

B) Transporte

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em Outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, nº 112 de 12 de Junho de 2009), o Decreto-Lei nº 137-A/2009 que aprova o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de

Portugal, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e autoriza a autonomização da actividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei nº 109/77 de 25 de Março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

C) Autonomização da actividade de transporte ferroviário de mercadorias

A autonomização da actividade do transporte de mercadorias é prevista neste novo diploma (artigos 9º e 10º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial é integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objecto é a actividade de transporte ferroviário de mercadorias, adoptando a denominação de CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. A autonomização daquela área de actividade opera-se por cisão, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007 de 23 de Agosto.

Respeitando as orientações constantes do Despacho nº 9541/2008, de 14 de Março, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 65, de 2 de Abril de 2008, foi constituída em 31 de Julho de 2009 a empresa CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., tendo sido transferidas para a nova sociedade as posições jurídicas em contratos celebrados pela CP, E.P.E., relativamente às atribuições prosseguidas pela CP Carga, S.A., sem prejuízo da manutenção das garantias a elas inerentes, após a sua constituição e pelo período de tempo estritamente necessário à concretização da alteração da titularidade das mesmas.

Os trabalhadores, cujos contratos foram transmitidos para a nova empresa, mantêm todos os direitos e regalias de que eram titulares ao serviço da CP, E.P.E.



6

Nota 02 – Regime de concessão

A CP, com a natureza jurídica de Entidade Pública Empresarial e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 109/77, de 25 de Março, que aprovou igualmente os respectivos Estatutos, pelos quais se rege.

A partir desta data, a CP passou a explorar o serviço público de transporte na rede ferroviária nacional, com base neste diploma legal e não com base em qualquer contrato de concessão.

Até à publicação do citado diploma, a CP explorou o transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de Maio de 1951.

O citado contrato iniciou-se em 1 de Janeiro de 1951, por um período de 50 anos e foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de Março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de Abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas

reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se entre outros aspectos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Nesse contexto, foi proposto ao Governo um amplo programa de renovação, que contemplava entre outras medidas: (i) a contribuição do Estado no financiamento das infra-estruturas ferroviárias de interesse geral e de longa duração; (ii) o saneamento da situação financeira da empresa, descapitalizada ao longo dos anos da concessão, sem que tivessem sido dadas condições para realizar com o ritmo desejável as modificações estruturais e a renovação do material circulante; (iii) a eliminação gradual das subvenções económicas de exploração com a substituição por indemnizações compensatórias.

O direito a indemnizações compensatórias está igualmente reconhecido à CP, E.P.E., através dos artigos 28.º e 29.º dos Estatutos, respectivamente Receitas e Fixação de preços e tarifas.

No âmbito do n.º 2 do artigo 29.º, o Estado compensará a CP sempre que, por razões de política económica e social, lhe imponha a prática de preços ou tarifas inferiores às que permitem a cobertura dos custos totais

par A
P. 8
mues.

de exploração e assegurem níveis adequados de remuneração do capital investido e de autofinanciamento.

Para determinação do montante das compensações a empresa avaliará as despesas e as perdas de receita provenientes, nomeadamente:

- a) Da obrigação de fazer transportes em condições incompatíveis com uma gestão comercial equilibrada;
 - b) Da prática forçada de preços de transporte inferiores aos propostos pela empresa, determinada pelo Governo por razões de política económica e social;
 - c) Do adiamento, por motivos de política geral, da entrada em vigor de alterações tarifárias justificáveis à luz de uma exploração comercial equilibrada;
 - d) Da não aplicação do tarifário normal, por determinação do Governo
- (...)
- f) Dos atrasos no recebimento de dotações e compensações, obrigando a empresa a recorrer ao crédito;

(...)

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorre igualmente dos Regulamentos Comunitários CEE n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de Junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de Junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de Junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

Tendo por base o regime legal citado, especialmente o previsto no artº29º dos seus Estatutos, em matéria de compensações financeiras, a CP, E.P.E. apresenta anualmente, integrado nos seus Instrumentos Previsionais de Gestão que submete às Tutelas Técnica e Financeira, pedido fundamentado de indemnizações compensatórias.

Até 2004, e não obstante este pedido, o montante que o Governo atribuiu anualmente por Resolução do Conselho de Ministros, e que no seu entender considerou adequado para indemnizar a CP, foi sempre um valor substancialmente inferior ao montante solicitado, o que inevitavelmente

se reflecte no agravamento do déficit de exploração da empresa e no agravamento da sua posição financeira. Apenas em 2005, a CP viu o seu pedido ser totalmente satisfeito por Resolução do Conselho de Ministros (v.g. RCM n.º 174/2005, de 20 de Outubro de 2005).

Nota 03 – Contrato de serviço público

Do que antes se deixou dito, decorre que até ao presente, não foram celebrados quaisquer contratos de serviço público de transporte que regulem as relações entre o Estado e a empresa, compensando-a das obrigações de serviço público.

A celebração deste tipo de contratos, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a Empresa Pública, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de Dezembro.

A própria Tutela em 2006 reconheceu nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, para o horizonte 2020 essa necessidade.

No mesmo sentido aponta também o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, que procedeu à revisão dos Estatutos da CP, bem como o Regulamento (CE) n.º 1370/2007, de 23 de Outubro de 2007 que entrou em vigor no passado dia 3 de Dezembro.

Este é também o entendimento do Tribunal de Contas no último relatório de auditoria de gestão à CP, ao recomendar ao Estado, enquanto entidade tutelar da empresa, a contratação das obrigações de serviço público prestado e o correspondente modelo financeiro das indemnizações compensatórias, valorizando factores de qualidade do serviço prestado, segurança e eficiência e eficácia da gestão dos recursos.

WorleyParsons 10
QX
Siemens.

Até a URF (estrutura integrada no IMTT, I.P., dotada de independência funcional e autonomia técnica com funções de regulação económica e técnica das actividades ferroviárias) emitiu, em 31.12.2009, uma recomendação dirigida à tutela sectorial e à tutela financeira, relativa à necessidade de prosseguir a reforma do sector ferroviário, através da contratualização das obrigações de serviço público com a CP.

Neste contexto, e como primeira etapa para essa contratualização, a CP já preparou e irá apresentar à Tutela em 2010, uma proposta de contrato de serviço público, relativo às condições de exploração propostas pela CP para o transporte ferroviário suburbano de passageiros, na Área Metropolitana de Lisboa, em matéria de oferta, condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança, dentro dos limites de capacidade da infra-estrutura e de acordo com parâmetros definidos, bem como as condições de atribuição de uma justa compensação financeira pelo Estado pelas obrigações de serviço público que relativamente a esse transporte lhe são inerentes, calculada ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Nota 04 – Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal nomeadamente os constantes no Plano Oficial de Contabilidade e nas Directrizes Contabilísticas. Assim, foram preparadas segundo os princípios dos custos históricos, da continuidade das operações, da prudência, da consistência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios.

I – Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada

1. Indicação e justificação das disposições do POC que foram derrogadas

Nada a referir

2. Contas cujo conteúdo não é comparável

M *PF*
B 11
BR

No exercício de 2009, a empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas.

Com a autonomização da actividade do transporte de mercadorias a partir de 1 de Agosto de 2009 e a constituição da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA, efectuada por cisão simples dos activos afectos à actividade de transporte ferroviário de mercadorias, nos termos do artº10º do Decreto-Lei nº137-A/2009 de 12 de Junho, a comparabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados da CP, EPE encontra-se afectada. Na nota 48.10 discriminam-se por rubricas, os valores que foram transferidos para o domínio da nova sociedade.

3. Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados foram os estabelecidos no Capítulo 5 do Plano Oficial de Contabilidade.

3.1. Imobilizações

3.1.1. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas que compreendem despesas de investigação e desenvolvimento, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que forem satisfeitos os requisitos definidos pela Directriz Contabilística nº7/92 para reconhecimento e mensuração dos mesmos.

As amortizações e reintegrações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais.

3.1.2. Imobilizações corpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das reavaliações efectuadas e deduzido das amortizações acumuladas. Sempre que existam financiamentos destinados a

aquisição de imobilizações, os custos são capitalizados no valor do activo, durante o seu período de construção até à entrada em funcionamento.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais no que respeita aos bens que entraram em funcionamento até 31 de Dezembro de 1999 e pelo método de amortizações por duodécimos para os bens que entraram em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 2000.

No que respeita ao immobilizado de conta da CP, as amortizações são efectuadas com base no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, pelo método de quotas constantes, excepto o material circulante que está a ser amortizado às taxas de amortização constantes da Ficha 374R da UIC - União Internacional dos Caminhos de Ferro.

Quanto ao immobilizado de conta do Estado (immobilizado constante do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de Março) discriminado na nota 48.1, a conta de Edifícios e Outras Construções está a ser amortizada desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

As despesas de reparação e manutenção correntes do immobilizado são consideradas como custos do exercício em que ocorrem.

Os gastos com as grandes reparações periódicas do material circulante, mas que não aumentam a sua vida útil, são considerados custos diferidos do exercício em que ocorrem e reconhecidos como custos de exploração numa base plurianual, segundo os seguintes critérios:

OK

W

R

13

meus.

AD

R1's (intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento)	15 anos
R2's/3's (intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado)	4 ou 5 anos

Na nota 48.4.1. apresentam-se os valores deferidos no exercício por tipo de reparação, a reconhecer como custo no exercício seguinte e em exercícios posteriores.

As reparações que aumentam a vida útil dos bens imobilizados são registadas no activo corpóreo em adição ao valor líquido existente à data que corresponde ao valor residual do material renovado.

3.1.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representados por partes de capital em empresas filiais e associadas são registados ao custo de aquisição e mensurados subsequentemente pelo método da equivalência patrimonial por aplicação da Directriz Contabilística n.º 9/92, cessando aquando o valor do investimento é zero, sendo constituídas provisões na medida em que a CP tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas, relativamente a perdas adicionais na participação.

Os valores utilizados para a aplicação do método correspondem aos das demonstrações financeiras disponíveis no exercício em análise.

14

Os restantes investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição, sendo ajustados para fazer face a perdas potenciais.

3.2. Existências

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adoptando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é constituído um ajustamento para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao activo.

3.3. Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. Os valores a cobrar e a pagar são actualizados para efeitos de Balanço com base no câmbio em vigor à data de 2009/12/31, sendo reconhecidas em resultados as perdas e ganhos das diferenças de câmbio resultantes da actualização referida.

Tratando-se de diferenças de câmbio favoráveis resultantes de dívidas a médio e longo prazo, são diferidas quando existem expectativas razoáveis de que o ganho é reversível.

3.4. Ajustamentos de dívidas a receber - Clientes de cobrança duvidosa e Outros devedores

Os ajustamentos de dívidas a receber de clientes de cobrança duvidosa e de outros devedores, exceptuando as dívidas do Ministério da Defesa Nacional e do Metro Ligeiro de Mirandela, ascendem a € 2 933 183 e a € 6 144 524 respectivamente e correspondem a facturação emitida, por cobrar há mais de 240 dias.

No processo de cisão, foram transferidas para a CP Carga, SA dívidas a receber de cobrança duvidosa de € 813 593 e ajustamentos no mesmo montante. Não obstante, verificou-se um aumento dos ajustamentos no exercício, em

resultado da aplicação do citado critério ao valor da facturação a clientes daquela participada, cuja cobrança se encontrava em contencioso à data da constituição e por esse facto não transitada.

3.4. Encargos com pré-reformas e encargos com pensões de acidentes de trabalho

Com base na avaliação actuarial das responsabilidades da empresa em 31 de Dezembro foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com pré-reforma de trabalhadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e actuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas aos actuais pré-reformados e reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor actual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de rendimento: assumiu-se uma taxa de rendimento de 4,5%, que representa uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 3,5% face ao crescimento das pensões.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábuas francesa TV 88/90

Número de pagamentos das pensões de pré-reforma: 14 pagamentos por ano.

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de pré-reforma: pensões pagas até aos 65 anos.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:
pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de Dezembro de 2009.

3.5. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

3.6. Impostos sobre lucros

Os montantes a liquidar, de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos na determinação do encargo com impostos sobre o rendimento do exercício, os efeitos das diferenças temporais inerentes à diferença entre a base contabilística e fiscal do valor dos activos e passivos apresentados. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao limite do montante realizável em exercícios futuros, de acordo com as expectativas de obtenção de resultados fiscais positivos futuros.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 6.

3.7. Reservas de Reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica, referentes aos acréscimos líquidos de imobilizados gerados pelas reavaliações, efectuadas de acordo com os critérios definidos para as mesmas, são movimentadas para resultados transitados na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos. Na generalidade, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, registados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento de capital.

3.8. Proveitos diferidos (subsídios)

Os subsídios recebidos para apoio ao investimento em material circulante, infra-estruturas e sistemas de venda são registados em proveitos diferidos quando recebidos, sendo reconhecidos em resultados, em linha com a amortização das imobilizações correspondentes.

3.9. Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Tanto o serviço de transporte de passageiros prestado pela CP durante todo o ano de 2009, como o serviço de transporte de carga prestado até 31 de Julho, data de constituição da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA, são reconhecidos com a transferência dos riscos e benefícios associados à posse do título de transporte pelo cliente.

3.10. Derivados

Os contratos utilizados para cobertura de riscos de taxa de juro não são reavaliados ao valor de mercado. A valorização feita, divulgada na nota 31.1, é feita tendo por base as projecções dos cash-flows esperados no futuro, actualizados para o momento presente usando a curva de cupão zero actual.

Os juros a receber ou a pagar relacionados com operações de derivados de taxa de juro são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

4. Cotações utilizadas na conversão das Contas Activas e Passivas expressas em Moeda Estrangeira

As cotações utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira, das contas incluídas no Balanço e na Demonstração dos Resultados, respeitantes a dívidas expressas em moeda de Países fora da zona euro, foram actualizadas com as cotações fixadas oficialmente pelo Banco de Portugal, à data de 2009/12/31.

5. Medida em que o resultado do exercício foi afectado, com vista a obter vantagens fiscais

Nada a referir.

6. Situações que afectem significativamente os impostos futuros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Lda. e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Na sequência da publicação da Directriz Contabilística n.º 28, relativa a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou activos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP, que a 31 de Dezembro de 2008 ascendem a € 1.107.647.241,80.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a reflectir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2009, no montante de € 331.583, única matéria colectável apurada.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal da Empresa está sujeita a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009, 2008, 2007, 2006 (e de 2009, 2008, 2007, 2006 e 2005 para a Segurança Social) poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da CP não prevê que eventuais correções resultantes das revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, possam ter efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

7. Número médio de pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da empresa no exercício foi de 3 808 empregados, enquanto no exercício de 2008 foi de 4 169 empregado.

Esta variação deve-se essencialmente à transferência de colaboradores para os quadros da CP Carga, SA, no âmbito da autonomização do transporte de mercadorias ocorrido durante o exercício, representando uma redução de 830 trabalhadores.

II - Informações de Rubricas do Balanço

8. Movimento ocorrido nas contas 431 "Despesas de Instalação" e 432 "Despesas de Investigação e de Desenvolvimento".

A rubrica "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" contempla essencialmente o Licenciamento SAP e a Implementação do sistema de Gestão Documental.

9. Justificação para amortizações de "Trespasses"

Não existem valores na conta "Trespasses".

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos.

Seguem em mapa 10.1. e 10.2. anexos a este articulado.

11. Custos Financeiros Capitalizados

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que foram capitalizadas neste período, ascendem a 170 927 euros.

12. Diplomas Legais utilizados na reavaliação das imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas como segue:

12.1. Material circulante

- Reavaliado no exercício de 1995 ao abrigo do Despacho n.^º 766/95 FIN do Senhor Secretário de Estado das Finanças de 95.08.04.
- Reavaliado no exercício de 1997 nos termos do Decreto-Lei n.^º 31/98 de 11 de Fevereiro.

12.2. Restantes imobilizações com excepção de peças de parque.

Reavaliação livre efectuada no exercício de 1999, pelo método do valor corrente de mercado.

13. Quadro Discriminativo das reavaliações

Comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos.

Rubricas de Imobilizações Corpóreas	Valor Contabilístico	Reavaliações (a)	Valores Contabilísticos Reavalidados
-------------------------------------	----------------------	------------------	--------------------------------------

Terreno e recursos naturais	2 852 945	26 958 280	29 811 225
Edifícios e outras construções	64 941 852	15 198 216	80 140 068
Equipamento básico	916 873 125	30 783 012	947 656 137
Equipamento de transporte	329 846	-	329 846
Ferramentas e utensílios	3 100	-	3 100
Equipamento administrativo	2 111 809	-	2 111 809
Outras imobilizações corpóreas	32 834 485	-	32 834 485
Total	1 019 947 162	72 939 508	1 092 886 670

(a) Valor líquido da reavaliação do material circulante em 1995 e em 1997 no que respeita a equipamento básico e da avaliação dos restantes bens do imobilizado corpóreo em 1999, conforme informação constante da nota 39.

14. Caracterização das imobilizações corpóreas e em curso

a) É o seguinte o valor global (em euros) para cada uma das rubricas:

- A totalidade das imobilizações estão afectas à actividade única da Empresa (valor bruto)

2 164 818 845

- Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

Existem imobilizações que se encontram em propriedade de terceiros, decorrente de vários investimentos em Estações, que são propriedade da REFER e que no balanço apresentam um valor contabilístico de € 3 081 920,93 e de investimentos em Ramais Particulares num montante de € 1.064.322,43.

M *R* *B* 22
Sete *meses*.

Existem imobilizações que se encontram implantadas em propriedade da CP e em propriedade do Estado (ver nota n.º 48.1.)

- Imobilizações localizadas no estrangeiro:

Nada a referir.

- Imobilizações reversíveis:

Nada a referir.

b) Os custos financeiros líquidos de amortizações capitalizados respeitantes ao exercício e acumulados (em euros), são os seguintes (incluindo somente as imobilizações corpóreas e em curso capitalizadas após 31 de Dezembro de 1998):

Imobilizado corpóreo e em curso

• Acumulados em 2009/12/31	9 821 283
----------------------------	-----------

15. Locação Financeira

Natureza do bem	Soc locação financeira	Períocidade e nº rendas	Início	Término	Valores Contabilizados	
					Conta 42	Conta 48
Edifício	BCP - Leasing	37 mensalidades	01-03-2009	07-03-2012	104 648	2 028

Esta locação é referente ao edifício sito em Vila Nova de Famalicão cuja posição contratual transitou para a CP decorrente da participação financeira que a CP detinha na TEX.

16. Relação das empresas do grupo e das empresas associadas

(Segue em mapa anexo a este articulado).

A CP prepara Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo CP ao abrigo do Despacho n.º 1414-A/2001 de 9 de Outubro, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, não lhe sendo aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho.

17. Acções e Quotas na conta "Títulos Negociáveis"

Nada a referir.

18. Discriminação da conta 4154 - "Fundos"

Nada a referir.

19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do activo circulante e as quantias a preços de mercado.

Nada a referir.

20. Valorizações inferiores ao mais baixo do custo ou do valor de mercado

O valor das existências de materiais diversos encontra-se ajustado em 5 560 m.€. O ajustamento corresponde à totalidade dos bens existentes em armazém sem rotação há mais de 6 anos.

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

(Segue em mapa anexo a este articulado).

22. Existências fora da empresa

As existências fora da empresa, respeitam a:

(em euros)

- Mercadorias enviadas à consignação 2 088

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço (em euros):

• Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo

• Outros devedores 9 751 110

• Dívidas de Terceiros - Curto Prazo

M *R* *A*
meus. 24

Selos

• Clientes	34 502 811
Contas correntes	34 476 150
Letras protestadas	26 661
• Empresas do grupo	50 726
• Outros devedores	6 144 524

24. Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Empresa.

Não existem

25. Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao pessoal

(em euros)

• Dívidas activas	206 514
• Dívidas passivas	130 748

26. Dívidas Tituladas

A 31.12.2009 não existem dívidas tituladas.

27. Quantidade e valor nominal das obrigações convertíveis, títulos de participação ou direitos similares, emitidos pela Empresa

Não existem.

28. Dívidas ao "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora

Não existem.

29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos, por rubricas do Balanço

Dívidas a Instituições de Crédito

(euros)

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DÍVIDA	REEMBOLSO	
		Início	Fim
BEI-CPIIIA PTE(10)-1ºD	7.481.968	2009	2017
BEI-CPIIIA PTE(10)-2ºD	7.481.968	2009	2017
BEI CPIIIC (14,8 M) - 1ºD	4.000.000	2009	2018
BEI CPIIIC (14,8 M) - 2ºD	20.000.000	2009	2018

BEI CPIIC (14,8 M) - 3ºD	5.528.836	2009	2018
BEI CP ROLLING STOCK A PARTE A	54.193.333	2011	2020
BEI CP ROLLING STOCK A PARTE B	3.262.500	2009	2015
BEI CP ROLLING STOCK B PARTE A	37.600.000	2012	2021
BEI CP ROLLING STOCK B PARTE B	13.250.000	2009	2016
BEI CP ROLLING STOCK C PARTE A	48.533.333	2013	2022
BEI CP ROLLING STOCK C PARTE B	9.000.000	2010	2017
BEI CP ROLLING STOCK D PARTE A	19.000.000	2015	2024
BEI CP ROLLING STOCK D PARTE B	38.125.000	2012	2019
Com Aval do Estado	267.456.939		
BNP Paribas 200M€	200.000.000	2015	2015
Sem Aval do Estado	200.000.000		

Outros Empréstimos Obtidos

(euros)

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DÍVIDA	REEMBOLSO	
		Início	Fim
POLO III - CP FINANCE LIMITED - 2ª T	300.000.000	2015	2015
EUROFIMA 119	58.900.000	2015	2015
EUROFIMA 126	75.000.000	2016	2016
PRIVATE PLACEMENT	113.120.000	2009	2024
Sem Aval do Estado	547.020.000		

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DÍVIDA	REEMBOLSO	
		Início	Fim
EMPRÉSTIMO OBRIGACIONISTA 500M€	500.000.000	2009	2019
Com Aval do Estado	500.000.000		

30. Dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais prestadas pela empresa

As dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais, respeitam a empréstimos concedidos pela Eurofima – Sociedade Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário, no montante de 986 232 000 euros e encontram-se cobertas por imobilizações corpóreas conforme indicado na nota 32.1.

OK

W. P. 26
Pereira.

Det.

31. Compromissos financeiros

31.1. Informação sobre Derivados

Com o objectivo de reduzir os seus encargos financeiros e minimizar o risco de volatilidade da taxa de juro a que está exposta, a CP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2009, a empresa possui instrumentos financeiros derivados cujos vencimentos ocorrerão de 2012 a 2021.

Os fluxos financeiros de juros corridos dos derivados foram reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo.

Em 2009, com vista a proteger-se de alterações cambiais e a ajustar-se às condições de mercado, a Empresa contratou um novo swap no montante de 113.120.000 euros com vencimento em 2024.

A alocação dos derivados aos empréstimos do financiamento a que respeitam e o respectivo valor de mercado são como segue

(em euros):

VAN
R.
J.
27
Mesa.

Instrumento Financeiro	Montante	Maturidade Swap	Valorizações
Swap empréstimos Bayerische e KFW	62.000.000	2012	- 3.723.256
Swap empréstimos Eurofima	209.552.000	2015	1.099.756
Swap empréstimo Obrigacionista	250.000.000	2012	- 37.377.629
Swap empréstimo Polo III - 2ª Tranche	300.000.000	2015	27.878.428
Swap empréstimo Polo Securities II Limited	312.500.000	2014	924.933
Swap empréstimos BEI e swap Bayerische e KFW	206.801.916	2021	- 104.746.495
Swap empréstimo BNP Paribas 200M	200.000.000	2015	- 45.066.487
Swap empréstimo Eurofima	75.000.000	2016	- 2.153.271
Swap empréstimo Eurofima	62.200.000	2010	- 1.695.516
Swap empréstimo Eurofima	122.280.000	2014	- 4.509.790
Swap empréstimo Eurofima	52.700.000	2010	- 715.357
Swap private placement	113.120.000	2024	- 4.746.845
Total	1.966.153.916		- 174.831.529

31.2. Compromissos relativos a pensões que figuram no balanço

Os compromissos financeiros relativos a pensões que figuram no Balanço correspondem a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999 e ascendem a 12.426.504 euros.

31.3. Compromissos relativos à aquisição de material circulante

No exercício deu-se continuidade aos contratos assinados em anos anteriores, de aquisição de 25 Locomotivas Eléctricas 4700, que se encontram na totalidade em funcionamento, e cujo montante realizado em 2009 foi de 59 milhões de euros.

32. Garantias, fianças e avales prestadas

32.1. Garantias reais prestadas no âmbito de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(em euros)

Imobilizações Corpóreas		
Rubrica	Valor Bruto	Valor Líquido
423 - Equipamento Básico		
Automotoras - RAV	1 064 938 979	614 508 207
Carruagens e Furgões - RAV	87 917 406	27 282 694
Locomotivas e Locotractores - RAV	376 507 392	208 540 042
Total	1 529 363 777	850 330 943

32.2. Garantias prestadas a favor de empresas interligadas

Garantias e avales prestados pela CP – a empresas do grupo e associadas

- Fergráfica (cartas conforto) 1 493 792
- Emef (cartas conforto) 6 987 979
- Emef (fiança) 23 000 000
- Fernave (cartas conforto) 7 800 000

32.3. Garantias prestadas a favor da CP

- Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado 1 203 193 712
- Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros 2 052 117

33. Indicação das diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas

Nada a referir.

Mm *RJ* 29

QX

Adm

34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Segue em mapa anexo a este articulado.

35. Aumento do capital estatutário no exercício

Em 2009 não se realizaram aumentos ou reduções no capital estatutário.

36. Número de acções e valor nominal

Não aplicável à empresa.

37. Detentor do capital

O Estado Português detém 100% do capital da empresa que foi nacionalizada nos termos do Decreto-Lei n.º 205-B/75 de 16 de Abril.

38. Número e valor nominal das acções e quotas subscritas no capital, durante o exercício

Não aplicável à empresa.

39. Movimento ocorrido nas reservas de reavaliação

A empresa procedeu pela vez em 1995 à reavaliação do imobilizado corpóreo.

A reavaliação incidiu no imobilizado contemplado na rubrica "Equipamento Básico" e engloba o material circulante, à data de 31 de Dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do imobilizado e às respectivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de Abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

por
R.
30
Assinatura

No exercício de 1997 procedeu-se à Reavaliação do Imobilizado Corpóreo nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do imobilizado corpóreo, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, com excepção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respectiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51 989 137 euros.

As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2009 constam no quadro que segue:

Contas	Saldo Inicial	Reaval. Registadas	Inc. Cap.	Outras Transf's	(em euros)
					Saldo Final
5691 -Res.reav/95	26 970 026	-	-	(10 701 241)	16 268 785
5611 -Res.reav/97	17 082 328	-	-	(2 568 102)	14 514 226
5692-Res.reav/99-Estado	31 740 898	-	-	(1 718 108)	30 022 790
5693-Res.reav/99-CP	12 818 003	-	-	(684 297)	12 133 706
Total	88 611 255	-	-	(15 671 748)	72 939 507

As transferências para resultados transitados foram efectuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as "reservas de reavaliação" de 1995 e de 1997 e para as "reservas de reavaliação" de 1999.

Parabéns

40. Variação das rubricas do Capital Próprio

Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios (em euros):

Contas	Saldo inicial	Movimentos no Exercício		Saldo final
		Aumentos	Diminuições	
51 - Capital estatutário	1 995 317 000			1 995 317 000
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas:				
551 - Ajustamentos de transição	2 02 900			2 02 900
552 - Lucros não atribuídos	2 686 965			2 686 965
553 - Out variações Cap Próprios	- 73 233			- 73 233
56 - Reservas de reavaliação				
561 – Res. Reavaliação – DL nº31/98	17 082 328		2 568 102	14 514 226
569 – Res. Reavaliação – Outras	71 528 927		13 103 645	58 425 282
57 - Reservas				
571 - Reservas legais	24 703			24 703
572 - Reservas estatutárias	1 306 650			1 306 650
575 - Subsídios	5 658 551		3 031 037	2 627 514
579 – Reservas p/ saneam financ	91 357 368			91 357 368
59 - Resultados transitados	- 4 008 395 771	15 671 748	190 385 877	- 4 183 109 900
	- 1 823 303 612	15 671 748	209 088 661	- 2 016 720 525

Comentários às rubricas de capitais próprios:

51 - Capital Estatutário

por Dr. Pedro

O Capital Estatutário da CP, E.P.E. é fixado pelo artigo 3º do Capítulo II do Anexo I, a que se refere o artigo 3º do Decreto-Lei nº 137-A/2009 emanado do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que aprova o regime jurídico aplicável à empresa, bem como os respectivos Estatutos.

55 – Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas

551 – Ajustamentos de transição

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial pela primeira vez em 1993, às participações financeiras em empresas do Grupo e em empresas associadas.

552 – Lucros não atribuídos

Esta rubrica reflecte a variação entre os lucros imputáveis às participações financeiras nas empresas do grupo e associadas e os dividendos que forem atribuídos, relevados por contrapartida de Resultados Transitados.

553 – Outras Variações nos Capitais Próprios

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da variação dos Capitais próprios nas empresas do grupo e empresas associadas, decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

56 – Reservas de Reavaliação

561 – Decreto-Lei nº 31/98

O montante em saldo nesta rubrica respeita ao valor de reavaliação do Material Circulante que em 1997 não apresentava nenhuma parcela totalmente amortizada e que no final do exercício se encontra em curso de amortização.

569 – Outras Reservas

5691 – Reservas de Reavaliação/95

5692 – Reservas de Reavaliação/99 Estado

5693 – Reservas de Reavaliação/99 CP

Os montantes em saldo nestas rubricas respeitam aos valores de reavaliação do Material Circulante em 1995 no caso da primeira e aos valores de reavaliação em 1999 dos restantes bens do domínio público concedidos em contrato e da CP, com excepção das peças de parque e que no final do exercício se encontram em curso de

a amortização.

57 - Reservas

571 - Reservas Legais

Esta rubrica reflecte a reserva legal ajustada de uma redução de €712 em 2001 por redenominação do capital estatutário em euros.

572 - Reservas Estatutárias

Esta reserva corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de Dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

575 - Subsídios

O saldo desta rubrica respeita essencialmente a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em curso de amortização.

579 - Reserva para Saneamento Financeiro

Esta reserva reflecte o Passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de Agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à DGT e à Banca no montante de €97.975.959 e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de €6 618 591, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei nº361/85.

59 - Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo desta rubrica ascendia a € -4 008 395 771 e reflectia os resultados líquidos dos exercícios de 1985 a 2007, os ajustamentos diversos resultantes das participações nas empresas do grupo e associadas; a utilização de reservas de reavaliação, por realização de bens a que estavam associadas; a correcção da reserva de reavaliação de 1995 e 1997 resultante da correcção da vida útil de 2 UQE's da Linha de Sintra; a utilização da reserva respeitante a subsídios recebidos

por
RJ
Reyes.

para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em função da respectiva amortização económica; o reforço da provisão para encargo com a taxa de uso respeitante ao exercício de 2000; o reforço da provisão para encargos com acidentes de trabalho e doenças profissionais em 1997; a anulação do crédito sobre o Estado por encargos assumidos no âmbito do saneamento financeiro - Decreto-Lei n.º 361/85 e n.º 387/85; o reconhecimento de proveitos pelo transporte de militares e forças militarizadas ao abrigo da Portaria n.º 471/78 de 19 de Agosto, no período de 1996 a 1999 e de 2002 a 2004.

No Exercício de 2009, para além de se reflectir o Resultado Líquido de 2008 no valor de € -190 385 877, registaram-se os aumentos relativos à utilização de reservas de reavaliação de material circulante de 1995 e 1997 em €13 269 343 e de reservas de reavaliação de edifícios e outros equipamentos de 1999 em €2 402 405, pelos valores de realização no exercício de bens reavalados naqueles anos.

41. Demonstraçāo do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Segue em mapa anexo a este articulado.

42. Demonstraçāo da variação da produção e demonstraçāo do custo das vendas e das prestações de serviços

42.1. Não aplicável à empresa

42.2. Demonstração do custo das vendas e da prestação de serviços
(Segue mapa 42.2 anexo a este articulado)

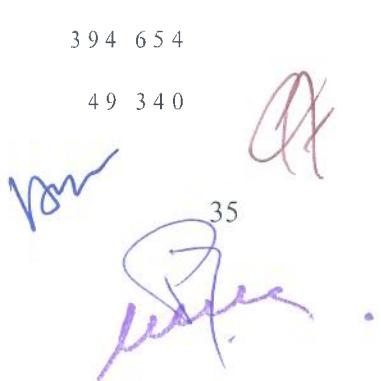
43. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

(em euros)

• Conselho de Administração	394 654
• Conselho Fiscal	49 340

35

Belo

Por 
Data: 35

Não existem responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos acima referidos.

44. Valor líquido das prestações de serviços

(em euros)

Prestações de Serviços	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
72 - Prestações de Serviços	253 663 516	9 900 753	263 564 269

45. Demonstração dos resultados financeiros

Segue em mapa anexo a este articulado.

46. Demonstração dos resultados extraordinários

Segue em mapa anexo a este articulado.

Os custos e perdas extraordinários respeitam essencialmente a aumentos em amortizações extraordinárias, contribuições e donativos, nomeadamente para a Fundação Museu Nacional Ferroviário, reembolsos de despesas com tratamentos médicos a vítimas de acidentes ferroviários.

Os proveitos e ganhos extraordinários reconhecidos no exercício respeitam essencialmente à redução das provisões para processos judiciais em curso e acidentes ferroviários, alienação de UTD's séries 9401, 9402 e 9406 para a República de Moçambique bem como alienação da colónia de férias de Valadares e proveitos provenientes de penalidades contratuais.

DR
DR
meus.

IV – Outras Informações

47. Informações exigidas por diplomas legais

47.1. Informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de Junho de 1980:

- Encargos com estruturas representativas dos trabalhadores (em euros):

Ordenados e Salários	115 149
Subsídio de férias e 13º mês	21 671
Encargos sobre remunerações	33 738
Outras despesas com o pessoal	9 431

- Número de trabalhadores envolvidos

A tempo inteiro:

Dirigentes sindicais	9
Comissão de trabalhadores	1

A tempo parcial:

Dirigentes sindicais	145
Delegados sindicais	35
Comissão de trabalhadores	7
Subcomissão de trabalhadores	52

47.2. Informação a que se refere o Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro:

- A dívida à Segurança Social ascende a 1.870.760 euros, não se encontrando qualquer valor em situação de dívida vencida.

48. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

48.1. Imobilizações de conta do Estado

O imobilizado de conta do Estado (vide nota 3.1.2.) ascende a 109 824 177 euros e desdobra-se como segue:

• Imobilizações corpóreas	109 824 177
421 - Terrenos e recursos naturais	18 294 231
422 - Edifícios e outras construções	91 529 946
• Imobilizações em curso	0
442 - Obras em curso	0

48.2. Conteúdo da conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos

24 Activo - Estado e Outros Entes Públicos		(euros)
		Débitos
241	Imposto sobre o Rendimento	2 496 077
2411	Pagamento Especial por Conta	782 613
2412	Imposto Retido na Fonte	1 713 464
243	Imposto sobre o Valor Acrescentado	8 885 074
2437	I.V.A a Recuperar do período de Nov e Dez 2008	3 693 515

2438	IVA - Reembolsos Pedidos do periodo de Julho a Out de 2008	5 191 559
245	Contribuições Seg. Social - CNP	124 350
248	IVA - Imposto a recuperar	882 362
	Total	12 387 862
24	Passivo - Estado e Outros Entes Públicos	Créditos
2414	Tributação Autónoma	331 584
242	Retenções - Imposto sobre Rendimento	912 083
2436	IVA a Pagar	0
245	Contribuições Seg. Social-CNP e IGFSS	1 995 110
	Total	3 238 777

48.3. Desdobramento das rubricas de Outros Devedores e de Outros Credores no Balanço

48.3.1. Outros Devedores

(em euros)

R u b r i c a 2 6 1 / 3 + 2 6 8 + 2 2 1		
C o n t a s	D e s i g n a ç ã o	S a l d o
268	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	
	Devedores Diversos	975 110
288	Ajustamentos de Dívidas a Receber - Médio e Longo Prazo	- 975 110
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	
221	Fornecedores c/c - Saldos Devedores	193 530
261	Forn. de Imob c/c - Saldos Devedores	38 869
262	Outros Devedores - Pessoal	391 752
268	Devedores Diversos	
	D.Diversos - c/c	26 863 454
	D.Diversos - Cobrança Duvidosa	6 144 524
	D. Diversos - Dif. Câmbio	88 864
	C. Diversos - Saldos Devedores	316 693
	C.Div.-Dep Cauções Prestadas	48 958
	C.Div.-Prov. Rep-P.S-CPLX	77 444
	C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. UVIR	658 692

	C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. Outros	210	282		
	C.Div.-Prov. Rep-Outros-CP RG	61	311		
	C.Div.-IVA-Operações. a Regul.	4591	568		
	D\C Div - Facturação		0		
	D\C Div - Seg. Saude		6402		
	C.Div.-Valores Regularizar Estações	127	270		
	C.Div.-ODC-Cartão Galp Frota	143	274		
	ODC - Estações Cp-LX\PT	130	747		
	ODC - Quiosques - Uvir		4176		
	ODC - TPA - Uvir		13967		
	ODC - CPLX - C. Lx Viva	-18	630		
	ODC - Estações	549	391		
	Outros Devedores Diversos	183	351	40201738	
288	Ajustamentos de Dívidas a Receber - Outras Dívidas			40825889	
				-6144524	34681365

48.3.2. Outros Credores

verso · *AT*
verso *RJ*.

(em euros)

Rubrica 262/8 + 211		
Contas	Designação	Saldo
	Médio e Longo Prazo	
265	Outros Credores - Cred. Subscrições	- 14 153 349
	Curto Prazo	
211	Outros Credores - Clientes - c/c	- 60 354
262	Outros Credores - Pessoal	- 341 733
263	Outros Credores - Sindicatos	- 47 857
267	Outros Credores - Consultores	- 10 222
268	Credores Diversos - c/c	
	Saldo Credor - Devedores Diversos	- 546 014
	Credores Diversos - c/c	- 7 212 164
	Credores Diversos - Cauções Recebidas	- 92 087
	Credores Diversos - Ret Garant	- 11 208
	Credores Diversos - Prov. Repartir UN's	- 2 046 598
	Outros Credores Diversos	- 4 889 392
		- 14 797 463
		- 15 257 629

48.4. Conteúdo das contas de Acréscimos e Diferimentos

48.4.1. Activo

(euros)		
Contas		Saldo
271 - Acréscimos de Proveitos		6 590 042
	Curto Prazo	6 590 042
2711 - Acréscimo de Proveitos	Juros e outros proveitos relativos a 2008 e 2009 a facturar em 2010	581 078
2712 - Acréscimo de Proveitos - CP Lisboa	Prestação de serviços de transporte de 2009 a facturar em 2010.	630 931
2713 - Acréscimo de Proveitos - CP Regional	Prestação de serviços de transporte de 2009 a facturar em 2010	27 448
2714 - Acréscimo de Proveitos - CP Porto		

Prestação de serviços de transporte de 2009 a facturar em 2010	230 432
2717 - Acréscimo de Proveitos - Juros Swaps Juros relativos aos meses de Agosto a Dezembro de 2009, referentes aos Swaps do Barclays e Bes Inv a vencer em 2010	4 587 888
2719 - Outros Acréscimos de Proveitos Prestações Serviços - Redes Estrangeiras - Troços Fronteiriços - Porto/Vigo, referente a 2009 a facturar em 2010	532 264
272 - Custos Diferidos Médio e Longo Prazo	57 157 274
2723 - Custos Diferidos	35 934 661
- Adiantamento Custos Diferidos Adiantamentos efectuados à EMEF pela reparação de material circulante	3 143 499
- R1's Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos	394 183
- R2/3's Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 4 ou 5 anos	32 396 979
2729 - Outros Custos Diferidos Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2009 por amortizar em 31/12/2009	4 245 291
Curto Prazo	16 977 322
2723 - Custos Diferidos	15 687 684
Diferimento dos encargos com grandes reparações do material circulante efectuadas pela EMEF, do seguinte tipo:	
- R1's Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos	121 766

	- R 2/3's Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 4 ou 5 anos	14 780 042
	- Adiantamento Custos Diferidos Adiantamentos efectuados à EMEF pela reparação de material circulante	785 875
2729 -	Outros Custos Diferidos Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2009 Rendas, alugueres e contratos de assistência técnica liquidados em 2009 e relativos a 2010	1 289 639 1 234 177 55 462
	Total	63 747 317

48.4.2. Passivo

		(euros)
	Contas	Saldo
273 -	Acréscimos de Custos Curto Prazo	64 956 374
2732 -	Acréscimo de Custos-remunerações a liquidar Férias, subsídio de férias e abonos variáveis a liquidar em 2010	17 928 788
2733 -	Acréscimo de Custos - juros a liquidar Juros de financiamentos a liquidarem em 2010	19 446 112
2734 -	Acréscimo de Custos - taxa aval a liquidar Taxa de aval respeitante ao empréstimo obrigacionista e a empréstimos do BEI-CP III e ROLLING STOCK a liquidar em 2010	534 329
2735 -	Acréscimo de Custos - FSE a liquidar Estimativa de serviços essenciais, adicionais e auxiliares prestados pela REFER em 2004/06/08/09	12 023 689
	Especialização de encargos com reparação de material circulante em 2009, encargos com energia, com o Acordo CP/Renfe e outros encargos em 2009 a regularizar em 2010.	3 363 977
2736 -	Acréscimo de Custos - Out. Ene.Financeiros Especialização de encargos financeiros da EUROFIMA em 2009 a pagar em 2010.	8 659 712
2737 -	Acréscimos de Custos - Juros a liqui. - Swaps Especialização de juros referentes aos Swaps, a liquidar em 2010	235 588
2739 -	Taxa de Uso	12 446 040
		2 341 827

	Refer - taxa de Utilização de Infraestrutura de 13 a 31 Dezembro de 2009, a liquidar a 2010	
274 - Proveitos Diferidos		224 276 467
	Médio e Longo Prazo	
2745 - Proveitos Diferidos		207 869 630
Subsídios do PIDAAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos até Dezembro/09 e a utilizar em anos seguintes.		205 338 271
Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER) recebidos até Dezembro/09 e a utilizar em anos seguintes		
2748 - Proveitos Diferidos		167 774
Diferenças de câmbio das acções da Eurofima		
2749 - Outros Proveitos Diferidos		2 363 585
Valor a amortizar do SWAP POLO III e JP Morgan		
	Curto Prazo	
2744 - Proveitos Diferidos do Tráfego		16 406 837
Passes sociais e assinaturas vendidos em Dez/09 e a utilizar em Jan./10		857 569
2745 - Proveitos Diferidos		13 599 522
Subsídios do PIDAAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos até Dezembro/09 e a utilizar em anos seguintes		
Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER) recebidos até Dezembro/09 e a utilizar em anos seguintes		
2749 - Outros Proveitos Diferidos		1 949 746
Valor a amortizar do SWAP POLO III e JP Morgan		1 724 460
Subsídios do POEFDS e do PORLVT recebidos até dez./09 e a utilizar em anos seguintes.		75 286
Valor a reconhecer em anos seguintes relativo ao bónus obtido na renegociação do Contrato de fornecimento de combustíveis em 2007.		150 000
	Total	289 232 841

48.5. Transporte de militares, forças militarizadas e de funcionários do Ministério da Justiça

A dívida do Ministério da Defesa Nacional, respeitante ao transporte de militares, no âmbito da Portaria 471/78 de 19 de Agosto, suportada em facturas firmes reconhecida e ajustada em 2009 pelo montante total de € 2 905 200.

Os valores em dívida ajustados à data de 31 de Dezembro de 2009 referentes ao Transporte de militares e forças militarizadas, discriminam-se como segue:

W
R
44
Pereira

Ribeiro

Entidade	Dívida até 31 Dez. 2005	Dívida de 2006	Dívida de 2007	Dívida de 2008	Dívida de 2009	(em euros)
	Facturação Firme					Total Geral
Ministério da Defesa Nacional	17 356 138	3 822 217	3 635 071	3 824 340	2 905 200	31 542 967
Total	17 356 138	3 822 217	3 635 071	3 824 340	2 905 200	31 542 967

48.6. Informações sobre matérias ambientais

No âmbito da Gestão Ambiental, destaca-se o desenvolvimento do processo de certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da CP, processo esse que foi instruído junto de entidade externa credenciada (APCER - Associação Portuguesa de Certificação), a realização de auditorias internas ao Sistema de Gestão Ambiental e a consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas em auditoria.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos destacar, as que se referem ao cumprimento da legislação e regulamentos ambientais aplicáveis aos aspectos ambientais associados à actividade da CP, mas também aos relacionados com a sua eficiência energética, a melhoria da gestão dos seus recursos e o encaminhamento correcto dos nossos resíduos:

- Definido plano para o levantamento das redes de drenagem das águas residuais industriais (águas provenientes da lavagem de material circulante e de separadores óleo/água);

45

- Novo procedimento de sistema SGI CP PS 022 (Intervenções Técnicas em Equipamentos Fixos de Refrigeração e de Ar Condicionado e Bombas de Calor);
- Colocação de um modelo para o registo de funcionamento periódico dos geradores de Emergência junto dos geradores de alimentação de emergência de modo a garantir o registo actualizado do número de horas de funcionamento e do consumo de combustível anual;
- Redução da intensidade carbónica do transporte de passageiros através da execução do plano de racionalização de energia (elaborado no âmbito da auditoria energética realizada à Frota da CP) e do inicio das auditorias de certificação energética de edifícios;
- Novo procedimento de sistema SGI CP PS 007 (Gestão de Resíduos de Construção e Demolição);
- Alterado procedimento de sistema SGI CP PS 034 - Gestão Global de Resíduos, de modo a considerar a participação de resíduos pós emergência;
- Aumento a taxa de reciclagem dos resíduos produzidos, tendo a recolha selectiva de resíduos urbanos ou equiparados em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa sido alargada à recolha selectiva no interior dos comboios da Linha de Cascais.

Este ano procedeu-se ainda ao seguinte:

- Introdução dos requisitos de resposta a situações de emergência ambiental nas Instrução de Exploração Técnica (IET) 186 (Plano de Emergência na Linha do Norte (Lisboa a Setil) e na Linha do Oeste (Mira Sintra/Meleças a Caldas da Rainha));
- Elaboração o novo procedimento SGI CP PS 024 - Preparação e Resposta a Emergência em Instalações;

- Disponibilização das Fichas de Dados de Segurança nos locais onde as substâncias ou preparações perigosas são utilizadas;
- Introdução das competências ambientais “Orientação para a Qualidade e Ambiente” no Directório de Competências e no Manual de Acolhimento;
- Identificação das competências ambientais por tipologias de prestadores de serviço, estando em curso a introdução das respectivas cláusulas contratuais nos contratos a celebrar ou em renovação, com o objectivo de se assegura o controlo sobre os fornecedores/prestadores de serviço.

Nesta área, identificam-se como principais riscos para a actividade e futuro da CP a aplicação do Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29/07, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, estando em estudo uma proposta de cobertura dos riscos em causa, que deverá dar satisfação às exigências constantes da Lei.

4.8.7. Operações conjuntamente controladas

No âmbito destas operações relevam os Acordos comerciais celebrados entre a CP e a Empresa espanhola RENFE Operadora.

Constituiu objecto destes Acordos assinados em Junho de 2007, mas com efeitos retroactivos a Janeiro de 2006 a gestão dos comboios directos que efectuam o percurso nocturno entre Lisboa – Madrid (Comboio Hotel Lusitânia) e Lisboa – Hendaya (Sud Expresso) nos termos seguintes:

- **Lusitânia Comboio Hotel**

Gestão conjunta das duas Empresas, com repartição de despesas e receitas em partes iguais.

- **Comboio Sud Expresso**

Gestão exclusiva pela CP que arrecada toda a receita da realização do comboio. A congénere espanhola, RENFE, garante a circulação do comboio em Espanha e todas as operações logísticas associadas, incluindo a venda e

informação nas suas estações, sendo remunerada em conformidade.

O impacto destes acordos no resultado do exercício foi o seguinte:

	(euros)	
	Custos	Proveitos
Comboio Hotel Lusitânia	1.691.289	2.494.991
Sud Expresso	5.498.189	4.694.606
Total	7.189.478	7.189.597

48.8. Venda de material circulante e de equipamentos oficiais

No presente exercício, salienta-se a venda de 3 Automotoras - UTD Unidades Triplas Diesel via estreita incluindo uma reparação geral do material à CFM- Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, EP no montante de € 1 427 100 e a venda de um Locotractor no montante € 75 000, à LUSOSIDER -Aços e Planos, S.A.

48.9. Partes Relacionadas

São os seguintes os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e os valores referentes a transacções no exercício com empresas do grupo e associadas:

	SALDOS	EMEF	CP CARGA	FERNAVE	FERGRÁFICA	TIP	(em euros)
Activos							
211	Clientes - c/c	1 620					576 461
218	Clientes - Cobrança Duvidosa						9 720
229	Fornecedores - Adiantamentos	6 000 000					
2529	Accionistas - Emp Grupo -O. Oper	46 055	68 604 199			20 557	
26811	Devedores Diversos-C/C	233 524	14 802 234	151 694			2 560
26818	Deved Div-Cobrança Duvidosa						
2690	ODC Adiant.por C. Vendas						
	Sub-total	6.281.199	83 406 433	151.694	20.557	588.741	

Passivos						
221	Fornecedores - c/c	622	-11 339	-260 681	65 405	-130 325
2529	Accionistas-Empréstimos			-1 000 000		
2611	ODC-Fornecedores Imob - C/C		-1 169 053			
26821	Credores Diversos -C/C			-988 465		
			Sub-total	12.508.675	-2 249 146	65.405
	Total Saldos			-6.227.476	81 157 287	217.099

TRANSACÇÕES		EMEF	CP CARGA	FERNAVE	FERGRÁFICA	TIP
Imobilizado						
44	Imobilizado	9 048 770		0	0	0
		Sub-total	9.048.770	0	0	0
Custos						
621	FSE - Subcontratos	44 860				167 190
622	FSE - Outros fornecim. Serv.	66 214 367	16 130	908 640	131 148	78 264
626	FSE - Ut.Mat Circ/Troços Front		200 932			
64	Custos com Pessoal	874 897				725
656/8/9	Out Custos Operacionais		2 654			836
	Cust Perdas Finan - Perdas					
682	E.Grupo/Ass.	12 807 694	5 000 000	6 454 046		
688	Out Custos Perdas Financeiras					98 401
695	Cust Perdas Extraord - Multas/Penalid		54 305			
698	Custos P Ex. Corr ex.ant PEC Irr					
		Sub-total	79.941.818	5.274.021	7.362.686	299.063
						177.501
Proveitos						
721	Prest Serviços -Passageiros	-862 158				-1 237 248
722	Prest Serviços -Mercadorias	-865				
725/9	Outras Prestações Serviços	-383 489	-9 706 016	-92 486	-1 500	-56 514
731	Prov Suplem - Serv Sociais	-40 564				
732	Prov Suplem - Aluguer Equipam	0	-26 671	-1 560	-1 053	
733	Prov Suplem - Cedência Energia	-381 930	-176 592	-62 475		
738	Outros Prov Suplementares	-3 820 017	-3 791 001	-189 592	-15 862	-8 532
769	Prov Ganhos Operac-Outros	-20 001	-5 976	-8 737		
781	Prov Ganhos Fin-Juros Obtidos	-87 945		-91 659	-28 262	
782	Prov Ganhos Finan - Perdas					
	E.Grupo/Ass.	-9 728 746				
788	Outros Prov Ganhos Financeiros					
		Sub-total	15.325.715	-13.706.256	-446.509	-46.677
						-1.302.294
	Total Transacções		73.664.873	-8.432.235	6.916.177	252.386
						-1.124.793

4.8.10 Transferência de Activos e Passivos para a Carga, SA

Com a constituição da CP Carga, SA em 1 de Agosto de 2009, foram transferidos para a nova sociedade um conjunto de activos e passivos que em 31 de Julho de 2009 se encontravam afectos à actividade de transporte ferroviário de mercadorias desenvolvida pela Unidade de Negócios CP Carga.

Nesse contexto foram transferidos para o domínio da nova sociedade, os seguintes valores correspondentes a bens activos, passivos, direitos, obrigações e responsabilidades, no montante de € 67.604.199:

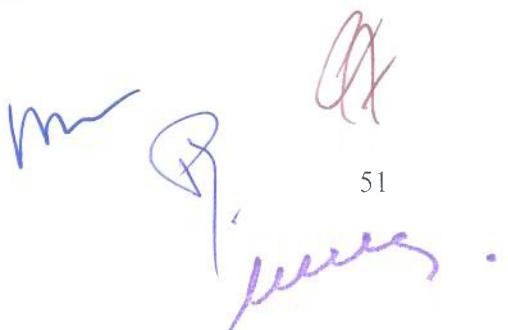
A
B
C
M

Activo	(euros)		
	Em 31 de Julho de 2009		
	Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Liquido
Imobilizado			
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas Investig.e Desenvolvimento	41.461		41.461
Imobilizações em Curso	1.500		1.500
	42.961		42.961
Imobilizações Corpóreas			
Edifícios e Outras Construções	644.764		644.764
Equipamento básico	44.906.206		44.906.206
Equipamento de transporte	417.013		417.013
Equipamento administrativo	106.998		106.998
Outras imobilizações corpóreas	136.816		136.816
Imobilizações em Curso	1.313.194		1.313.194
Adiantamento p/c Imob Corporeas	8.224.933		8.224.933
	55.749.924		55.749.924
Circulante			
Dívidas de terceiros - curto prazo	23.099.104	813.593	22.285.511
Custos Diferidos	17.203.048		17.203.048
Total dos Ajustamentos		813.593	
Total do Activo	96.095.037	813.593	95.281.444

Capital Próprio			
Capital Social			5.000.000
Prestações Acessórias			15.000.000
Total do Capital Próprio			20.000.000
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo			6.297.578
Acréscimos de Custos			1.379.667
Total do Passivo			7.677.245

Diferença entre Activos e Passivos transferidos			67.604.199
--------------------------------------------------------	--	--	-------------------

Total do Capital Próprio e Passivo		95.281.444
-------------------------------------------	--	-------------------



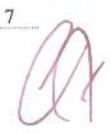
 51



A diferença entre os valores activos e passivos, resultante essencialmente dos immobilizados corpóreos transferidos no processo de cisão, está registada como dívida a reembolsar pela Carga SA à CP, EPE, no curto prazo por recurso ao crédito, configurando uma dívida bancária associada ao financiamento histórico da unidade da carga, como previsto no Despacho nº 9541/2008 de 14 de Março.

Restaram todavia no domínio da CP os resultados gerados pela Unidade de Negócios CP Carga, no período de 1 de Janeiro a 31 de Julho de 2009, com o desenvolvimento da actividade de transporte de mercadorias:

			(euros)
C u s t o s			
Custo das MVMC			2 663 276
Fornecimentos e Serv. Externos			7 302 307
Impostos			2 401
Custos com o Pessoal			14 500 660
Outros Custos Operacionais			6 130 494
Amortizações			1 540 671
Imputações internas			
- material circulante			20 115 523
- outros serviços			1 419 444 21 534 967
Total dos Custos			53 674 776
P r o v e i t o s			
Prestações de serviços			33 934 201
Proveitos suplementares			1 051 732
Outros proveitos operacionais			28 294
Revers. amortizações e ajustamentos			88 812
Total dos proveitos			35 103 039
Resultado Operacional			-18 571 737



 52
<img alt="Handwritten signature in purple ink." data-bbox="795 935 975 975}
 </p>

48.11 Eventos subsequentes à data do Balanço

A Fergráfica – Artes Gráficas, SA, empresa detida a 100% pela CP, entrou em incumprimento do disposto no nº1 do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que ficou perdido metade do Capital Social.

No seguimento das medidas que até agora têm vindo a ser tomadas no sentido da recuperação económica e financeira da empresa, o Conselho de Administração da Fergráfica convocou em 18 de Janeiro de 2010 uma Assembleia Geral, dando cumprimento ao disposto no nº3 do artigo 377º do Código das Sociedades Comerciais, procurando dotar a empresa de uma adequada estrutura de capitais, regularizando o desequilíbrio financeiro existente e a situação de falência técnica.

Deste modo, foi aprovada a recomposição de capitais próprios, pela redução do Capital Social para montante não inferior ao Capital Próprio e pela realização pelos sócios de entrada para reforço da cobertura do Capital.

Uma vez que toda esta operação ocorreu já no ano de 2010, todo o seu impacto foi reflectido já nas Contas de Janeiro de 2010 da única accionista CP, como segue:

- No Balanço:
 - o Aumento dos Investimentos Financeiros em €599 995 por entrada em espécie (€199 995) e pela constituição de novas Prestações Suplementares (€400 000);
 - o Diminuição das Prestações Suplementares existentes a 31/12/2009 (€3 152 623) pela sua utilização na recomposição dos Capitais Próprios;

M *D* *R* *53*
meus

Det

- o Reversão dos Ajustamentos das Prestações Suplementares existentes a 31/12/2009 (€3 152 623);
 - o Diminuição dos Empréstimos a Empresas do Grupo (€1 215 000) pela sua utilização na recomposição dos Capitais Próprios;
 - o Reversão dos Ajustamentos dos Empréstimos a Empresas do Grupo existentes a 31/12/2009 (€1 215 000);
- Na Demonstração dos Resultados:
- o Aumento dos Custos Financeiros em €4 367 623 pelo reconhecimento da utilização dos Empréstimos (€1 215 000) e das Prestações Suplementares (€3 152 623) no processo de recomposição dos Capitais Próprios;
 - o Aumento dos Proveitos Financeiros em €4 367 623 pela reversão dos Ajustamentos dos Empréstimos (€1 215 000) e das Prestações Suplementares (€3 152 623) existentes a 31/12/2009.

Resumidamente, nas Contas de Janeiro da accionista CP, deu-se um incremento nos Investimentos Financeiros de €599 995, não havendo qualquer impacto em termos de Resultados, uma vez que todos os Activos relacionados com a Fergráfica e utilizados nos processo de recomposição dos Capitais Próprios já tinham sido dados como perdidos em Exercícios anteriores.

48.12 Capital Próprio

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a empresa incorreu num prejuízo de € 217 333 715, verificando-se que nessa data, o passivo total excede o activo total em € 2 234 054 240.

Tanto a Autonomia Financeira, rácio que mede a solvabilidade da empresa através da determinação da proporção dos Activos que são financiados com Capital Próprio, como a Cobertura de Endividamento, ou seja, o grau de intensidade de recurso a capitais alheios no financiamento da empresa, melhoraram

M. R. Alves. 54

5,22% e 3,58%, apresentando em 2009 um valor de -1,41 e -0,64, respectivamente.

Sendo estes rácios negativos, conclui-se que a empresa não tem capacidade para fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus Capitais Próprios, revelando uma grande instabilidade financeira, sendo forçada a financiar-se na Banca.

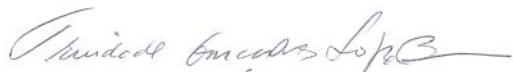
48.13 Recomposição do Capital

Tal como se evidencia, não só nas Demonstrações Financeiras de 2009 e se refere no ponto 48.11 deste Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, como também nos Relatórios e Contas da CP de anos transactos, o Capital está perdido na sua totalidade. Os resultados que a CP tem obtido no mercado do transporte ferroviário, agravados em 2009 pela autonomização da actividade do transporte de mercadorias, e os encargos financeiros crescentes decorrentes do elevado passivo financeiro, impedem a reabilitação do Capital Próprio da empresa que se cifra em -2 234 054 m.€ à data de 31 de Dezembro de 2009.

A continuidade das operações depende principalmente do suporte financeiro do detentor do capital, pelo que se torna imprescindível a adopção de medidas urgentes por parte do accionista Estado visando a recomposição do Capital da CP. Tal como previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2010 a 2013, a entrada de capitais privados em empresas onde o Estado é actualmente accionista único, poderá conduzir a ganhos de eficiência, tendo em vista a rentabilização dos capitais investidos, contribuindo assim para a promoção de uma maior produtividade no sector do transporte ferroviário.

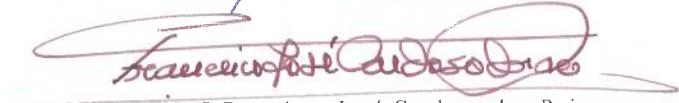


O Técnico Oficial de Contas



Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PRESIDENTE Francisco José Cardoso dos Reis

VICE-PRESIDENTE José Salomão Coelho Benoliel


JSCB

VOGAL Paulo José da Silva Magina


Nunesem

VOGAL Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

10.1 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO (ACTIVO BRUTO)

						(em euro)
RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/ AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:						
. Despesas de instalação	0		0	0	0	0
. Despesas de investigação e desenvolvimento	1.025.737		0	87.800	185.000	1.122.937
. Imobilizado em curso	300.042		100.613	1.500	0	399.155
. Adiantamentos p/c. de imobilizações incorpóreas	0		0	0	0	0
	1.325.779	0	100.613	89.300 a)	185.000	1.522.092
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
. Terrenos e recursos naturais	31.383.895	0	562.604	-1.010.066	b)	29.811.225
. Edifícios e outras construções	112.187.703	540.208	1.874.046	-303.078	b)	110.550.787
. Equipamento básico	2.070.729.063	245.228	212.561.088	67.838.763 c)	c)	1.926.251.966
. Equipamento de transporte	4.813.470	2.491	2.756.667	205.874		2.245.168
. Ferramentas e utensílios	276.951	799	25.427	-2.952		249.371
. Equipamento administrativo	18.865.988	919.648	1.310.151	-884.959		17.590.526
. Taras e vasilhame	0	0	0	0		0
. Outras imobilizações corpóreas	58.034.773	836.207	363.635	1.725.925		60.233.270
. Imobilizações em curso	11.961.133	64.033.991	9.538.127	-58.816.368		7.640.629
. Adiantamentos p/c. de imobilizações corpóreas	60.084.167	8.782.322	0	-58.640.586		10.225.903
	2.368.337.143	0	75.360.894	228.991.745 a)		2.164.818.845
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
. Partes de capital em empresas do grupo	3.379.073	-16.271.000	28.192.052	226.450	11.271.000	26.344.675
. Empréstimos a empresas do grupo	16.327.444	-6.257.444	9.066.000	0	-17.921.000	1.215.000
. Partes de capital em empresas associadas	81.908	0	0	0	0	81.908
. Empréstimos a empresas associadas	0	0	0	0	0	0
. Títulos e outras aplicações financeiras	19.470.532	0	0	0	-180.000	19.470.532
. Outros empréstimos concedidos	1.006.674	0	0	0	-826.674	826.674
	40.265.631	-22.528.444	37.258.052	226.450	-6.830.000	47.938.789

10.2. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS DAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

(em euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ANULAÇÃO/REVERSAO	ABATE / ALIENAÇÃO	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
· Despesas de instalação	0	0	0	0	0
· Despesas de investigação e de desenvolvimento	597.350	313.205	0	46.339	864.216
	597.350	313.205	0	46.339 a)	864.216
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
· Edifícios e outras construções	27.818.690	3.459.482	311.378	1.178.831 b)	30.410.719
· Equipamento básico	1.122.090.549	69.302.241		212.796.961 c)	978.595.829
· Equipamento de transporte	4.185.743	118.083		2.368.505	1.935.321
· Ferramentas e utensílios	267.250	7.399		28.378	246.271
· Equipamento administrativo	16.872.519	1.074.552	-20	2.468.333	15.478.718
· Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
· Outras imobilizações corpóreas	24.735.025	2.884.179	6.401	226.819	27.398.786
	1.195.969.776	76.845.936	317.759	219.067.827 a)	1.054.065.644
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
· Partes de capital em empresas do grupo	3.152.623	9.399.684	0	0	12.552.307
· Empréstimos a empresas do grupo	9.877.444	1.095.000	-9.757.444	0	1.215.000
· Empréstimos a empresas associadas	0	0	0	0	0
· Títulos e outras aplicações financeiras	249.399	0	0	0	249.399
· Outros empréstimos concedidos	1.006.674	0	-180.000	0	826.674
	14.286.140	10.494.684	-9.937.444	0	14.843.380

[...] e no âmbito do processo de cisão previsto do Decreto- [e] nº 137-A/2009 de 12 de Junho.

b) Este valor inclui o montante de 438 500,26 que resulta do abate do edifício da Fergráfica, no âmbito do Despacho nº 23. Este valor inclui o montante de 22 799 114,95 que resulta da correção da vida útil do material da Linha de Cascais

c) Este valor inclui o montante de

R\$ 100,00

D. J. Gomes

Bob

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DE GRUPO E ASSOCIADAS

FIRMA/SEDE	CAPITAL DETIDO		CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31/12/2008	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO 2008	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31/12/2009	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO 2009
	FRAÇÃO	VALOR				
EMPRESAS DO GRUPO:						
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA Rua do Conde Redondo, nº 145 1169-030 Lisboa	100,00%	8.100.000	-1.476.400	-5.512.193	8.192.052	a) -2.112.219
FERGRÁFICA - Artes Gráficas, SA Av. Infante D. Henrique, 89 1900 Lisboa	100,00%	400.000	-1.346.182	-406.083	-1.697.027	a) -350.844
CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA Calçada do Duque, 20 1249-109 Lisboa	100,00%	5.000.000	N/A	N/A	-14.315.439	a) -9.315.440
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA Rua Castilho N° 3 1269-074 Lisboa	70,00%	50.000	-8.711.168	-6.764.010	-1.650.158	a) -1.819.330
EMPRESAS ASSOCIADAS:						
TIP- Transportes Intermodais do Porto Av. Fernão de Magalhães nº 1862, - 9º 4350-158 Porto	33,33%	10.000	-4.367.499	973.311	-4.143.190	a) 224.309
STIFIA - Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, SA Terminal de Alverca - Estrada Nacional 10 2615 Alverca	22,50%	112.500	364.037	12.610	b)	

(a) Valores provisórios
(b) Valores não disponíveis

21 . MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

AJUSTAMENTOS

(em euros)

CONTA	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSAO	SALDO FINAL
28. Ajustamentos de dívidas a receber				
Clientes de Cobrança Duvidosa	30.115.979	5.937.560	1.577.389	34.476.150
Letras Protestadas	26.661	16.576	9.863	26.661
Empresas do grupo	44.013	0	0	50.726
Empresas participadas e participantes	0	401.224	138.479	0
Outros Devedores	6.856.889			7.119.634
	37.043.542	6.355.360	1.725.731	41.673.171
39. Ajustamentos de existências				
Mat. Primas Subsid. e de Consumo	5.559.571	0	0	5.559.571
Mercadorias	0	0	0	0
	5.559.571	0	0	5.559.571
TOTAL GERAL	42.603.113	6.355.360	1.725.731	47.232.742

34 . DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

(em euros)

CONTA	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
29. Provisões				
Processos Judiciais em Curso	32.485.648	0	4.391.340	28.094.308
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	10.971.311	2.435.245	980.052	12.426.504
Acidentes Ferroviários	2.173.887	657.517	1.147.002	1.684.402
Encargos com pré-reforma	16.792	0	16.792	0
Encargos com promoções	325.876	852.931	0	1.178.807
Perdas em Investimentos financeiros	861.729	0	0	3.892.811
Outras Provisões	16.082	55.250	62	71.270
	46.851.325	7.032.025	6.535.248	47.348.102

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

MOVIMENTOS		MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO		CUSTO TOTAL
			EMBALAGENS DE CONSUMO	MATERIAIS DIVERSOS	TOTAL
Existências iniciais		237.707	0	10.815.087	10.815.087
Compras	2.880	0	11.550.124	11.550.124	11.553.004
Devolução de existências	0	0	0	0	0
Regularização de existências	-10.902	0	-8.192	-8.192	-19.094
Existências finais	-228.834	0	-11.201.832	-11.201.832	-11.430.666
Custos no exercício	851	0	11.155.187	11.155.187	11.156.038

MOVIMENTOS		MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO		CUSTO TOTAL
			EMBALAGENS DE CONSUMO	MATERIAIS DIVERSOS	TOTAL
Existências iniciais		237.707	0	10.815.087	10.815.087
Compras	2.880	0	11.550.124	11.550.124	11.553.004
Devolução de existências	0	0	0	0	0
Regularização de existências	-10.902	0	-8.192	-8.192	-19.094
Existências finais	-228.834	0	-11.201.832	-11.201.832	-11.430.666
Custos no exercício	851	0	11.155.187	11.155.187	11.156.038

42.2. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

				(em euros)
MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	
Existências iniciais				-323.069.338
Entradas Provenientes da produção				
Regularização de existências				
Saídas para a produção e imobilizado				
Existências finais				-323.069.338
Custo das vendas e prestações de serviços				

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS		EXERCÍCIOS
	2009	2008	2009	2008	
681 - Juros suportados	130.454.076	138.530.894	781 - Juros obtidos		17.116.163
682 - Perdas em empresas do grupo e associadas	22.725.046	4.609.429	782 - Ganhos em empresas de grupo e associadas		8.192.052
683 - Amortizações de investimentos em imóveis	0	0	783 - Rendimentos de imóveis		0
684 - Ajustamentos de aplicações financeiras	13.542.344	5.297.484	784 - Rendimentos de participações de capital		9.744
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	27.610	6.914	785 - Diferenças de câmbio favoráveis		11.923
686 - Descontos de pronto pagamento concedidos	0	0	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos		3.866
687 - Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	0	787 - Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		0
688 - Outros custos e perdas financeiros	4.286.300	3.839.269	788 - Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros		16.462.661
Resultados financeiros	-129.238.967	-107.814.624			3.702.735
	41.796.409	44.469.366			41.796.409
					44.469.366

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS
	2009	2008		
691. Donativos	272.169	305.210	791. Restituição de impostos	0
692. Dívidas incobráveis	9.599	22.649	792. Recuperação de dívidas	124
693. Perdas em existências	17.460	35.443	793. Ganhos em existências	17.253
694. Perdas em imobilizações	2.396.636	178.859	794. Ganhos em imobilizações	957.767
695. Multas e penalidades	83.475	3.138	795. Benefícios de penalidades contratuais	869.118
696. Aumentos de amortizações	328.062	2.801	796. Redução de provisões	5.555.197
697. Correcções relativas a exercícios anteriores	0	0	797. Correcções relativas a exercícios anteriores	5.964.730
698. Outros custos e perdas extraordinários	156.489	216.684	798. Outros proveitos e ganhos extraordinários	15.784.631
699. Encargos c/pre-reforma	16.723	86.356		11.923.642
Resultados extraordinários	19.903.477	17.513.869		0
	23.184.090	18.365.009		0
			23.184.090	18.365.009

AAA
Q

Luís
BB

I – INTRODUÇÃO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Comissão de Fiscalização (CF) emite o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório e Contas da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. e propostas, apresentados pelo respectivo Conselho de Administração (CA), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
2. A CP foi transformada em entidade pública empresarial (E.P.E.) pelo Decreto – Lei nº. 137-A/2009, de 12 de Junho, regendo-se por este diploma e estatutos anexos, que dele fazem parte integrante, pelo disposto no Decreto – Lei nº. 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto – Lei nº. 300/2007, de 23 de Agosto, e pela demais legislação aplicável.
3. Na senda das orientações constantes do Despacho nº. 9541/2008, de 02/4, e do preceituado no artigo 10º do Decreto – Lei nº. 137-A/2009, a CP procedeu à autonomização da unidade de negócios de transporte de mercadorias e logística, criando a “CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA” com efeitos a 01/8/2009. A comparação da performance económica e financeira da CP em relação ao ano anterior é afectada pelo impacto significativo da referida cisão nas demonstrações financeiras em apreço.
4. Por Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e dos Transportes, de 30/7/2009, foram aprovadas as orientações e objectivos de gestão para 2009, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 11º do Decreto-Lei nº. 558/99, na redacção dada pelo Decreto – Lei nº. 300/2007, da Parte I da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº. 49/2007, de 28/3, e do nº. 2 da RCM 70/2008, de 22/4. Tendo em conta o disposto no ponto 17 da RCM 49/2007, a CF procede, mais adiante, à avaliação do desempenho global da gestão, bem como à apreciação da aplicação dos princípios de bom governo.
5. Como factos relevantes ocorridos na vida da Empresa em 2009 destacam-se os seguintes:



- Forte quebra da procura global a nível nacional, em especial no transporte de mercadorias;
- Resultado líquido negativo de 217 milhões de euros, aumentando cerca de 27 milhões de euros em relação ao ano anterior;
- Resultados financeiros negativos de 129 milhões de euros, verificando-se um agravamento de 21 milhões de euros;
- Aumento dos empréstimos em cerca de 475 milhões de euros, atingindo 3,4 mil milhões de euros no final de 2009;
- Capital Próprio negativo em cerca de 2,2 mil milhões de euros em 31/12/2009;
- Alteração estatutária da CP;
- Cisão da CP, criando nova empresa para exploração do ramo de transporte ferroviário de mercadorias;
- Venda da empresa "TEX – Transportes de Encomendas Expresso, Lda." do Grupo CP, por se considerar dispensável para a prossecução do core da actividade da CP.

II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A CF reuniu ordinariamente pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Inspecção-Geral das Finanças e ao órgão de gestão da CP.

No decorrer do exercício de 2009, a CF acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o CA, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.

Foram analisadas as actas das reuniões daquele Conselho, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2009 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas da Empresa foram objecto de exame pelo Revisor Oficial de Contas que integra a CF, bem como por auditores externos. Em conformidade com a legislação aplicável o Revisor Oficial de Contas da CP emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a competente Certificação Legal das Contas, a qual contém duas ênfases consideradas apropriadas pelo mesmo.



III – APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS

1. Parece-nos que o relatório de gestão está em consonância com as contas do exercício e cumpre na generalidade quanto ao seu conteúdo os preceitos constantes do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, relatando os aspectos essenciais da sua actividade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
2. O relatório anual, além da informação económica e financeira, contém ainda outros elementos informativos, tais como o relato sobre o governo da sociedade, a análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental e o cálculo da execução dos objectivos fixados, satisfazendo na generalidade o disposto no artigo 13.º-A do Decreto-Lei 558/99, de 17/12, aditado pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23/8.

Sobre esta matéria podemos ainda acrescentar o seguinte:

- a) O órgão estatutário de gestão é o conselho de administração, composto por um presidente, um vice-presidente e três vogais, nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes;
- b) Por deliberação do conselho de administração podem, igualmente, ser indicados três membros executivos do conselho de administração para integrarem uma comissão executiva, a qual é presidida pelo presidente do conselho de administração, sendo os restantes membros do conselho de administração não executivos;
- c) Caso exista, a comissão executiva fica responsável pela gestão corrente, nos termos admitidos pela lei;
- d) Actualmente não existe comissão executiva do órgão de gestão, sendo todos os administradores membros executivos e, nesta circunstância, a avaliação do desempenho destes consta do Capítulo IV do presente documento, considerando o disposto no ponto 17 da RCM 47/2007;
- e) Os Administradores da CP que exercem funções em empresas do Grupo, não auferem qualquer remuneração a esse título;
- f) O CA realizou 61 reuniões durante o exercício de 2009, ultrapassando, largamente, a periodicidade mínima mensal estabelecida no artigo 11º. nº. 1, dos Estatutos;

3. O CA propõe que o Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, no montante de Euros 217.333.715 negativos, seja transferido para a conta de Resultados transitados.
4. No que se refere a actividade principal da Empresa é de realçar o seguinte:
 - a) Os indicadores dos tráfegos referidos no relatório de gestão mostram uma redução global da procura, que se traduziu por uma evolução negativa de 8,4% em unidades de tráfego - UK, influenciado pelo forte decréscimo do tráfego de mercadorias de 25,5% em toneladas quilómetro - TK (dados de Janeiro a Julho de 2008 e 2009 para efeitos comparativos, devido a autonomização do negócio a partir de Agosto de 2009) e pela diminuição de 1,3% em passageiros quilómetro (PK);
 - b) Do efeito conjugada da diminuição da procura e do efectivo médio, resultou uma estabilização da produtividade física do factor trabalho, o qual atingiu em 2009 o valor de 1,3 milhões de UK/trabalhador do efectivo médio;
 - c) O comportamento do tráfego de passageiros em termos de PK (diminuição de 1,3%) deve-se às quebras verificadas no tráfego suburbano de Lisboa (-4,5%) e no tráfego regional (-2,9%), já que houve um aumento de 4,1% no tráfego suburbano do Porto e de 0,2% no tráfego de longo curso;
 - d) Verificou-se uma quebra de 3,1% em passageiros transportados (P) e uma diminuição de 1,4% na receita estatística e na estrutura do tráfego de passageiros voltou a aumentar o peso relativo do tráfego de longo curso, que representa agora 36,5%, embora continue a ser dominante o tráfego suburbano de Lisboa e Porto, com 48,9%;
 - e) No tráfego de mercadorias (comparando os dados de Janeiro a Julho de cada ano devido a autonomização desta actividade a partir de Agosto de 2009), verifica-se uma diminuição de 25,5% nas toneladas quilómetro (TK) e de 24,1% nas toneladas transportadas (T), acompanhada também de uma redução de 22,7% na receita estatística;

5. Em relação às contas do exercício salientamos os seguintes factos:

- a) A CP regista um prejuízo de 217,3 milhões de euros no exercício de 2009, o qual aumentou em cerca de 27 milhões de euros

Comissão de Fiscalização

comparativamente ao exercício anterior. Para esta evolução negativa contribuiu essencialmente o agravamento dos resultados financeiros negativos em cerca de 21,4 milhões de euros e dos Resultados operacionais negativos em cerca de 7,9 milhões de euros.

- b) Em relação a resultados financeiros, a quebra significativa da taxa de juro de referência permitiu a redução de 8 milhões de euros nos juros suportados pela Empresa, apesar da subida dos spreads e do aumento do endividamento. No entanto, registou-se um aumento de 18 milhões de euros nas perdas de empresas do grupo e associadas (integração de 5 milhões de euros de prejuízos da CP Carga e operações de recomposição dos capitais da EMEF e da Fernave, envolvendo cerca de 6,7 e 6,5 milhões de euros, respectivamente) e variações negativas de 23,7 milhões de euros nas operações de cobertura de risco financeiro (swaps de juros de empréstimos).
- c) A quebra do Resultado operacional deve-se fundamentalmente aos aumentos de 5,6 milhões de euros dos encargos com indemnizações ao pessoal, por rescisão por mútuo acordo de contratos individuais de trabalho, de 4,3 milhões de euros de amortizações por efeito da redução da vida útil do material circulante da Linha de Cascais, em consequência da sua previsível substituição antecipada no âmbito da modernização da infra-estrutura ferroviária¹, e de 1,8 milhões de euros nos ajustamentos de créditos de clientes e ainda à quebra de 3 milhões de euros nos proveitos de tráfego de passageiros. Em contrapartida, os subsídios à exploração aumentaram 5,5 milhões de euros, o que se revelou insuficiente para cobertura do défice operacional. O EBITDA aumenta cerca de 17%, mas diminui cerca de 1% excluindo subsídios à exploração.
- d) Grande parte das restantes diminuições significativas de proveitos do tráfego de mercadorias e de custos associados decorre da referida autonomização da unidade de negócio do transporte de mercadorias, operada por deliberação do CA de 13/07/2009, dando execução ao disposto no artigo 10º do Decreto – Lei nº. 137-A/2009.
- e) A Empresa apresenta um capital próprio negativo de 2,2 mil milhões de euros, associado a um passivo de 3,8 mil milhões de euros, dos quais 3,4 mil milhões de euros dizem respeito a empréstimos obtidos.

¹ Valor revertível na hipótese verosímil de anulação da decisão de substituição do material circulante no actual contexto restritivo de endividamento.

Comissão de Fiscalização

- f) O programa de investimentos realizado no exercício totalizou 75,5 milhões de euros, dos quais 61,1 milhões de euros em material circulante (essencialmente para a área de mercadorias), 7,4 milhões de euros em infra-estruturas e 7 milhões de euros em outros investimentos, cujo financiamento foi efectuado sobretudo por recurso ao crédito bancário (64 milhões de euros). A cobertura financeira deste investimento pelo PIDDAC foi de cerca de 10,7 milhões de euros e por fundos comunitários por um montante inexpressivo de 670 mil euros.

IV – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

1. A avaliação do desempenho individual dos administradores executivos, nos termos previstos no ponto 17 da RCM nº. 49/2007, subentende a celebração de contratos de gestão com cada um dos gestores, considerando o disposto no artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março.
2. Na ausência dos referidos contratos e tendo sido fixados orientações e objectivos de gestão para 2009 e respectivas metas quantificadas, conforme acima referido na I – Introdução, ponto 4, a CF procedeu a avaliação global do desempenho da gestão, apreciando a execução do grau de atingimento das metas fixadas. Foram fixados 8 objectivos de gestão para o exercício de 2009, para os quais se estabeleceram 11 metas quantificadas e respectivo peso específico, conforme o quadro seguinte:

Objectivos	Ponder.	Meta
1 Melhoria do Cash-flow Operacional	15%	-12,1%
2 Aumento da Procura - milhão PKm	15%	3901
3 Aumento Produtividade - PK/Efectivo	15%	1185
4 Melhoria Eficiencia - Custo Oper/CKm	15%	3,8%
5 Rentab Material Circulante - PK/Ckm Passag	15%	123
6 Qualidade Serviço ao cliente: Satisfação do Cliente	15% 8%	75%
Nível Acidentes - Acidentes/milhão CK	2%	1,78
Nº. Reclamações/Passag milhão	2%	96
Indice de Regularidade -	3%	99%
7 Comportabilidade de investim. e capac de endividam. Variação Soma (EBITDA-Juros líquidos)	5%	23,80%
8 Redução Prazo Médio Pagam a fornecedores - dias	5%	72

Comissão de Fiscalização

3. Os objectivos fixados para 2009 foram cumpridos em termos globais, considerando que o somatório do grau de execução de cada uma das metas fixadas² ultrapassou os 100%. O primeiro dos objectivos (1-Melhoria do Cash-flow Operacional) e a meta sobre a redução relativa do número de reclamações tiveram graus de execução relativamente baixos, de 52% e de 68%, respectivamente. No objectivo 7 – Comportabilidade de Investimentos e capacidade de endividamento obteve-se a taxa mais baixa de execução (35%), devido ao aumento dos juros líquidos. Houve ainda três objectivos – procura, produtividade do factor trabalho em termos de PK e rentabilidade do material circulante, que não foram plenamente cumpridos, mas cujo grau de execução se aproximou dos 100%, situando-se entre 96% e 97%. Averbou-se, ainda assim, uma taxa global de atingimento dos objectivos de 103% por efeito do elevado grau de execução do objectivo 4 – Melhoria da Eficiência, com ponderação de 15%, conforme se pode observar no quadro seguinte, demonstrativo do grau de atingimento de cada objectivo.

Objectivos	Pond	Metas	Real	Desvio	Grau Cump	AtinjxPond
1 Melhoria do Cash-flow Operacional	15%	-12,1%	-17,9%	-5,8%	52,1%	7,8%
2 Aumento da Procura - milhão PKm	15%	3901	3766	-135	96,5%	14,5%
3 Aumento Produtividade - PK/Efectivo	15%	1185	1147	-38	96,8%	14,5%
4 Melhoria Eficiencia - Custo Oper/CKm	15%	3,8%	0,045%	-3,8%	198,8%	29,8%
5 Rentab Mat. Circ. - PK/Ckm Passag	15%	123	118	-5	95,9%	14,4%
6 Qualidade Serviço ao cliente	15%					
Satisfação do Cliente	8%	75%	78,6%	3,6%	104,8%	8,4%
Nível Acidentes - Acidentes/milhão CK	2%	1,78	1,15	-0,63	135,4%	2,7%
Nº. Reclamações/Passag milhão	2%	96	127	31	67,7%	1,4%
Indice de Regularidade -	3%	99%	99,1%	0,1%	100,1%	3,0%
7 Comportabilidade inves. e capac endiv.						
Variação Soma (EBITDA-Juros líquidos)	5%	23,80%	8,3%	-15,6%	34,7%	1,7%
8 Redução PMP a fornecedores - dias	5%	72	70	-2	102,8%	5,1%
\sum Grau Cumpr Obj i x Coef Pond i						103,3%

4. O desvio bastante favorável no objectivo 4 de melhoria de eficiência é determinante na obtenção do grau de atingimento global superior a 100%, o qual decorre do facto de ter ultrapassado em quase o dobro (grau de atingimento de 199%) num indicador com coeficiente de ponderação mais

² Obtido pelo produto do grau de cumprimento do objectivo pelo respectivo coeficiente de ponderação.



AP
AC

Comissão de Fiscalização

elevado (15%). Neste caso foi fixado como meta a perda relativa de eficiência em cerca de 3,8%, ou seja, aumento dos custos operacionais em cerca de 14,4 milhões de euros se considerarmos Cks constantes.

5. O grau de execução global (ponderado) do objectivo de melhoria da qualidade atinge 103%, sobressaindo a diminuição superior ao esperado do nível de acidentes com um grau de execução de 135%. Em contrapartida, o número de reclamações situou-se acima do objectivo fixado devido essencialmente ao funcionamento da bilhética.
6. Daqui decorre que para a sustentabilidade da CP é fundamental concertar metas, objectivos e medidas mais consistentes e eficazes para o equilíbrio da exploração a prazo e atenuação do seu nível de endividamento.

V – CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

Considerando ainda o disposto no supracitado ponto 17 da RCM 49/2007, parte final, procedemos ainda a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na CP.

É de realçar que o Relatório e Contas de 2009 da CP integra um capítulo próprio sobre o tema “Governo da Sociedade”, onde são apresentados os aspectos mais relevantes relacionados com este tema, dando, assim, cumprimento aos deveres de informação previstos na RCM 49/2007.

Da apreciação efectuada e seguindo a ordem exposta na RCM 49/2007, destacamos alguns aspectos relativamente à aplicação dos princípios aí consagrados.

1) Missão, objectivos e princípios gerais de actuação

A CP cumpre a sua missão estatutária e os objectivos estratégicos fixados, com respeito pelos princípios éticos e de responsabilidades social, desenvolvimento sustentável e de serviço público na satisfação das necessidades da colectividade.



Comissão de Fiscalização

A missão, os objectivos e as políticas encontram-se enunciados e são divulgados nos relatórios anuais de gestão e nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF-SEE / MF.

Elabora anualmente planos de actividades e orçamentos inseridos nos instrumentos de gestão previsionais, os quais são submetidos às tutelas.

A Empresa informa adequadamente as tutelas e o público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua actividade, o grau de cumprimento dos seus objectivos, divulga o seu relatório de sustentabilidade e aplica a todos os colaboradores e entidades que com ela se relacionam um código de ética e de conduta. Promove igualmente a valorização profissional dos trabalhadores através de programas de formação.

Adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços e integra no relatório anual de gestão uma relação dos fornecedores de bens e serviços a com facturação superior a 5% do total dos fornecimentos e serviços externos.

2) Estruturas de administração e fiscalização

A CP foi transformada em Entidade Pública Empresarial pelo Decreto-Lei nº. 137-A/2009, de 12/6, o qual aprova os novos estatutos, conferindo uma renovada estrutura de administração e fiscalização, na modalidade prevista no artigo 278.º, nº1, alínea a), e nº. 3 e artigo 413.º, nº.1, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais.

Na ausência de membros não executivos do conselho de administração ou de conselho geral ou outros órgãos com funções específicas de supervisão, cabe ao órgão de fiscalização a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.

As contas da CP têm sido objecto de auditoria por uma entidade independente e estão sujeitas a certificação legal, a qual é actualmente efectivada por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ainda membro da CF neste período transitório.



MHC

Comissão de Fiscalização

O sistema de controlo interno existente é de um modo geral adequado, carecendo, porém, de melhorias no controlo eficaz das aquisições de bens e serviços.

3) Remuneração e outros direitos

As remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas, em cada ano, por cada administrador e membro da CF, incluindo os honorários dos trabalhos executados pela Sociedade Revisora Oficial de Contas são divulgados anualmente no relatório e contas e no sítio electrónico institucional da DGTF – SEE / MF.

4) Prevenção de conflitos de interesse

Existem normas de conduta estabelecidas em matéria de conflito de interesses, não tendo a CF conhecimento da respectiva prevaricação pelos membros dos órgãos sociais da Empresa.

5) Divulgação de informação relevante

É adoptada uma conduta de transparência e de prestação satisfatória de informação útil ao utente do transporte público ferroviário, ao mercado e ao público em geral.

6) Princípios relativos à divulgação de informação

As informações que nos termos dos princípios de bom governo devam ser divulgadas ao público estão disponíveis nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF – SEE / MF.

O sítio electrónico da Empresa disponibiliza abundante informação relevante e actualizada sobre a sua missão e actividade, de acesso livre e gratuito.

Os instrumentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2009 integram relatório sobre governo da sociedade e informação sobre a sustentabilidade económica, social e ambiental, bem como uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.



Comissão de Fiscalização

V – PARECER

Atento ao exposto, a CF exprime favoravelmente à aprovação do Relatório e Contas da CP referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, com as ênfases expressas na Certificação Legal das Contas, bem como da proposta de aplicação de resultados formulada pelo CA.

A CF, finalmente, regista com apreço a colaboração prestada pelo CA, pelos responsáveis dos diferentes Serviços e pelos demais trabalhadores da CP.

Lisboa, 18 de Maio de 2010

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Dr. Issuf Ahmad, Presidente

Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"

Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 1.577.308.296 euros e um total de capital próprio negativo de 2.234.054.240 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 217.333.715 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo sete, chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - 8.1. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras e é referido na nota 48.12. do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o capital está perdido na sua totalidade, pelo que a continuidade da empresa está dependente da obtenção de resultados positivos no futuro e das medidas que vierem a ser adoptadas pelo Estado.
 - 8.2. Tal como é referido nas notas 01 e 04-I2 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, a actividade de transporte ferroviário de mercadorias foi autonomizada e transferida para a *CP Carga – Logística e Transportes*



Ferroviários de Mercadorias, S.A. em 31 de Julho de 2009, pelo que as demonstrações financeiras da *CP – Comboios de Portugal, E.P.E.* em apreço apenas incluem os resultados desta actividade até essa data.

Lisboa, 18 de Maio de 2010

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 1.577.308.296 euros e um total de capital próprio negativo de 2.234.054.240 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 217.333.715 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 8.1 Conforme divulgado na nota 01 e I.2 do Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados, foi constituída em 31 de Julho de 2009 a CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. por cisão de activos e passivos da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., pelo que as demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. incluem os resultados desta unidade de negócio até 31 de Julho de 2009.
- 8.2 A Empresa apresenta capitais próprios negativos no montante de 2.234.054.240 euros, tendo o Conselho de Administração relatado esta situação no seu relatório. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro do detentor do capital (Estado Português), do sucesso futuro das suas operações, e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi apropriada.

Lisboa, 26 de Abril de 2010

Maria Cristina Ferreira

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)